

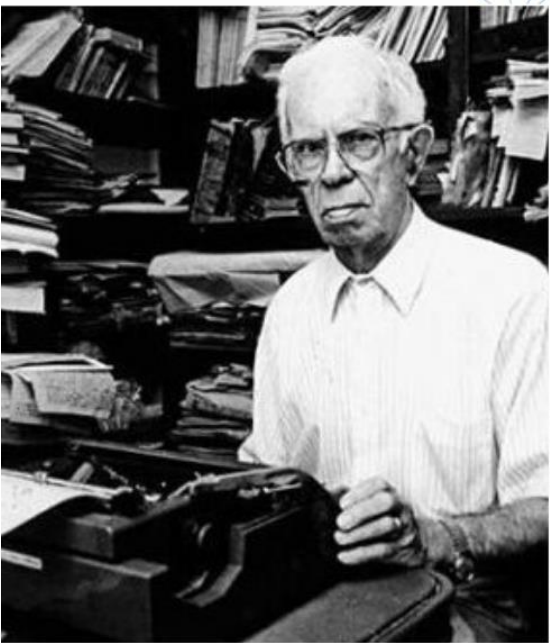
COSMOS

Revista de Graduação em Ciências Sociais



Sociologia brasileira

Edição v. 1 n. 1 (2020)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

COSMOS
Revista de Graduação em Ciências Sociais

REITOR

Angelo Roberto Antonioli

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Lucindo José Quintans Junior

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Ivan Fontes Barbosa

INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS

CENTRO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS



UFS

Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos"
CEP 49.100-000 – São Cristóvão – SE.

COSMOS

Revista de Graduação em Ciências Sociais

Sociologia brasileira

Edição v. 1 n. 1 (2020)



São Cristóvão – SE
2020

CONSELHO EDITORIAL

Ivan Fontes Barbosa – Universidade Federal de Sergipe

Jair dos Santos Xavier – Universidade Federal de Sergipe

Moisés Cruz Souza – Universidade Federal de Sergipe

Francielle Wilze Prata Almeida – Universidade Federal de Sergipe

Natan Tainá Pereira Gomes – Universidade Federal de Sergipe

COORDENADOR DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Ivan Fontes Barbosa

PROJETO GRÁFICO

Natan Tainá Pereira Gomes

Jair dos Santos Xavier

REVISÃO

João Marcus Soares Campelo

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Cosmos : Revista de Graduação em Ciências Sociais [recurso eletrônico] /
Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Ciências Sociais. – Vol. 1, n.1
(2020)- . – São Cristóvão, SE: O Departamento, 2020-

Conteúdo: Sociologia brasileira

e-ISSN 2675-4606

1. Ciências sociais – Periódicos. 2. Sociologia – Brasil. I. Universidade Federal de
Sergipe. Departamento de Ciências Sociais.

CDU 3(05)

As informações e análises contidas nos artigos são de inteira responsabilidade dos
autores, não exprimindo, portanto, o endosso do Conselho Editorial do PPGS.

Esta revista integra a Plataforma dos Periódicos Eletrônicos da
UFS (<https://seer.ufs.br/index.php/>)

----- Artigos -----

Apresentação	6
Florentino Menezes: por uma sociologia da realidade natural	9
Felte Bezerra e a antropologia regional: um estudo sobre o intelectual do Homem sergipano	23
Edison Carneiro, o negro da cor trigueira: inserção, audácia e invisibilidade	37
A sociologia e o preconceito racial no Brasil: contribuições de Thales de Azevedo e da UNESCO	58
Contribuições de Heleieth Saffioti para o entendimento sociológico da mulher brasileira	72
Francisco Bosco: do homem cordial ao novo espaço público	80
Desenvolvimento urbano na Serra do Cabral Simão Dias-SE	98
As práticas agrícolas de colonos na região noroeste do Rio Grande do Sul	114

----- Etnografia -----

Não há nada fixo no cosmos: uma análise etnográfica de músicos de rua no centro do rio de janeiro	130
---	-----

APRESENTAÇÃO

A edição da revista *Cosmos*, dos estudantes de Ciências Sociais, é resultado da sincronizada e bem-sucedida cooperação entre o Departamento de Ciências Sociais, o IPS-UFS (Instituto de Pesquisas Sociais) e o engajado corpo discente do curso. Ela tem como escopo fortalecer a formação dos licenciados e bacharéis em ciências sociais através do acolhimento e estímulo à produção de estudos teóricos e empíricos realizados ao longo do curso e decorrentes das mais diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos ao longo de suas trajetórias acadêmicas.

O primeiro número da revista é dedicado ao pensamento social brasileiro com ênfase em importantes capítulos da recepção e desenvolvimento destas ciências em Sergipe e no Nordeste. As pesquisas que originaram estes textos decorrem das atividades relativas ao encerramento do curso de sociologia V, curso este dedicado ao debate sobre as razões históricas e sociológicas da recepção e usos das ciências sociais no Brasil.

Abrindo o primeiro volume da revista, temos o artigo de Moisés Cruz Souza, intitulado “Florentino Menezes: Por uma Sociologia da realidade natural”. Um artigo que traz claramente os principais aspectos que precisam ser registrados para que se possa haver a compreensão do próprio Florentino Menezes (1886-1959), o intelectual sergipano esquecido. Trata-se de um texto que apresenta o cenário científico e intelectual da sociologia brasileira de então e, em específico, dos contornos desta ciência em Sergipe. Com uma escrita direta e clara, o artigo perpassa tanto a biografia do autor sergipano como também suas teses, metodologias e posicionamentos políticos diante dos debates sociológicos da época. Apresenta, de forma contundente, como o olhar sociológico do autor apresenta uma dimensão filosófica e interdisciplinar, característica muito marcante da produção da sociologia brasileira de então.

O texto "Felte Bezerra e a Antropologia Regional: um estudo sobre o intelectual do homem sergipano" de Matheus Felipe Bispo dos Santos, apresenta esse importante intelectual sergipano, pioneiro e precursor da antropologia em Sergipe, através de análise da obra *Etnias Sergipanas* e de estudos historiográficos da obra de Felte. Matheus nos traz um trabalho enriquecedor sobre esse estudioso da origem, formação e características do povo sergipano, do debate sobre o contato e das relações raciais desses grupos étnicos formadores dando luz à obra de um intelectual pouco lembrado na academia. Felte Bezerra foi responsável por inserir seus estudos feitos no estado de Sergipe nos debates regionais e nacionais na época, sua obra marcada pelo culturalismo de Franz Boas - onde a categoria *raça* era substituída pela categoria *cultura* - observa os caminhos dos

elementos negro, branco e índio em Sergipe, destacando as implicações dos contatos biológicos e culturais.

A proposta de Evelyn Marcele sobre o intelectual negro baiano Edison Carneiro (1912-1972) tem como objetivo apresentar a contribuição deste autor *pouco reconhecido* no campo das ciências sociais no Brasil. Neste sentido, a autora demonstra como Edison Carneiro contribui para esse campo das ciências a partir de pesquisas sobre folclore, a música popular brasileira e as religiões de matriz africana.

A contribuição de Rute Mirão sobre o legado do baiano Thales de Azevedo (1904-1995) para a constituição da sociologia brasileira centrou o seu recorte na retomada da trajetória de formação em medicina deste autor e, como ela acabou sendo a porta de entrada para a sua reflexão sobre a sociedade brasileira. Neste sentido, o presente artigo apresenta sua relação com o Projeto Unesco, seus estudos sobre o preconceito racial no Brasil e a contribuição deste autor para este universo do conhecimento no Brasil.

Os resultados das incursões sobre a sociologia de Heleieth Saffioti (1934-2010), apresentadas pela Bruna Fontes e Letícia Oliveira, remetem às contribuições desta autora para pensar a situação da mulher na sociedade brasileira, com especial destaque para a sua pesquisa sobre *Gênero, Patriarcado e violência*. Neste contexto, a contribuição da proposta aponta para o reconhecimento das dimensões violentas do patriarcado na cultura brasileira e seus efeitos sobre as relações de gênero.

O artigo proposto pelos autores Bruno de Jesus e Emerson Santana, elucida o texto do Francisco Bosco, *A Vítima tem Sempre Razão?*; o texto, com repercussão polêmica no campo intelectual brasileiro, traz um traçado desde a influência da cultura e suas constantes mudanças aos limites da luta identitária, fazendo críticas incisivas aos movimentos identitários, em tempos em que o *lugar de fala* tem peso e tem vez. Porém, é importante a ressalva que o autor faz questão de salientar, os movimentos identitários manifestam papel importante e inegável para o reconhecimento e reafirmação de lutas necessárias. A questão é como as mudanças operadas por esses movimentos foram e são incorporadas pela sociedade, enfrentando todo o contexto político-social complexo apresentado na sociedade brasileira, além da presença das redes sociais digitais que dão uma dimensão maior, contrariando o tempo e espaço, e apresentando-se como *novo espaço público* em caráter de tribunais virtuais.

O artigo de Jamile Santos Amorim analisa os impactos socioambientais do processo de urbanização no município de Simão Dias-SE, mais especificamente na região da Serra do Cabral, conhecido ponto turístico do município. A pesquisa foi realizada a

partir de entrevistas semiestruturadas e de pesquisa de campo e, constatou a presença de inúmeros impactos negativos ao meio ambiente local, provocados pelo processo de urbanização não planejado e pela ausência de políticas públicas eficazes.

A pesquisa de Vitor Rebello Ramos Mello se pretende uma etnografia de um grupo musical, o Kosmo Coletivo Urbano, do Rio de Janeiro. A análise, rica em descrições, encontra nos ritos instaurados pelo grupo observado uma condição que denomina de *liminaridade*, isto é, à margem, distante da norma e capaz de transformar o espaço social à sua volta. Como um rito de passagem, durante um tempo específico, os músicos estabelecem uma relação incomum com o espaço público, subvertendo as normas e as possibilidades de interação naquele local e tempo específicos, o que se manifesta no efeito de atrair ao local e à apresentação sujeitos “liminares”, marginalizados, como moradores de rua.

Esse primeiro número finda com a contribuição da pesquisadora Sílvia Maria Poletti, que apresenta os resultados de uma pesquisa sobre a configuração das estratégias de criação de porcos e as práticas agrícolas no contexto do encontro entre indígenas, caboclos e imigrantes na região noroeste do Rio Grande do Sul. A autora entende que essas relações são a chave para a compreensão das *guerras ontológicas* e apropriações que estas relações, entre estes diversos segmentos, mediados por suas práticas suinícolas, se relacionam.

Esperamos, com esta iniciativa, que o gosto pela pesquisa e o fortalecimento das Ciências Sociais em Sergipe tenham encontrado mais um espaço de estímulo e de robustez.

*Ivan F. Barbosa
Moisés C. Souza
Jair S. Xavier
Francielle Wilze
Natan Tainá*

Florentino Menezes: Por uma sociologia da realidade natural**Florentino Menezes: For a sociology of natural reality**Moisés Cruz Souza¹**RESUMO**

O presente artigo se constitui em uma exegese da obra *Grandeza, decadência e renovação de vida*, de Florentino Teles de Menezes (1886-1959). Como tal, busca a explicitação de seus principais argumentos, bem como de situar o autor no contexto cultural e intelectual de sua época. Resulta na constatação de que a referida obra deve ser compreendida como um empreendimento da sociologia pré-científica dos anos anteriores à década de 1940 em Sergipe, demarcada pela influência do racionalismo científico francês, do evolucionismo biológico e cultural e do socialismo científico. Sua relevância se estende para além da história das ideias sociológicas brasileiras – da qual foi recorrentemente excluída ao longo dos anos que se seguiram à sua publicação –, uma vez que faz parte da história através da qual a sociologia pré-científica lutou para a sua perpetuação em Sergipe e definiu espaços de disputa frente às elites políticas, econômicas e sociais de sua época.

Palavras-chave: Florentino Menezes; sociologia pré-científica; sociologia sergipana.**ABSTRACT**

This article is an exegesis of the work *Grandeza, decadência e renovação de vida*, by Florentino Teles de Menezes. As such, it seeks to explain its main arguments, as well as to place the author in the cultural and intellectual context of his time. It results in the realization that the referred work must be understood as an undertaking of pre-scientific sociology from the years before the 1940s in Sergipe, demarcated by the influence of French scientific rationalism, biological and cultural evolutionism and scientific socialism. Its relevance extends beyond the history of Brazilian sociological ideas - from which it was repeatedly excluded over the years following its publication - since it is part of the history through which pre-scientific sociology fought for its perpetuation in Sergipe and defined spaces of dispute against the political, economic and social elites of his time.

Keywords: Florentino Menezes; pre-scientific sociology; Sergipe sociology.

¹ Graduando do curso de Ciências Sociais (Bacharelado) da Universidade Federal de Sergipe.

INTRODUÇÃO

Florentino Menezes, um pioneiro autodidata da sociologia sergipana

A influência da existência social (sociedade) na evolução do homem e suas conseqüências magníficas, aperfeiçoando as manifestações orgânicas e provocando uma nova eclosão de vida, representam, sem dúvida, o fim principal deste livro (MENEZES, 1952).

Antonio Cândido (1960) demarca dois períodos bem distintos na história da Sociologia Brasileira. O primeiro é o período entre 1880 e 1930 e, o segundo, é o período posterior a 1940, sendo a década de 30 uma transição. Florentino Teles de Menezes é, claramente, um autor do primeiro período. Intelectual autônomo, desenvolveu sua sociologia de forma autodidata e, mais por paixão que pelo incentivo de uma carreira institucionalizada. Disto, resulta sua construção teórica eclética, ao mesmo tempo fortemente marcada por intuições generalizantes e pela influência do evolucionismo e do racionalismo científico biológico.

Florentino Menezes nasceu em Aracaju, em 7 de novembro de 1886. Era filho de Álvaro Teles de Menezes, médico, e da professora Francisca Teles de Menezes. Inicia seus estudos em engenharia em Recife, mas contrai beribéri e é obrigado a retornar a sua terra natal. Mais adiante, chega a se matricular na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; depois, transfere-se para a Faculdade de Medicina da Bahia. Mas em decorrência de problemas financeiros não concluiu sua formação universitária. Retorna a Aracaju, onde segue carreira em diferentes cargos públicos até que ingressa, em 1926 no Colégio Atheneu Sergipense, na cadeira de Sociologia, e permanece até que se afasta por aposentadoria, em 1940. Também, neste ano, se inicia o seu processo de afastamento da vida intelectual e da vida pública de Aracaju.

Apesar de ter produzido intelectualmente apenas na capital de Sergipe, Florentino Menezes pode ser considerado um dos pioneiros da sociologia nacional. Ao longo de boa parte de sua carreira, ele atuou como professor no Atheneu Sergipense, no qual produziu obras que se tornaram marcos durante longo tempo na formação em sociologia no estado; produziu inclusive um livro didático de sociologia com o fim de incentivar o cultivo desta ciência, que ele temia não ser reconhecida, além de diversos livros, artigos e jornais etc.

Florentino possuiu produção abundante, com quatorze livros publicados e mais de duzentos artigos em jornais e revistas. Foi sócio de diversas organizações científicas, inclusive da Itália e da França, das quais recebeu menções honrosas. Também foi membro da Academia Sergipana e Letras. (SANTOS, 2003, p.06).

Ao longo do início do século XX, Florentino não somente produziu Sociologia em Sergipe e foi o pioneiro no seu ensino, como também detém o mérito de ter produzido intelectualmente sobre a sociedade sergipana. Diferentemente de intelectuais como Sílvio Romero e Tobias Barreto, que seguiram carreiras mais institucionalizadas, Florentino Menezes desenvolveu sua produção mesclando a observação da realidade brasileira e mundial com o seu contexto regional. E, isto se reflete não só na sua sociologia mais teórica, mas também na sua militância.

Florentino Menezes foi um dos poucos intelectuais sergipanos com interesse em divulgar ideias socialistas e, em se manifestar contra a estrutura oligárquica de sua época. Estava sempre atento às transformações do mundo. Acompanhou a revolução Russa de 1917, o que só o fez mais socialista. Ao mesmo tempo, percebia as grandes transformações que, sobretudo, os meios midiáticos vinham trazendo para o Brasil do norte da América. Compreendia os Estados Unidos como uma sociedade mais civilizada e, via com grande otimismo, sobretudo, as conquistas relacionadas à liberdade da mulher e a quebra com costumes tradicionais, para ele, inúteis e geradores de sofrimento (MENEZES, 1952).

Era a favor de mudanças sociais e políticas em benefício da classe trabalhadora, além de um governo que fosse aristocrático e gerido por intelectuais preparados e, não por uma aristocracia econômica. Foi, também, um dos primeiros intelectuais a falar publicamente em favor do voto secreto e da liberdade feminina em Sergipe. Protestando contrariamente ao sofrimento infligido às mulheres e à classe trabalhadora de sua época, Menezes se opunha tanto à elite política do campo e das cidades, quanto à Igreja Católica e os costumes, a seu ver, “atrasados” e não “civilizados” que ela defendia, na medida em que sustentavam um sofrimento irracional e inútil a milhares de pessoas (MENEZES, 1952).

Desta sua atuação, talvez resulte o seu esquecimento ainda em vida. Florentino foi um panfletário e um debatedor público daquilo que ele mesmo denominava de justiça social. Nas palavras de um dos seus alunos (SILVEIRA, 1934), ele sempre foi, mesmo que não um revolucionário, um revoltado. E galgou, com a sua revolta, a inimizade das elites políticas e culturais de sua época. São estes, aliás, os mesmos empecilhos

destacados por Florestan Fernandes (1976) quanto ao florescimento de uma sociologia científica no Brasil e, que ainda estavam presentes quando da atuação do nosso autor, a saber, a ausência de uma concepção de mundo secularizada, racional, dado o domínio religioso, por um lado e, por outro, a ausência do complexo institucional que se desenvolve com o capitalismo, numa sociedade marcada pelo poder oligárquico (FERNANDES, 1976).

Menezes foi um dos responsáveis pela idealização do Instituto Histórico de Sergipe, o criador do centro Socialista Sergipano e do Centro Pedagógico Sergipano. Lembrado de tempos em tempos quando em vida, não deixou de ser reconhecido também fora do Brasil. Sua obra *Grandeza, decadência e renovação de vida*, chegou a ser divulgada no México. Ainda assim, não alcançou o mesmo reconhecimento que outros intelectuais brasileiros na história da Sociologia brasileira. Mesmo no estado de Sergipe, já em vida deixou de ser uma figura lembrada. Florentino morreu pobre e quase esquecido pelos seus concidadãos, em 20 de novembro de 1959. Segundo Washington Santos (2003), o principal motivo foi a recusa das elites oligárquicas, aliadas à Igreja Católica, de aceitar a divulgação de ideias socialistas, realizando amplo combate a tais ideias em jornais. Além disso, soma-se o elevado índice de analfabetismo da época e, também, da ausência de outros intelectuais contemporâneos e mesmo posteriores, dispostos a suceder a Menezes em suas ideias.

Perspectivas teóricas

Uma sociologia eclética

De formação eclética e autodidata, a obra de Florentino não é marcada pelo rigor metodológico e teórico que a institucionalização das ciências sociais no Brasil viria a trazer a partir da década de 1940. Ele passeia pela sociologia, pela paleontologia e pela biologia. Compara as sociedades humanas com as sociedades dos animais e volta no tempo até o surgimento da vida através do inorgânico nos oceanos terrestres. É, antes, um racionalista científico que um positivista no sentido de Auguste Comte e, suas ideias não podem ser reduzidas a um determinismo biológico, como se poderia suspeitar pela presença marcante das categorias e terminologias do biológico em sua escrita.

Três correntes de pensamento podem ser destacadas como centrais na reflexão teórica de Florentino Menezes em *Grandeza, decadência e renovação de vida* (1952). A primeira é o seu socialismo. A segunda é o positivismo ou o seu racionalismo científico

de origem francesa. E, o terceiro, é o conjunto de conhecimentos que advém dos seus estudos da biologia e da paleontologia.

Para Washington Santos (2003), seu socialismo tem início em 1912, quando começa a ler obras socialistas como Eduard Bernstein (1850/1932) e, também, obras individualistas, como as de Friedrich Nietzsche. Fica bastante entusiasmado com a revolução de 1912 e, não é menor seu apressamento intelectual pela compreensão dos processos sociais por intermédio dos fenômenos econômicos. Mas, Florentino não é nem o que ele denomina de um “intelectualista histórico” nem o que se poderia denominar de um materialista histórico ortodoxo. Seu pensamento é “multicausal”, ou seja, ele parte do princípio de que a realidade de um fenômeno não tem uma única causa possível, mas evolui por intermédio de diversos fatores.

O fator econômico representa a alavanca formidável que impulsiona as sociedades, nas suas loucas investidas para o desconhecido. Entretanto, pode acontecer que este fator apesar de suas manifestações poderosas, não exerça, em certos casos, sua influência de um modo imediato, mas através de outros fatores que fora também impulsionado por ele, sem que esta representação diminua sua ação dominadora. Este fato singular levou notáveis sociólogos a se afastarem da verdade, julgando ante que o fenômeno intelectual deveria ser considerado como o fator de maior influência na evolução social (...) Mas, torna-se necessário notar que a inteligência também precisa ser nutrida (MENEZES, 1952, P. 125).

Não obstante o peso dos fatores econômicos, que, em última instância, estão por detrás dos demais fatores que influenciam a vida social, para Florentino, o estudo da economia não explica as transformações sociais por si só. Ela é, antes, uma base sobre a qual as diferenciações sociais surgem e formas mais completas de existência evoluem. Se o biológico não pode ser compreendido sem as determinações do inorgânico, ele não se reduz ao inorgânico. Assim, também, a existência social humana e as transformações que ela comporta e ainda comportará no futuro não se restringem às exigências econômicas e de subsistência. Aquilo que nosso autor denomina de *Era Social Humana* se define muito mais pelos fatores intelectuais e mentais que por outros. Relativamente ao poder da sociedade sobre os seus elementos:

Poder que elevou a espécie humana a uma fase nunca atingida, por outras espécies animais, criando assim uma nova era na história da vida, a Era Social Humana e uma nova eclosão de vida, (a quinta no meu julgamento) que se definiu pela inteligência criadora, pela cultura, pela arte, pela ciência, pelo talento e pelo gênio. (MENEZES, 1952, 133).

A segunda corrente teórica de peso em seu pensamento é o racionalismo científico de origem francesa. Disto decorre uma concepção da sociologia como ciência empírica e que busca identificar regularidades e leis. Decorre também a presença marcante do aporte

teórico da biologia e da paleontologia nos seus estudos, que se reflete nos termos utilizados e nas hipóteses levantadas, bem como em sua metodologia, quando compara sociedades humanas com outras espécies animais. Mas, não se pode reduzi-lo ao positivismo comteano. Mesmo sendo um evolucionista, e, acreditando que a sociedade e a capacidade mental humana decorrem de um estágio avançado da evolução biológica da espécie, a sociedade e a vida mental, para ele, não se reduzem ao aspecto biológico. Mais na linha do racionalismo de Durkheim que do positivismo de Auguste Comte (RIBEIRO, 1982), Menezes acredita que o social explica o biológico e não o contrário. A sociedade e a vida mental humana se libertam dos aspectos orgânicos e inorgânicos da existência e adquirem capacidade criadora, inventiva e transformadora. Indo mais além ainda que Durkheim, Florentino Menezes propõe que a sociedade é tão soberana na espécie humana e, em outras, como a das formigas, que sua evolução biológica somente poderia ser entendida se vista a partir da influência dos fatores biológicos. Em outras palavras, a sociedade se faz corpo e, em decorrência de suas exigências de sacrifício e de conservação do coletivo transforma até mesmo a anatomia e a fisiologia dos indivíduos.

É desta forma que a biologia e a paleontologia adentram na sociologia de Florentino: não como fenômenos-base e de cuja compreensão das interrelações os fenômenos sociológicos poderiam ser compreendidos, como na clássica pirâmide do conhecimento positivista, na qual abaixo estava o conhecimento dos fenômenos biológicos, depois o dos psicológicos e depois os sociais, cada um dependendo do outro por causa e efeito. Para Florentino, o estudo da biologia e da evolução dos seres orgânicos é relevante à sociologia, pois, é esta a ciência que detém, sobretudo no estágio atual de evolução das espécies e sobretudo da espécie humana, a chave para a compreensão das transformações que estão ocorrendo e que ainda ocorrerão nos nossos organismos e na realidade inorgânica à nossa volta.

Metodologia

A história natural e social comparadas

Herdeiro das tradições teóricas do materialismo histórico e do positivismo francês, Florentino tem grande apreço pela história e pela história comparada das sociedades. Mas, não apenas das sociedades humanas. Convencido pela compreensão de que a realidade social não está separada da realidade biológica ou mesmo da inorgânica, Menezes busca as suas conclusões a partir do estudo das manifestações da vida desde quando se tem

notícia na Terra. Desta forma, sua compreensão dos fenômenos sociais passa pelo entendimento dos processos geradores de vida no planeta, desde o surgimento das primeiras formas de vida a partir da matéria inorgânica nos oceanos até as diferenciações mais elaboradas da vida através do aparato orgânico. Isso decorre da sua hipótese de que a sociedade é, ao mesmo tempo, causada pela evolução biológica e aquela que, atualmente, mais tem potencial para transformar a realidade orgânica e a inorgânica.

Ainda que um evolucionista, Menezes não simplesmente supõe as suas conclusões a respeito da evolução da vida e da sociedade humana. Suas conclusões seguem o modelo do racionalismo científico. É empirista e, deposita sua fé mais naquilo que pode ser experimentado ou historicamente verificado do que em abstrações da razão ou hipóteses sem fundamento na realidade. Mas, *Grandeza, decadência e renovação de vida* não é uma obra rica em observações de primeira mão. Contendo apenas as conclusões dos seus estudos, ela é rica em fontes secundárias, sobretudo dos fenômenos ligados à evolução biológica e à paleontologia. Daqueles ligados à realidade de sua época, quando não citando outros estudos, Florentino não cita suas fontes ou propõe a crítica destas de forma rigorosa e sistemática.

Resultados

Por uma sociologia das formas de vida

Grandeza, decadência e renovação de vida (1952) é a última obra publicada de Florentino Menezes. É, também, o resultado dos seus quarenta anos de dedicação à sociologia. Nas suas próprias palavras, foi o produto de uma dedicação que minou até a sua saúde. Tragicamente, é também uma obra que, desde o início, já se apresenta como incompleta. Mal podendo se sustentar economicamente, Florentino não poderia arcar com os custos da publicação de sua obra final, que acabou mantida apenas em suas conclusões e ideias gerais. Ainda assim, é o produto de toda a sua reflexão ao longo da vida e, parece oferecer uma visão ampla da sua reflexão sociológica de índole científica e, também, suas consequências políticas, no que se refere ao modelo de sociedade proposto pelo autor.

No seu aspecto geral, é uma obra teoricamente eclética. Parece haver consenso entre seus comentadores a este respeito. Florentino não a escreveu sob a influência dos efeitos da institucionalização da sociologia no Brasil, de forma que ainda é um generalizador e não se prende muito rigidamente a nenhuma perspectiva teórica (DANTAS, 1998; SANTOS, 2003; SILVA, 2007) A obra se divide em dois debates principais: um de índole mais teórica e científica e, outro, concentrado nas consequências

políticas de tais ideias, com críticas à sociedade em que vive e proposições para sociedades futuras.

Como base da sua argumentação, está a ideia de que é preciso observar a maneira como surgem e se desenvolvem os processos de vida e, de que maneira, a vida está relacionada com o aspecto social e com outros. Por “vida”, por mais que o autor não especifique, está subentendido, aqui, a concepção advinda da biologia e não de nenhuma filosofia moral. Como tal, refere-se à propriedade de determinadas realidades de nascer, crescer, se reproduzir e morrer. A tese de Florentino Menezes é a de que nestes processos biológicos atuam não só os fenômenos inorgânicos e os orgânicos, mas, também, os sociais. E, o peso da influência destes fatores reflete-se em momentos determinados da evolução biológica, historicamente situados. A seu ver, podem ser distinguidos cinco “eclosões de vida”, ou seja, momentos em que a vida no planeta deu um salto evolutivo em relação ao que havia antes, diferenciando-se e progredindo.

A primeira eclosão de vida deu-se por abiogênese a partir de reações físico-químicas nos grandes oceanos e reduziam-se a seres marinhos: é o período paleozoico. A segunda eclosão deu-se no período carbonífero, com as primeiras plantas e animais. Na era dos répteis gigantes, é que se caracteriza a terceira eclosão de vida. O cume da evolução pela diferenciação movida por processos estritamente biológicos deu-se aqui, na era dos dinossauros. Animais gigantes habitavam a terra com todo o seu esplendor, “luxuriante”, nas palavras do autor.

Depois disso, na quarta eclosão de vida, há a era dos mamíferos. A humanidade, com sua forma social complexa, sua capacidade de se comunicar e de desenvolver uma mentalidade avançada é, para o nosso autor, o ponto mais avançado da evolução biológica. Ele surge como o limite da evolução biológica exatamente no momento histórico em que a capacidade das formas de vida de se diferenciarem biologicamente, isto concluem, segundo o autor, diversos cientistas da época, haviam se esgotado. A quinta eclosão de vida é a era social humana.

A compreensão da história do processo através do qual a vida se diferencia e progride é relevante para o nosso autor pois é preciso compreender que, segundo ele, a ciência da sua época havia identificado que os fenômenos físico-químicos teriam perdido sua capacidade de gerar vida, de a diferenciar do que havia antes e evoluir. Isso porque não se observava mais em nenhum lugar que a vida estivesse surgindo do mundo inorgânico, por abiogênese. Também o mundo orgânico já não trazia mais grandes diferenciações. Os estudos que eram feitos não mostravam o surgimento de novas

espécies, contemporâneas à humanidade e com tanto ou mais esplendor que esta. É a história do que no título do seu livro se encontra em “Grandeza” e “decadência” da vida. Mas com a era social humana é diferente, pois haveria na sociedade a propriedade já perdida pelos fenômenos orgânicos e inorgânicos de diferenciar e gerar vida. Nas palavras do autor:

(...) o Homo Sapiens, tal como se manifesta, atualmente, só poderia existir, como o resultado maravilhoso do imenso e complicadíssimo laboratório social que hoje envolve o planeta. (MENEZES, 1952, p. 123)

Isto pois, na sua acepção,

A ação da sociedade não se limita apenas à mentalidade individual, às suas realizações de caráter psicológico, mas se exerce, ainda, sobre as manifestações dos próprios fenômenos orgânicos, relativos às funções fisiológicas e à estrutura anatômica do ser humano.

Ela não exerce, sobre o indivíduo, apenas uma coerção no sentido social, mas ainda uma coerção biológica, que se efetua por intermédio das suas próprias leis biológicas que são modificadas em sua essência íntima, afastadas de sua direção pelo determinismo da existência social (MENEZES, 1952, P. 135).

Desta capacidade que possui a sociedade de agir sobre o mundo inorgânico e o orgânico e de gerar a vida que estes já não mais conseguem Florentino fornece alguns argumentos. O primeiro ele o oferece mediante a comparação com outras sociedades animais. Argumenta que é preciso compreender os processos de desenvolvimento evolutivo do biológico sob a influência imperiosa do social. É neste sentido que a sociedade das formigas é heterotípica e que esta propriedade só pode ser compreendida se se conhecer as razões sociais desta forma de ser. Ser heterotípica significa que é uma sociedade na qual os indivíduos se diferenciam biologicamente uns dos outros. Assim, a sociedade das formigas está dividida entre machos que apenas procriam e morrem, em trabalhadores e a formiga rainha, que apenas procria. Cada uma destas formas orgânicas específicas está relacionada intrinsecamente com as demais, de forma que esta diferenciação orgânica, fisiológica e anatômica explica o autor, não podem se dever tão somente a causas biológicas, mas também sociais.

Também alguns exemplos relativos às sociedades humanas podem ser apresentados. Mesmo não sendo uma espécie heterotípica, como formigas ou abelhas, mas homotípica, a espécie humana, em decorrência de fatores sociais específicos podem provocar alterações biológicas nos seus integrantes. Um exemplo que Florentino nos oferece é relativo ao tamanho do cérebro. Para ele, diferentes indivíduos de diferentes sociedades de uma mesma sociedade apresentariam tamanhos diferentes do cérebro como

reflexo do estágio de desenvolvimento em que está o coletivo em que aquele elemento se encontra. Desta forma,

Comparando um cérebro, como o de Gauss, com o de uma mulher hotentote, vê-se claramente que a diferença é fantástica, maior ainda do que a existente entre o cérebro da Hotentote e o cérebro de uma antropeide (orangotango) (MENEZES, 1952, P. 136).

Outro exemplo apresentado pelo autor é relativo à uma causa da qual foi militante durante boa parte de sua atuação e, que tem destaque em seu livro *Grandeza, decadência e renovação de vida* (1952), relativo às imposições e sacrifícios sobre as mulheres em sociedade. Mais especificamente, Florentino fala da prostituição, socialmente imposta à determinada categoria de mulheres. É uma profissão à qual ele se opõe pelo número de sacrifícios de toda ordem a que as mulheres são impostas, desde morais até os biológicos. Deste último tipo de sacrifício, o autor destaca a esterilidade das prostitutas. Para ele, a esterilidade desta classe de mulheres é um fato biologicamente dado, de forma que ele se concentra em desvendar suas razões sociais.

De fato, se a mulher se torna estéril ao ingressar na profissão de meretriz, é claro que esta profissão determina a sua esterilidade, O meretrício é uma criação social humana. E isto equivale a dizer que o fenômeno biológico, em uma das suas manifestações mais claras, foi modificado pelo fenômeno social (MENEZES, 1952 P. 139).

Ainda sobre os fatores sociais que causariam a esterilidade das prostitutas:

Indiretamente, a sociedade ainda exerce sua influência por intermédio da cultura física, da higiene, da divisão do trabalho, da separação das classes, de tudo, finalmente, que possa produzir o desenvolvimento e o progresso humanos. Chega-se, portanto, à conclusão diante destes fatos, estudados e comparados entre si, que o poder da sociedade atinge o indivíduo, a ponto de modificar sua estrutura orgânica, orientando sua evolução biológica em um determinado sentido. (MENEZES, 1932, P. 142)

A sociedade é, assim, uma força criadora e a sociedade humana é o que há de mais evoluído. Não obstante, devido a um fator que age na humanidade e que não está presente nos animais, que é o de sua mentalidade, inteligência, também decorrente da ação do social sobre o biológico mediante a necessidade de se comunicar, há uma diferença crucial entre a humanidade e a sociedade dos animais. Ocorre que somente na sociedade humana é possível observar um sofrimento inútil.

O conceito de sofrimento talvez seja tão importante na obra de Florentino quanto o de eclosão de vida. Para o autor, ao que parece, muito influenciado pela perspectiva sociológica de Durkheim, ao definir o fato social como coercitivo, e também o das correntes socialistas, ao propor que as sociedades são desiguais, as sociedades agem sobre os seus indivíduos impondo sacrifícios. Ele chega a utilizar termos como “deusa” para se

referir à sociedade, uma realidade imperiosa e independente dos fatores orgânicos e inorgânicos, que muito mais se impõe a eles com uma força assustadora do que se submete e que reduz os indivíduos à sua vontade, não só nos seus pensamentos, sentimentos e ações, mas, também, na sua fisiologia e anatomia.

Nas sociedades das formigas, por exemplo, os sofrimentos impostos à sociedade sobre os indivíduos são absolutamente necessários e indispensáveis à coletividade. Sem contar que não é desigualmente distribuído. Os machos apenas procriam, mas morrem logo após. A rainha também, mas nunca se move e está fadada a procriar sempre e pelo restante da existência.

O mesmo não ocorre com as sociedades humanas. Nestas, alguns passam por situações diárias e cotidianas de grande sofrimento físico e psíquico, enquanto outros estão longe de enfrentar o mesmo problema. A história da sociedade humana é, na verdade, a história de sofrimentos inúteis sobre uma grande parcela da população e que, na visão do nosso autor, decorrem em grande medida da desinformação, da ausência de pensamento crítico sobre o tema e de maneiras de pensar que advém de sociedades primitivas e ilógicas. As sociedades atuais e mais desenvolvidas são, para ele, mais conscientes dos sacrifícios pelos quais os indivíduos passam e cada um tem cada vez mais consciência disso. São sacrifícios voluntários, e que, por serem assim, cada vez mais, para o autor, tendem a não ser mais tão inúteis.

Mas, o mesmo não ocorreu ao longo da história ou mesmo não ocorria em seu tempo em sociedades menos desenvolvidas que os Estados Unidos, por exemplo, sempre citados por ele como sinônimo de avanço. Florentino Menezes elenca uma série de fenômenos, historicamente situados, que são exemplo da barbárie de sofrimentos impostas à humanidade pela própria humanidade. É o caso, por exemplo, de sociedades que escravizam outras sociedades, sejam outros povos, ou outras raças inteiras e, naturalizam esta condição, como se fez no Brasil.

É, também, o caso das mulheres, mais da metade da humanidade e, em praticamente todas as épocas submetidas aos piores tipos de sacrifícios que os homens lhes impunham. Sacrifícios inúteis, posto que a necessidade de procriar não o exigiu nunca e que sempre foi imposto a elas de forma mais brutal que a quaisquer outros. Florentino cita o caso da Índia, no qual as mulheres viúvas eram mortas, queimadas nas chamas das mesmas fogueiras em que seus maridos eram cremados. Elenca, também, todo tipo de desigualdade ainda bastante presente na sociedade de sua época, como a concepção de que as mulheres são menos aptas intelectualmente e sua consequente exclusão dos centros

de conhecimento. Também, o fato recém mudado em sua época de que as mulheres não poderiam exercer cargos públicos, ou mesmo o direito de voto. A liberdade feminina, o direito de voto, de estudo, de exercício de funções públicas etc., foram ação de militância de Menezes ao longo de sua vida.

Também, a causa dos trabalhadores, submetidos a situações de trabalho das mais diversas eram objeto de crítica de Florentino. Vivendo em Sergipe no início do século XX, ele se opunha ferrenhamente às grandes concentrações de terra nos latifúndios e às explorações do trabalho proletário no meio urbano. Bastante influenciado por Josué de Castro em sua *Geografia da fome*, de 1946, Florentino punha o problema da fome crônica como um dos maiores sofrimentos que a sociedade humana sempre impôs aos seus membros. Apresenta os dados de Castro com fervor e indignação, de forma que todas estas questões são não só o resultado de sua reflexão teórico-científica, mas, também, uma forma de fazer política.

Todas estas causas sociais se fizeram presentes em *Grandeza, decadência e renovação de vida* (1952). Sua obra é escrita não apenas como um meio de divulgar suas teses científicas, mas possuíam também e, sobretudo, um caráter político e social. Ela se ocupa de conscientizar os sergipanos da necessidade de se observar de forma técnica, científica, sociologicamente orientada o sofrimento e a quantidade de sofrimento de cada parcela da sociedade em cada nação.

Decorre, daí, uma das propostas políticas de Florentino. Segundo sua concepção de sociedade e de evolução, a diferenciação social é sempre provocada pelo surgimento necessário de uma aristocracia. Sem ela, há estagnação. Na nossa era, cada vez mais voltada ao desenvolvimento intelectual, haveria a necessidade de se montarem institutos especializados de sociologia, voltados à observação sistemática do sofrimento humano, para que se pudesse conscientizar e conhecer os principais problemas enfrentados no mundo e sua medida precisa, para então remediá-las. Como tal, não só a necessidade destes institutos, mas também de uma classe de governantes aristocráticos, voltados ao conhecimento e à sociologia, que compreendessem a importância destas realizações e o peso desta ciência sobre a vida humana. Em vez de latifúndios e de políticos submetidos às elites, pouco preocupados com o desenvolvimento social e os sacrifícios inúteis impostos pela sociedade, espécies de reis filósofos, à moda de Platão e versados em sociologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À frente de seu tempo, mas, nem tanto

Florentino Teles de Menezes é uma figura de grande importância para a história da sociologia e para a história intelectual de Sergipe. Seu destaque advém, sobretudo, de sua militância. Atuante na defesa da liberdade feminina, de melhores condições de trabalhos, da erradicação da fome e da pobreza etc., Florentino não deixou de se opor aos poderes políticos e culturais de sua época, leia-se as elites agrárias e a Igreja Católica. Neste sentido, ele se configura, também, como uma figura importante para a implementação de uma sociologia científica em Sergipe, mesmo que tenha produzido toda a sua obra fora da academia, à época, com o campo da sociologia submetido sobretudo aos campos do direito e da medicina.

Não obstante, seu pensamento é bastante datado. Absorveu tudo o que pôde como um verdadeiro autodidata da sociologia, da filosofia e das ciências biológicas de sua época. Permaneceu fiel ao evolucionismo e ao racionalismo científico de linha francesa, influências marcantes na intelectualidade brasileira do período. Sua obra, ainda que se declare um empirista, é fruto de intuições com verificações empíricas pouco rigorosas. Mas Florentino Menezes se destaca de todos os outros autores que o precedem e que estudou, produzindo uma sociologia pouco convencional. Ainda que imerso no paradigma evolucionista e biologista, ele se recusa a reduzir a sociedade à combinação de fatores biológicos ou psicológicos. E o faz para além de Durkheim. Sua tese, provavelmente mais difícil de ser aceita na biologia que na própria sociologia, é a de que a sociedade se faz corpo. Mas, ela não se faz corpo no sentido da postura, do modo de andar, de sentar, de falar etc., ela se faz corpo transformando anatômica e, fisiologicamente, os corpos.

Por mais que esta proposta possa ter a aparência de poder aproximá-lo, por exemplo, das propostas de Marcel Mauss, isso é, de fato, apenas aparência. Mesmo partindo de uma boa intuição que, com mais rigor, com um problema de pesquisa melhor definido, com observações mais sistemáticas e menos generalizantes, poderia ter se transformado numa contribuição relevante à sociologia, a proposta de Florentino é demasiado abrangente, pouco sistemática e mais próxima de um sistema filosófico total, à moda da modernidade filosófica, que de um projeto científico aos moldes do racionalismo científico que ele defendia.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Florestan. A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. *In: Ciência e sociedade na evolução do Brasil: Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1976.

CANDIDO, Antônio. **A Sociologia no Brasil**. São Paulo, Revista Tempo Social, [1960] 2006.

DANTAS, Adriana Elias Magno. Florentino Menezes: Um pioneiro da sociologia no Brasil, **TOMO** nº1, Aracaju, 1998.

RIBEIRO, João. **O que é Positivismo** (Coleção primeiros passos, 72). São Paulo: Brasiliense, 2001.

SANTOS, Washington Dantas. **Florentino Menezes e a propaganda socialista em Sergipe nos anos de 1920**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História). 50f. Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2003.

SILVA, Tânia. A sociologia em Sergipe: um olhar sobre o pioneirismo e a atualidade. *In: Leituras sobre Sociologia no Ensino Médio*. Alice Anabuki Plancherel, Evelina Antunes F. de Oliveira (orgs.) Maceió: EDUFAL, 2007.

MENEZES, Florentino. **Grandeza, decadência e renovação da vida**. Aracaju, Movimento cultural de Sergipe, 1952.

Felte Bezerra e a antropologia regional: Um estudo sobre o intelectual do Homem sergipano**Felte bezerra and antropology regional: A study on the intellectual of the Sergipe Man**

Matheus Felipe Bispo dos Santos

RESUMO

O trabalho visa reconstituir a trajetória intelectual de Felte Bezerra, notando como os seus percursos construíram o que hoje podemos chamar de Antropologia em Sergipe. Os caminhos percorridos por Felte em dois momentos, 1938-1959 e 1972-1988, nos ajudam a pensar um intelectual da periferia que buscou se inserir no centro dos debates nacionais e estabeleceu uma rede de contatos com outros intelectuais conceituados, que propiciou o seu desenvolvimento acompanhando o campo antropológico. Analisamos então o seu livro *Etnias Sergipanas*, que marcou sua carreira e a antropologia em Sergipe.

Palavras-chave: Felte Bezerra; Antropologia Sergipana; Intelectual da periferia; Etnias sergipanas.

ABSTRACT

The work aims to reconstruct Felte Bezerra's intellectual trajectory, noting how his trajectories built what we can today call Anthropology in Sergipe. The paths taken by Felte in two moments, 1938-1959 and 1972-1988, help us to think an intellectual from the periphery who sought to insert himself in the center of national debates and established a network of contacts with other respected intellectuals, which enabled his development following the anthropological field. We then analyzed his book *Etnias Sergipanas*, which marked his career and anthropology in Sergipe.

Keywords: Sergipe Anthropology; Intellectual from the periphery; Sergipe ethnic groups.

INTRODUÇÃO

Felte Bezerra pode e deve ser considerado um dos mais primorosos intelectuais regionais num contexto do Brasil em sua nova fase intelectual. O que pretendemos apresentar é como a trajetória e os trabalhos de Felte anunciam as dinâmicas de um novo Brasil e nos permite refazer os percursos de constituição e consolidação das ciências sociais no país. O autor inaugura os estudos antropológicos em Sergipe e contribui de modo determinante para o desenvolvimento das Ciências Sociais no Estado.

O livro das autoras Beatriz Góis Dantas e Verônica Nunes (2009), por exemplo, traz, a partir das correspondências de Felte Bezerra, um olhar sobre esse antropólogo sergipano, que fez da Antropologia a sua vida e se dedicou a pesquisar e a construir um

caminho teórico-metodológico com base nas interlocuções estabelecidas com grandes nomes da sua época, como Arthur Ramos, Donald Pierson e Emílio Willems. Muitas vezes, um nome esquecido nas Ciências Sociais brasileira, Felte Bezerra deixou grandes marcas e um legado incrível sobre as investigações culturais de sua terra.

Deste modo, faremos aqui uma breve apresentação desta figura emblemática, que dedicou sua vida à pesquisa científica e aos estudos de uma “Antropossociologia” como o mesmo em alguns momentos nomeava. Remontaremos, aqui, o seu percurso intelectual, observando os momentos em que Felte se destaca como precursor do que podemos caracterizar como uma tradição das Ciências Sociais em Sergipe. Para tanto, utilizaremos aqui de trabalhos bibliográficos sobre o autor, que visavam apresentar Felte e seus percursos na pesquisa científica.

Felte Bezerra nasceu em 25 de dezembro de 1908 em Aracaju, filho de Esmeralda Araújo e Abdias Bezerra, que era professor do Colégio Ateneu Sergipense. Segundo Dantas & Nunes (2009), ele trabalhou durante um tempo no comércio até ir para a Bahia cursar Odontologia, voltou em 1934, tendo tido grande proximidade com os alunos de medicina e as discussões antropológicas do período. Muito jovem, se torna professor catedrático de Geografia no Colégio Ateneu, defendendo a sua tese, *Da Terra*, em 1938.

Foi dentro do quadro geral de institucionalização do ensino de Geografia no Brasil dos anos de 1930, com a criação de cursos nas Universidades e de organismos profissionais, que Felte Bezerra desenvolveu sua vocação para as Ciências Sociais, especialmente, a antropologia (SÁ, 2009, p. 260).

Por ter crescido ao lado de seu pai, Felte sempre teve grande apreço pelas leituras e estudos. Desde jovem, se interessava pelo saber e pela pesquisa. É na década de 1930, quando vai à Bahia estudar odontologia que Felte estabelece os primeiros contatos com as discussões mais aprofundadas sobre a antropologia. Como nos mostra Dantas (2006) havia, na década de 1920, a necessidade de sair de Sergipe para estudar, Felte adiou o seu sonho de fazer faculdade pela necessidade de trabalhar e ajudar a família. Após quatro anos trabalhando como gerente comercial e bancário, presta vestibular em Salvador, mas, por questões financeiras, não pode fazer medicina e faz odontologia.

Na Faculdade e nas pensões da velha cidade, convive com estudantes de medicina, muitos deles sergipanos como Garcia Moreno, de quem se torna amigo e parceiro nas discussões acadêmicas, e, Lourival Bonfim, com quem treina o inglês que lhe facultará mais tarde a leitura de muitos livros não traduzidos (DANTAS, 2006, p. 33).

A Faculdade de Medicina da Bahia tinha como referência grandes cientistas do século XIX e XX, como Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Pirajá da Silva, entre outros. O

lugar de destaque que a mais antiga Faculdade de Medicina do país ocupava, foi sem dúvida nenhuma, fundamental para o encantamento de Felte e sua necessidade de estabelecer vínculos com a pesquisa e com a ciência, sobretudo na sua relação com Garcia Moreno, que durante os anos se transformou num grande parceiro de pesquisa e amigo, com quem construiu diversos projetos, como em 1938 juntamente Colombo a fundação do Centro Cultural de Sergipe, que fazia reuniões com outros intelectuais para discutir assuntos diversos. Muitos desses intelectuais vão compor a cena sergipana em décadas posteriores, se tornando referências. “Como assinala Garcia Moreno, mais que dar-lhe uma profissão o curso superior foi fundamental no sentido de renovar o gosto pelo estudo, pelo aprimoramento cultural, reavivando as tendências da sua formação humanística.” (DANTAS, 2006, p. 33).

É ao voltar para Sergipe, em 1934, que os caminhos o levarão para a sua primeira experiência com a docência no Colégio Ateneu Sergipense, após o seu ingresso em 1938, Felte se desenvolveu como intelectual. Um importante ponto a ser destacado é o de como a Geografia se torna o espaço principal, no qual Felte consegue se relacionar com a Antropologia, articulando a dimensão do meio físico e das etnias, abrindo uma discussão na dimensão cultural do homem.

Além de fazer leituras de grandes obras das ciências humanas, como *The Study of Man*, de Ralph Linton, que o fez se inserir e se apaixonar pela antropologia, Felte desenvolvia pesquisas e escrevia trabalhos para apresentar em eventos, como no Congresso de Brasilidade de 1941 (DANTAS, 2006). As pesquisas sobre a realidade sergipana lhe davam uma certa robustez etnográfica, que já prenunciava o que mais tarde seria o seu mais destacado livro, *Etnias Sergipanas*.

A rede de articulação com outros antropólogos que se espalha em todo o Brasil no fim da década de 1940, época em que Felte se envolve com muito afinco no processo de institucionalização do Folclore, escrevendo um Verbete sobre o Lambe-sujo, que integra o Dicionário do Folclore Brasileiro de Câmara Cascudo. É entre os anos 40 e 60 que observamos o período de maior movimento de sua carreira. Foi um homem de vários interesses, tendo desempenhado grandes papéis, como presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Secretário Geral da Comissão Sergipana de Folclore, membro da Academia Sergipana de Letras e um dos fundadores da Sociedade de Cultura Artística de Sergipe em 1951; assim como publicava frequentemente nos jornais da cidade, produzia textos e trabalhos.

Destacamos, por fim, como um último ponto desse primeiro momento, a publicação do seu livro *Etnias Sergipanas*, em 1950, que o projetou como um grande pesquisador regional do homem sergipano. Emílio Willems ocupa lugar central nas correspondências de Felte nos anos 40, como nos mostram DANTAS & NUNES (2009), no papel de grande interlocutor e incentivador das pesquisas de Felte, estimulando suas investidas no campo e até mesmo contribuindo de forma teórica e metodológica, como é evidenciado em *Etnias Sergipanas*.

Vale destacar que uma grande referência para Felte, foi Arthur Ramos, que tinha sido seu professor em Salvador, na Faculdade de Medicinas e estava no Rio de Janeiro. Ao terminar o seu livro "Introdução à Antropologia Brasileira" e salientar a necessidade de estudos antropológicos regionais, serve de inspiração para Felte, que lhe escreve pedindo parecer sobre o início das suas pesquisas a respeito das etnias em Sergipe.

Terreiros de Xangô e toré, folguedos folclóricos, tipos físicos, documentos históricos, vão passando pelo olho do pesquisador munido das teorias correntes na época, adaptadas às circunstâncias e condições locais que pretende compreender. O seu conhecimento do regional e do local se nutre do saber gerado em outros centros, com os quais de mantém em contato para não perder de vista o geral (DANTAS, 2006, p. 38).

No final da década de 1940, o seu livro *Etnias Sergipanas* fica pronto e é prefaciado por Emílio Willems, tendo como inspiração de roteiro a obra de Arthur Ramos e uma forte presença do culturalismo americano, coisa semelhante ao que é visto em *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, observando os caminhos dos elementos, negro, branco e índio em Sergipe, destacando as implicações dos contatos biológicos e culturais. Deste modo, começamos a perceber a presença do intelectual Felte Bezerra, que, a partir de suas pesquisas e sua obra, se consolida como figura singular no cenário sergipano daquele período.

Os percursos de um antropólogo por vocação nas ciências sociais

Felte viveu o início de sua carreira intelectual nos anos 1930, período conturbado na sociedade brasileira, época de transição política e de uma tentativa de acomodação da nossa nascente república. Para as Ciências Sociais, a década de 30 marcou um momento significativo para a recepção e início da consolidação do campo no Brasil. Segundo Cardoso de Oliveira (1988), os anos 20 e 30 podem ser enquadrados num período da Antropologia, que o autor nomeia de "heroico", cujos nomes centrais que marcam o momento são Curt Nimuendaju, com as pesquisas sobre Etnologia Indígena e Gilberto Freyre, com os estudos acerca da Sociedade Nacional. É um momento marcado por um

caráter aventureiro da pesquisa antropológica, no qual esta ciência ainda não estava institucionalizada e procurava fixar raízes no solo brasileiro.

Entretanto, devemos notar que o período de 1920-1930 foi marcado por uma forte influência do Culturalismo norte-americano de Franz Boas no campo antropológico e até mesmo sociológico, no qual, gradualmente, a categoria *raça* era substituída pela categoria *cultura* e por conceitos correlatos, como o de *adaptação, contato racial e social, distância social* (CÂNDIDO, [1960] 2006). Segundo o autor, é a partir dessa perspectiva culturalista que o campo se orienta e redefine o seu desenvolvimento. Antonio Cândido [1960] (2006) nos leva uma década adiante e destaca o período entre 1930-1940 como momento de transição na sociologia brasileira, no qual autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior marcam essa mudança com suas obras, que representavam grandes sínteses da sociedade brasileira.

De fato, o que nos interessa tratar aqui é como Felte acompanhou um período fértil nas ciências sociais, no qual a expansão da área se mostrava nítida, com a inclusão da sociologia no ensino básico, a criação de escolas sociológicas e dos primeiros cursos de ciências sociais. O jovem que tinha amor pelo saber humanístico acompanhava o florescimento da Antropologia e da Sociologia como ciências de reconhecimento social, que agora deveriam pensar o Brasil e as suas diferenças e particularidades.

Sendo assim, demarcamos aqui o período entre 1920-1940 como o período de maior transformação das ciências sociais e de consolidação de pesquisas e teorias na área. A publicação de *Casa Grande & Senzala*, em 1933, marca de modo determinante o pensamento social brasileiro da época, é no bojo do paradigma culturalista que Gilberto Freyre constrói a imagem do Brasil. A partir da herança de Sílvio Romero acerca da miscigenação no Brasil, Gilberto Freyre apresenta um rigor metodológico que é utilizado para o estudo e análise de uma economia agrária da família patriarcal, das ambíguas relações entre a casa grande e a senzala e daquilo que se poderia chamar de miscigenação.

É o legado dessa obra que direciona os estudos antropológicos sobre as etnias brasileiras e dá contornos suaves aos debates sobre a relação entre negros e brancos no Brasil. A ideia de uma democracia racial encontrava então uma fundamentação antropológica, o esforço feito por Gilberto Freyre em suas análises evidenciava uma via dupla sobre o pensamento acerca das relações sociais no país, ao passo em que a lógica do Brasil como paraíso da comunhão racial vigorava no exterior, a lógica da miscigenação era a brecha de legitimação dessa democracia racial. Ao tratar sobre o caráter transnacional dos estudos afro-brasileiros, Lívio Sansone (2012) apresenta o Brasil das

décadas de 20, 30 e 40, que foi laboratório dos estudos raciais, o que culminou no projeto da UNESCO na década de 50.

De fato, a percepção de que a Bahia e o Brasil eram os lugares "ideais" para um tal projeto de grandes proporções e politicamente relevante sobre a cultura negra e as relações raciais no novo mundo foi o resultado de um processo mais longo, iniciado na década de 1930 (ROMO, 2009 e 2010), que se baseou em uma sinergia entre as políticas culturais do Estado Novo, a introdução da sociologia e da antropologia como disciplinas acadêmicas nas universidades brasileiras e a maneira como muitos estudiosos estrangeiros, especialmente norte-americanos e alemães, fugindo seja da segregação racial seja do nazismo, assumiram a representação oficial do Brasil como uma democracia racial. Como demonstrou o livro organizado por David Hellwig (1992), a partir dos anos de 1920 tanto acadêmicos como intelectuais negros baseados nos Estados Unidos passaram a retratar o Brasil como um alter ego da segregação vivida em seu país (SANSONE, 2012, p. 10-11).

Deste modo, se considerarmos a primeira fase da carreira acadêmica de Felte entre os anos 1930 e final da década de 1950, encontramos a tentativa de pensar o país em meio aos conflitos em torno do que caracteriza o Brasil. Entretanto, mesmo não estando inserido de forma aprofundada nesses debates¹, pois esse nem mesmo era seu interesse, Felte acompanha as discussões da época e, é na década de 40, que desenvolve os seus estudos sobre as etnias em Sergipe, partindo de uma orientação teórica e metodológica que tem sua fonte no trabalho de Gilberto Freyre.

Felte tinha verdadeira admiração pelos intelectuais de sua época, como é o caso de Arthur Ramos, que foi seu professor na Faculdade de Medicina da Bahia e que se destaca no cenário intelectual como um dos grandes antropólogos brasileiros. É com a publicação de seu livro *Introdução à Antropologia brasileira* em 1943 que Arthur Ramos destaca a importância da realização de estudos antropológicos regionais, o que serve de inspiração para Felte, que escreve para ele pedindo um parecer sobre o início de suas pesquisas em relação às etnias em Sergipe (DANTAS, 2006)

De Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala* (1933), o escritor defende a idéia da "micibilidade lusitana, em sua capacidade genética de cruzamento" (p. 8). Essa influência do culturalismo norte-americano já se fazia presente no livro *Etnias Sergipanas*, em sua análise sobre os resultados dos contatos biológicos e culturais das trajetórias dos elementos branco, negro e índio em terras de Sergipe. Vale registrar, ainda, a presença das ideias de mestiçagem e

¹ As discussões raciais são observadas de forma mais acentuada nas correspondências entre Felte e Oracy Nogueira. "Após apresentar o livro, Oracy se concentra basicamente no capítulo final, intitulado "Contato e Relações de Raça", criticando a tendência do autor em identificar-se com o ponto de vista tradicional que implica numa visão lisonjeira dos padrões inter-raciais brasileiros e também chama a atenção para sua dificuldade em distinguir os prejuízos do preconceito de classe e do preconceito de cor. A crítica de Oracy Nogueira endereçada a Felte Bezerra era no fundo também uma crítica a Pierson, em quem se louvava." (DANTAS & NUNES, 2009, p. 89)

aculturação propostas pelo livro clássico de Arthur Ramos, *Introdução à Antropologia Brasileira* (SÁ, 2009, p. 268).

Com a publicação de *Etnias Sergipanas* em 1950, Felte inaugura o seu primeiro grande trabalho antropológico, o que faz com que o seu interesse pela pesquisa se aguace cada vez mais. Em 1951 junto à outros intelectuais sergipanos, Felte ajuda a fundar a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, onde passa a ocupar a cadeira de Etnologia e Etnografia do Brasil. Podemos dizer que é na década de 50 que ele caminha para uma maturidade intelectual, as suas percepções teóricas e o seu arcabouço metodológico solidifica o intelectual que sempre quis ser.

Como nos mostram Dantas & Nunes (2009), na década de neste período o autor já tinha conseguido estabelecer uma rede de interlocução com vários outros intelectuais além de Emílio Willems como, Donald Pierson, Roger Bastide, Oracy Nogueira, Câmara Cascudo. Essa rede, permite a Felte ganhar certa influência e se inserir na cena intelectual brasileira dos anos 50 com certa notoriedade, tendo uma obra reconhecida e admirada².

É no fim dos anos 50, que devido a problemas pessoais Felte deixa a sua cadeira na Faculdade de Filosofia, doa todos os livros para esta e de modo repentino decide abandonar a vida acadêmica e suas pesquisas. Felte se muda para o Rio de Janeiro com sua mulher e filhos e lá começa uma nova vida, fora da cena intelectual. Porém, o que nos interessa tratar por enquanto é sobre os processos de desenvolvimento das ciências sociais nos anos 60 e 70, justamente o período do hiato na vida acadêmica e intelectual dele.

É nos anos 1960 que os primeiros programas de pós-graduação em Antropologia surgem no país (PEIRANO, 2000). Mesmo em meio a ditadura militar em 1964, a década de 60 proporciona uma expansão das ciências sociais e a abertura de novos campos de pesquisa, que começam a inserir a mulher e o negro no centro do debate. Para Peirano (2000) é somente na década de 1960 que a Antropologia se firma como ciência social, o que antes era um apêndice de uma sociologia dominante dos anos 40 e 50 passa a se expandir pelo desenvolvimento de novos conceitos e da sua reprodução através das nascentes pós-graduações.

² Em sua correspondência com Felte Bezerra, Roger Bastide em 1951 reforça a importância de pesquisas como a de Felte para a Coleção de Estudos Sergipanos, além de elogiar a obra, Bastide informa que iria divulgar a obra em revistas francesas, pois se achava no dever de tornar os intelectuais brasileiros conhecidos, como contrapartida de sua estadia no país. Bastide se interessou principalmente no apêndice “Xangô-Lambe-sujo” (DANTAS & NUNES, 2009)

Ainda que, como nos mostra Cardoso de Oliveira (1988), tenhamos na fase "carismática" da antropologia, nomes representativos como o de Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro, esses autores ocupam um lugar fronteiro entre a sociologia e a antropologia no Brasil. É somente em sua fase "burocrática" nos anos 60 que a Antropologia alça vôos para um caminho cada vez mais singular, que circunscreve de vez o seu espaço de ciência.

É justamente esse o ponto de nossa discussão, apesar de seu amor pela Antropologia, Felte perde o grande processo de expansão de sua área, perde os anos mais preciosos desse desenvolvimento, fato que faz com que seu retorno à cena intelectual em 1972 se torne mais complicada. Após mais de uma década no Rio de Janeiro, vivendo fora do circuito acadêmico se ocupa de outras coisas, como a ocupação de secretário da Ordem dos Músicos do Brasil, mas nada o faz esquecer a Antropologia. Mais de uma década depois, Felte retoma as leituras de Antropologia, buscando se atualizar sobre as mudanças teóricas do campo, buscando livros que pudessem referenciá-lo para as mudanças da área. Fez isso para acompanhar os debates da época, mesmo que de forma isolada, pela ausência de interlocutores naquele momento.

A trajetória intelectual de Felte e a circularidade de sua rede

Os caminhos teóricos e metodológicos de Felte demonstram de modo acentuado os traços de um intelectual de sua época. Podemos perceber, que o próprio Felte cavou as estradas a serem percorridas em sua trajetória intelectual. O que nos chama atenção em seu percurso é que a suas influências epistemológicas se devem à rede de articulação que ele conseguiu estabelecer nas décadas de 40 e 50.

Para falarmos então sobre essas influências e esse caminho percorrido, devemos acessar as memórias dessas trocas, que sinalizam para um Felte situado nacionalmente num contexto de expansão das ciências sociais. Podemos então expor de forma breve, as orientações teóricas e metodológicas que fizeram de Felte Bezerra um grande antropólogo e o preparam para os estudos das etnias em Sergipe.

Podemos então começar pela Geografia que se torna o espaço principal, onde Felte consegue se relacionar com a Antropologia, articulando a dimensão do meio físico e das etnias, abrindo uma discussão na dimensão cultural do homem. Sá (2009) relaciona esse entrecruzamento da Antropologia e da Geografia ao legado de Friedrich Ratzel, na medida em que este foi um dos pais do difusionismo no século XIX e trouxe a tona um novo pensamento geográfico, estruturado numa Antropogeografia, ou o que seria a

Geografia Humana. No entanto, Felte se aproximava do pensamento de Le Blache sobre uma Geografia Humana e se distanciava do determinismo de Ratzel. Felte acreditava que para além da determinação do meio sobre o homem, deveria-se pensar na relação entre o meio e o homem, bem como converge com o pensamento de Hipolite A. Taine sobre o meio para além do meio físico, levando em conta os fatores sociais, culturais e psicológicos.

O Felte que via no determinismo explicações simplistas se constituía num processo ambíguo de uma fronteira entre a Geografia e a Antropologia, que é descrito por Dantas & Nunes (2009) como uma dupla passagem, realizada principalmente com a sua tese *Da Terra*, que marca sua transição entre a Geografia física e a Geografia humana e depois para a Antropologia. Como nos mostra Dantas (2006) a partir do Estado Novo a Geografia se torna disciplina de peso, ganhando um destaque e um espaço grande no currículo educacional. De fato, não podemos negar que a experiência docente de Felte com a Geografia preparou o terreno do Felte antropólogo, que via nessas ciências as pistas para o desenvolvimento de suas pesquisas.

No entanto, é do culturalismo norte-americano que Felte herda as principais influências em suas pesquisas antropológicas. Tendo como espelho Gilberto Freyre, ele facilmente tomou para si a categoria cultura, como algo a ser explorado e fundamental para a compreensão da realidade sergipana. *Etnias Sergipanas* carrega consigo uma marca, em escala regional, das grandes sínteses do Brasil, a interlocução entre os conceitos culturalistas e os dados de sua pesquisa faziam um casamento perfeito, que entregava à sociedade uma pesquisa inovadora em Sergipe, que evidenciava as bases da formação de um povo e as idiossincrasias de suas relações étnicas e sociais.

Considero que o segundo momento de seu percurso epistemológico se situa nas correspondências com os intelectuais de sua época, sobretudo com Emílio Willems. As trocas que Felte passa a ter com a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo são fundamentais para a sua construção teórica e metodológica, os seus frequentes diálogos com Willems dão contornos fundamentais à sua vida intelectual.

Quanto ao projeto anunciado por Felte Bezerra sobre as etnias sergipanas, vai se constituir no eixo central da correspondência que então se inicia, envolvendo um experiente pesquisador de campo e um professor do ensino secundário fascinado por antropologia [...] A julgar pelo acervo de correspondências do MUHSE, Willems foi o interlocutor mais frequente de Felte durante os anos de 1948 e 1949, justamente enquanto ele escrevia o livro *Etnias Sergipanas* (DANTAS & NUNES, 2009, pp. 50-51).

É o contato de Felte com Emílio Willems, Donald Pierson e Roger Bastide que traz contribuições essenciais à sua construção como intelectual e pesquisador. Ao externar as suas iniciais pesquisas e buscar contato com esses intelectuais, Felte consegue estabelecer uma ponte com a ELSP e a USP e, passa a receber até mesmo orientações teórico-metodológicas acerca de sua pesquisa, como as orientações de Willems sobre a sua coleta de dados empíricos.

O contato com Donald Pierson através de Oracy Nogueira é também um ponto importante a ser considerado. Os diálogos giravam em torno de discussões acerca do ensino e da pesquisa. Ao ter acesso à *Etnias Sergipanas*, Pierson se admira de Felte e do seu trabalho, que considera excelente e fundamental, principalmente no tocante as discussões das relações raciais. Esse diálogo se mostra fundamental para Felte, já que o livro *Branços e Pretos na Bahia*, de Pierson, serve também como inspiração para a escrita da sua obra, bem como a influência do pragmatismo da Escola de Chicago chega a Felte através de Pierson, que considera a investigação empírica como algo fundamental nos estudos das relações raciais no Brasil.

Outra grande influência teórica é Roger Bastide, que se admira das discussões antropológicas de Felte e sobretudo no que tange ao campo das religiões afro-brasileiras, o apreço de Bastide por Felte, garante a ele um certo privilégio em estar inserido nos debates do período e nas ciências sociais. Sem dúvidas, como encontramos nas cartas de Felte (DANTAS & NUNES, 2009) a sua interlocução foi muito mais ampla e alcançou diversos outros intelectuais. Pontuamos o trio de intelectuais estrangeiros, entendendo o lugar de destaque que essas influências proporcionaram a Felte Bezerra e, como esses diálogos permitiram um amadurecimento teórico e metodológico daquele jovem intelectual.

Etnias Sergipanas e a representação antropológica do homem sergipano

Etnias Sergipanas é, sem dúvidas, uma obra singular em Sergipe, Felte Bezerra entrega para a sociedade o resultado de um trabalho antropológico sem igual. Devemos, aqui, fazer uma ressalva às limitações da obra à sua época e as teorias correntes naquele momento, mas esse fato não exime a genialidade do autor num trabalho pioneiro como este. Sob as orientações de Emílio Willems, a influência da ELSP e também do culturalismo encontrado em Gilberto Freyre, Felte constrói um estudo sobre a origem, a formação e as características do povo sergipano, tendo como base os grupos étnicos formadores.

O livro se divide basicamente em seis capítulos, que buscam retratar a influência europeia, indígena e africana em Sergipe, bem como uma análise do quadro dessas etnias em Sergipe e o debate acerca do contato e das relações raciais. Destacamos, aqui, os pontos principais desses capítulos e a proposta científica da obra em traçar os perfis que constituem o homem sergipano.

É na introdução que percebemos as minúcias do seu trabalho, Felte investiga as culturas africana e indígena e a civilização lusa na formação do Brasil, destacando os aspectos das interpretações desse processo. Ao retratar a imagem do negro e do índio nos séculos anteriores, Felte fala sobre uma prevalência da civilização ibérica e como ponto principal, o autor nos fala sobre o que chama de *stocks* raciais e, como os mais diferentes povos, durante a história, em razão de lutas, invasões ou até pacificamente, experienciaram uma troca de sangue e cultura que diminuiu cada vez mais a possibilidade de um povo puro.

Felte destaca um capítulo para tratar sobre o panorama da colonização sergipana. Embarca numa revisão histórica dos processos formadores de Sergipe, destacando os fins desta colonização, as suas tentativas iniciais, a ação militar de Cristóvão de Barros e os efeitos históricos das penetrações no território. Felte se debruça sobre o ciclo de mineração em Sergipe e os ciclos do couro, passeando pela fundação dos rios sergipanos, a devastação nas lutas holandesas, a reparação após os Batavos e, segue destrinchando a história de Sergipe e suas particularidades coloniais.

O autor destina o maior capítulo para tratar sobre o elemento europeu em Sergipe, as influências teóricas de Felte começam a ficar mais claras neste capítulo. É tratando sobre a adaptação do luso em terras brasileiras que ele inicia sua abordagem. De modo geral, o que interessa o autor, aqui, são as percepções de uma antropologia física sobre os tipos humanos observados. Desse modo, observa o louro como esse elemento europeu e se lança na tentativa de descobrir como a miscigenação atual nesse espaço e, de que modo centros como Lagarto e Itabaiana produziram o tipo alourado em Sergipe. É com essa investigação que Felte busca tratar sobre a influência dos holandeses em Sergipe, a influência galícia e como o processo de acomodação dos europeus em Sergipe del Rey permitiu uma troca bastante singular.

Ao tratar sobre o elemento africano em Sergipe, Felte busca reconstituir as memórias da diáspora africana e o tráfico negreiro. No negro, Felte encontra as raízes de um povo marcado pela escravidão, para não sermos tão repetitivos, Felte busca compreender essa influência em Sergipe acompanhando os processos que ocorriam

nacionalmente, desde o negro escravizado visto como instrumento ao negro que não foi preparado para a abolição. O negro inserido na nova lógica de um trabalho livre e de uma modernização dos hábitos, bem como a criação de redutos "africanos" e a conservação de hábitos. Outro ponto levantado por Felte é como dentro desses processos ocorre uma desafricanização, com forte influência da escola e da religião.

No que diz respeito à influência indígena, o autor considera essa em menor escala. Aborda os incessantes conflitos entre colonos e missionários, os aldeamentos e o *indianismo* do século XIX. Felte nos mostra que, em meio às reações ofensivas dos índios, houveram reações escravagistas dos colonos, o que ocasionou uma fuga do índio para o ocidente.

No penúltimo e mais significativo capítulo, intitulado *Etnias Sergipanas*, Felte aborda os quadros étnicos em Sergipe, destacando a variedade dos cruzamentos e os efeitos da miscigenação. Nos mostra, ainda, a capacidade de migração do branco, a característica mameluca na zona sertaneja e a derivação negra do pós-abolição. Além de evidenciar a impossibilidade de uma classificação étnica, o autor traz os dados sobre a população sergipana, a queda no crescimento relativo, bem como outros tantos pontos investigados por sua antropologia física.

Podemos dizer que o último capítulo denota uma certa imersão dentro dos debates raciais de sua época. Ao tratar sobre contato e relações de raça, Felte destaca uma preocupação com a *branquidade*, tocando em pontos como a ausência do preconceito de raça e um preconceito de cor vencido por uma elevação de *status*. Exemplifica isso ao evidenciar os casamentos interraciais e a ausência do perigo da miscigenação.

Sendo assim, mesmo sendo uma obra de grande valor acadêmico, é bem verdade que o livro se apresenta num contexto em que os debates raciais ganhavam dimensões cada vez maiores, sobretudo com o início do projeto da UNESCO. Podemos afirmar que o trabalho historiográfico de Felte é de um rigor teórico e metodológico que nos remete rapidamente à Gilberto Freyre, mas, no que se refere ao debate racial, Felte acaba acompanhando as tendências deste e, em primazia da cultura em relação à raça, mascara fatos que deixam escapar contradições, como o fato de anunciar uma ausência do preconceito de raça e o abandono da preocupação com a miscigenação, quando também anuncia a preocupação com a *branquidade* e com a estética branca como padrão. Portanto, *Etnias Sergipanas* é, de fato, uma obra pioneira e inaugura os estudos antropológicos em Sergipe de modo muito significativo, representa um retrato do esforço intelectual de Felte na busca do seu povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Felte pode, com toda a certeza, ser chamado de “o grande antropólogo sergipano”, para além das definições institucionais do que é ser antropólogo, Felte viveu a Antropologia e se dedicou com afinco a esta nobre ciência. Os caminhos abertos por ele trouxeram as ciências sociais em Sergipe, o seu rigor metodológico contribuiu de modo importante para o desenvolvimento das ciências humanas em Sergipe. Portanto, precisamos colocar Felte Bezerra no hall dos grandes intelectuais sergipanos, como Silvio Romero, Fausto Cardoso e Tobias Barreto, devemos fazer jus aos esforços empreendidos por ele na construção e desenvolvimento do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, da Academia Sergipana de Letras e do magistério sergipano.

Para encaminharmos a conclusão deste trabalho, traremos aqui o período entre 1972 e 1988, que compreende o segundo momento da vida intelectual de Felte, período em que ele retoma o seu interesse pela antropologia e busca o seu retorno ao campo. Segundo Dantas (2006), ao retomar suas leituras, Felte enfrenta o primeiro obstáculo, pois, além de ter doado toda a sua biblioteca para a Faculdade de Filosofia, teria que se atualizar às discussões da época. Mas se isso poderia lhe oferecer alguma dificuldade, Felte utilizou de sua influência e de seus antigos contatos para compor um novo acervo bibliográfico e para se inserir nos novos debates.

Impossibilitado de voltar a lecionar regularmente, pois não possuía mais os canais de acesso e não tinha os títulos acadêmicos, já que naquele momento os docentes eram selecionados entre a concorrência do mercado, que era marcado pelas pós-graduações que surgem e se consolidam nas décadas de 1960 e 1970, Felte não perdeu o gosto pela escrita e nas décadas de 70 e 80 continuou os seus trabalhos, escrevendo obras antropológicas mesmo estando num contexto da Antropologia feita, principalmente, dentro das Universidades.

Mais que um intelectual, como Câmara Cascudo o costumava chamar, Felte foi o "Historiador do homem sergipano" (SÁ, 2009, p. 259). Foi o intelectual que estudou sua terra, sua gente e construiu os alicerces da pesquisa antropológica em Sergipe, Felte representa a paixão de um intelectual pelo seu lugar e por seu campo. É descrito como um dos melhores pesquisadores por José Calasans, que faz referência ao seu livro *Investigações histórico-geográficas de Sergipe*. Maria Thetis Nunes cita a sua vocação

para o ensino e destaca suas qualidades como docente, sua didática e o modo como transmitia seu conhecimento.

Portanto, Felte deixa sua marca através de suas várias publicações, continuou publicando até 1988, mesmo estando fora do circuito acadêmico da época. Apesar de ter deixado as salas de aula em 1959, Felte continuou ensinando através de seus escritos, suas pesquisas demonstravam a grande paixão que tinha pela Antropologia. A Antropologia sergipana que se desenvolve posteriormente necessita olhar para Felte como uma referência de intelectual, que, ao seu modo e, em sua época, esteve no campo e para o campo.

REFERÊNCIAS

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O que é isso que chamamos de antropologia brasileira. *In: Sobre o pensamento antropológico*. P.109-28; Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1988.

CANDIDO, Antônio. A Sociologia no Brasil. São Paulo, **Revista Tempo Social**, [1960] 2006.

DANTAS, Beatriz Góis. Felte Bezerra: um homem fascinado pela antropologia. **Revista TOMO**, Aracaju, 2006.

DANTAS, Beatriz Góis; NUNES, Verônica M. M. **Destinatário, Felte Bezerra: cartas a um antropólogo sergipano (1947-59 e 1973-85)**. São Cristóvão, Editora UFS, 2009.

PEIRANO, Mariza. A antropologia como ciência social no Brasil. **Etnográfica**, Vol. IV (2), pp. 219-232, 2000.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. Felte Bezerra e a historiografia sergipana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, 2009.

SANSONE, Livio. Estados Unidos e Brasil no Gantois. O poder e a origem transnacional dos estudos Afro-brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 27, núm. 79, Junho, 2012, p. 9-29.

Edison Carneiro, o negro da cor trigueira: inserção, audácia e invisibilidade

Edison Carneiro the *trigueiro* color nigro: insertion, audacity and invisibility

Evelyn Marcele Ribeiro Mota¹

RESUMO

Este artigo dedica-se a demonstrar a inserção de um autor negro, baiano, pouco reconhecido em seu meio, empenhado em adentrar no preliminar campo das ciências sociais no Brasil em meio ao contexto de poucas oportunidades, trabalhos e referências. Edison Carneiro (1912-1972) contribuiu para esse campo a partir de pesquisas sobre folclore e religiões de matriz africana, investigando dos terreiros às escolas de samba e conseguindo, mesmo que preliminarmente, colaborar para o entendimento desse universo. Relegado a vender seus estudos aos jornais, tornou-se um pesquisador de poucas teorias e que abriu muitas portas para a mudança de paradigma destas ciências dos anos seguintes.

Palavras-chave: Ciências Sociais; Estudos Afro-Brasileiros; Religião e Sociologia Brasileira.

ABSTRACT

This article is dedicated to demonstrating the insertion of a black, Bahian author, little recognized in his environment, committed to enter the preliminary field of social sciences in Brazil amidst the context of few opportunities, works and references. Edison Carneiro (1912-1972) contributes to this field through research on folklore and religions of African origin, investigating from the terreiros to samba schools and managing, even if preliminarily, to collaborate to understand this universe. Relegated to selling his studies to newspapers, he became a researcher with few theories and who opened many doors for the paradigm shift of these sciences in the following years.

Keywords: Social Sciences; Afro-Brazilian Studies; Religion and Brazilian Sociology.

INTRODUÇÃO

¹ Graduanda no Curso de Ciências Sociais (UFS). Integrante do grupo de pesquisa INUMA - Interfaces Humanos e Não Humanos (DCS/UFS) e do grupo de pesquisa Corpo, Cultura e Consumo (DCOS/UFS).

Pareceu-me significativo que Edison fosse um mulato, da cor trigueira chamada parda no Brasil. Era significativo porque as cartas de apresentação vinham de colegas brancos, que não haviam mencionado a sua raça ou cor. Para eles, isso não importava. Aceitavam-no pelo seu provado valor como jornalista e como erudito (LANDES, 2002 apud NASCIMENTO, 2010).

Ao adentrarmos os estudos sobre as religiões de matriz africana no Brasil, nos deparamos com diversos autores que, antes das ciências sociais se institucionalizarem no Brasil, já tratavam dessa questão. Por que estudar religião de matriz africana, então? A princípio, as linhas de pesquisa buscavam entender como o negro africano vivia no Brasil, seus costumes e sua cultura, sobrevivências e confluências. A África que veio para o Brasil pesava muito e era marcante para os estudiosos da época, naquele contexto, as ideias biológicas e evolucionistas estavam em pauta, os negros no Brasil eram vistos como uma pequena África, não havia a ideia de troca, interação e ressignificação cultural. Por isso, a ideia de africanidade no Brasil foi tão forte, era novidade olhar para a sociedade brasileira com outro olhar, em busca de quem somos, de onde viemos e para onde vamos, questões que até então pouco importavam, é esse terreno que possibilita o surgimento das ciências sociais no Brasil.

Ora, aquilo que será chamado de religião só adquiriu esse patamar após mudanças epistemológicas, com o tempo passa-se a perceber que aquele *ethos* africano, existia na África, mas, não pôde ser transportado para o Brasil da mesma maneira, foi ressignificado e acabou por se tornar uma religião. É neste momento que as religiões ganham destaque, estudiosos percebem a riqueza da cultura africana presente ali e sua transformação em meio e pós período escravocrata.

Nesse período surge Edison Carneiro, entre os estudos sobre manifestações culturais adentrou o círculo da pesquisa, naquele momento a valorização da cultura brasileira pautava-se da ideia de preservação de tais manifestações, do samba de coco ao samba de roda, diversas instituições surgiram com a intenção de torná-las parte da identidade brasileira e, para isso, era necessário desvendar e preservar. Aqueles que estavam preocupados em manter e incentivar tais práticas conseguiram espaço nos museus e instituições da época. Folclorista, jornalista, historiador, antropólogo e sociólogo, Edison Carneiro acreditava que o conhecimento sobre tais manifestações

conteria os preconceitos, pois o entendimento revelaria sobre a importância cultural para determinados povos, pois, não trata-se apenas de uma dança ou uma seita, são modos de agir e pensar, e permeiam os atores sociais envolvidos. É por sua inserção no campo, sua audácia, seus estudos e sua invisibilidade que Edison Carneiro é importante ainda hoje.

Contexto histórico

O contexto histórico em que Edison Carneiro está inserido tem seu lugar de atuação política em meio à institucionalização do campo das políticas públicas culturais e sua singularidade dentro de um grupo diverso de intelectuais. A década de 1930 teve Getúlio Vargas como presidente do Brasil, seu segundo mandato foi possível devido ao Golpe organizado junto aos militares e, teve o apoio de grande parcela da sociedade. A partir de novembro de 1937, Vargas impôs a censura aos meios de comunicação, reprimiu a atividade política, perseguiu e prendeu seus inimigos políticos, adotou medidas econômicas nacionalizantes e deu continuidade à sua política trabalhista com a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

O projeto político e ideológico formulado nesse período passava pela formação de homens saudáveis e orgulhosos de seu país, forma do governo tentar construir uma nova imagem para o Estado brasileiro. Diversos órgãos foram criados com o intuito de auxiliar na implementação do projeto nacionalista de construção de uma unidade nacional, essa faceta do governo Vargas propôs-se a controlar estrangeiros e brasileiros envolvidos em expedições científicas e artísticas, revelando as disputas que marcaram a realização dessas expedições. De acordo com Grupioni (1998, p. 21), "[...] tocante ao Estado, ao firmar uma política de proteção dos bens da nação e de controle de estrangeiros, quer no tocante aos institutos de pesquisas nacionais, ao sedimentar o campo de ação, institucionalizando a pesquisa científica no Brasil". Com isso, a criação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFEACB), órgão situado entre o campo político e o intelectual, criado em 1933, teve o intuito de inspecionar, controlar e fiscalizar todas as expedições científicas realizadas no Brasil, seja por iniciativas estrangeiras ou brasileira. A ação do Conselho de Fiscalização no controle e cerceamento de alguns pesquisadores estrangeiros não foi tão efetiva como a legislação previa e nem como os relatórios anuais do órgão pareciam exprimir, por isso, a atuação desse órgão, em alguns casos, foi meramente formal em relação à concessão de licenças; mas, em outros, ela foi marcante em sua atuação fiscalizadora. Grupioni sustenta seu

argumento com a análise de documentos que apontam em quais circunstâncias o conselho atuava, ora como licenciador, ora como fiscalizador.

A outra face, pouco mencionada quando se fala de Getúlio Vargas é sua ligação com as religiões de matriz africana, sabe-se bem que esse período foi de fortalecimento e ligação de diversos terreiros da Bahia com instituições e políticos da época, ensejo encontrado para driblar a política de repressão do Estado Novo.

Cheguei a ver, há muitos anos, mostrada por Senhora, uma lista feita por Aninha dos “preparos” para uma “obrigação” que ela fizera no Rio, em favor do restabelecimento do então Presidente Vargas, acidentado, como a família, na estrada de Petrópolis (onde andaré, hoje, esse papel, nos “guardados” do terreiro?). Sabia-se de suas relações íntimas com pessoas associadas ao Governo da República, diplomatas, Ministros, Chefes de Polícia. Dessas viagens ao Rio resultou a criação, ali, de um ramo do Opô Afonjá, cuja direção entregou à sua filha-de-santo Agripina Sousa (LIMA, 2004, p. 217).

É importante se ater a esse momento histórico, pois ele foi marcado pela criação de diversas instituições diretamente ligadas ou incentivadas pelo Governo Federal, preocupados em entender a nação brasileira, diversos órgãos foram criados com o intuito de auxiliar na implementação do projeto nacionalista de construção de uma unidade nacional, essa faceta do governo Vargas propôs-se a controlar estrangeiros e brasileiros envolvidos em expedições científicas e artísticas, revelando as disputas que marcaram a realização dessas expedições.

Por outro lado, durante o Governo Vargas, Edison Carneiro, além de enfrentar entraves no campo acadêmico, passou um período conturbado de ameaça à sua vida por sua posição política. Entender os entremeios que permeavam a vida do autor nos permite compreender sobre a posição que se impõe em suas obras e como a década 1930 lhe marcou intensa e intelectualmente.

O Surgimento das Ciências Sociais no Brasil

Os primórdios das Ciências Sociais brasileiras têm início com o período denominado *heroico* (corresponde às décadas de 1920 e 30), quando a profissão dos cientistas sociais e o próprio campo antropológico e sociológico ainda não estavam institucionalizados, a exemplos de Curt Nimuendaju, para a Etnologia Indígena, e Gilberto Freyre, para os Estudos da Sociedade Nacional. Seria, então, a abertura do movimento que buscava desvendar o que era a nação brasileira. Por conseguinte, a segunda metade dos anos 1960 coincide com a criação dos cursos de mestrado e doutorado no país, nos dois períodos, nota-se a indiferenciação da Antropologia pela

Sociologia, ambas nascem da literatura e de autores que ainda não possuíam o rigor metodológico-científico, pautam-se, primeiramente, nas pesquisas realizadas na biologia e, em seguida, na teoria cultural e interpretativista de influência norte-americana.

Antes do período acima mencionado, delimitador da emergência das pesquisas teórica e metodologicamente orientadas nesta área, autores como Silvio Romero (2002) já especulavam sociologicamente acerca de como a literatura, como primeira fonte utilizada para pensar a invenção da sociedade brasileira, poderia ser utilizada, a partir dos conceitos como os de *raça, meio, e evolução histórica*, foram utilizados como referências para pensar a formação da sociedade brasileira. Por outro lado, o interesse pelos estudos culturais e folclóricos no Brasil aumenta, é tanto que as ciências sociais surgem ligadas às diversas instituições, como: Departamento Municipal de Cultura, Sociedade de Etnografia e Folclore, Congressos Afro-Brasileiros, Reuniões de antropologia, o Museu Nacional, o Museu Paulista, o Museu Paraense, a Faculdade de Filosofia e a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, o Museu do Índio, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, o Instituto Joaquim Nabuco de Ciências Sociais, a Faculdade de Filosofia da Bahia, o Ministério da educação, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos entre outros.

As ciências sociais são recepcionadas no Brasil como descobridoras da nação, quem eram os brasileiros, como se constituíram os costumes, as religiões e as relações interétnicas, neste momento era necessário compreender o cenário brasileiro para sanar os problemas da vida social moderna. A sociologia, então, voltava seu interesse para questões de gestão e políticas públicas, e a antropologia para os estudos culturais, folclóricos e raciais. A sociologia emerge a partir das necessidades do contexto: a primeira é política, a invenção da nação; a segunda é a necessidade intelectual, preocupados com o problema da indústria e o crescimento das cidades; e a terceira, a necessidade estrutural, o planejamento das cidades, das políticas públicas e da intervenção social, por meio do conhecimento. Era preciso conhecer a realidade para atuar e intervir nela, ideia pragmática do fazer sociológico, para entender a formação da sociologia brasileira é preciso compreender suas bases nesse momento: o direito e o evolucionismo.

Segundo Florestan Fernandes (1976), os fatores socioculturais da inclusão da sociologia são: o processo de secularização das atitudes e do modo de compreender a natureza humana; a origem ou funcionamento das instituições e os motivos do comportamento humano; o processo de racionalização que projetou na esfera da ação

coletiva a ambição de conhecer, explicar e dirigir o curso dos acontecimentos e das relações do homem com o universo. Devido à sua importância teórica e prática para os educadores, a sociologia encontrou um reconhecimento de suas utilidades.

Dessa forma, não apenas o Brasil buscava interpretar sua própria nação, mas os estrangeiros também estavam interessados em investigar o que ficou conhecido como o *laboratório das raças*. A curiosidade surge daí, como se davam as relações interétnicas, tão democráticas e pacíficas aos olhos exteriores. Quando Mariza Peirano (2000) menciona sobre o exotismo ser um tipo de diferença, atenta-se ao fato de que o Brasil tem sua excentricidade, principalmente para os estrangeiros recém-chegados, ao mesmo tempo em que o diferencial brasileiro é o exotismo carregado de diferenças (sociais, culturais, religiosas, de gênero, dentre outras).

Fazem pesquisas na Bahia, neste período, uma série de intelectuais estrangeiros, entre eles Robert Park, Donald Pierson, Ruth Landes, Melville Herskovits e Franklin Frazier. Carneiro vai se atando a essa rede como um de seus nós, ao incentivar publicações, provocar debates, agenciar pesquisadores em outros estados do país e também de fora dele para a participação no congresso que organiza (NASCIMENTO, 2010, p. 68).

Em parte, é desses estudos que nascem as ciências sociais no Brasil, é por meio de diversos financiamentos estrangeiros que a sociologia brasileira começa a olhar para o problema do país, não apenas como necessidade de desvendar quem é a nação, mas, também, em busca de compreender as relações que aqui se formaram. O período de formação da sociologia acadêmica no Brasil e da consolidação das ciências sociais coincide com o período em que Edison Carneiro se constrói subjetivamente como pesquisador. Momento da consolidação da intelectualidade brasileira revela-se de grande interesse político também, como menciona Beatriz Góis Dantas e Verônica Maria Meneses Nunes (2009, p. 74): “Parece-me um empreendimento de certa importância prática, além da importância científica, sendo que esta é a primeira vez, ao que eu saiba, que o governo federal se interessa em proporcionar uma verba para custear o tipo de pesquisa que nós estamos preparados para fazer (Doc. 31)²”. O investimento e a vinda de estrangeiros para o Brasil nessa época demonstram a preocupação, principalmente, com as relações interétnicas se desenvolverem no país pós abolição, torna-se um assunto que demanda interesse para a gestão e entendimento da formação nacional, importante para a sociologia se firmar como ciência.

² Carta enviada de São Paulo a Felte Bezerra em 19 de Novembro de 1951.

A sociologia surge a partir de um modelo teórico e da necessidade do contexto, pois não se faz ciência em um lugar onde a ciência não possui demanda, as elites intelectuais tiveram um papel crucial nesse processo, refletido no modo com a sociologia é atrelada ao direito e à literatura, são tais condicionamentos culturais que exprimem a sociologia que será desenvolvida no Brasil. Dentre os diversos autores presente nesse contexto, Oracy Nogueira (1978) aponta para o fato de que não dá para entender o Brasil sem entender as relações raciais presentes nesse contexto, orientado por Donald Pierson, já estabelecidos os limites metodológicos, trabalha com *tipos ideais* para entender a diferença do preconceito no Brasil e nos EUA. Em seu estudo comparativo, menciona que no Brasil é como o ditado: “Em casa de enforcado não se fala em corda”, revela que o racismo apresenta-se de forma mais branda e sutil de natureza qualitativamente diferente comparado aos EUA, não é a intensidade é a qualidade que é diferente. Sua investigação é um piloto entre contatos raciais, apresenta três diferentes correntes sobre a temática: 1) Afro-brasileira (processo de “aculturação”, como a cultura negra contribuiu para nossa forma de pensar, agir e sentir, mais presente na antropologia); 2) Estudos históricos (Gilberto Freyre); 3) Estudos que buscaram entender as relações entre negros e brancos na sociedade brasileira. Oracy é o primeiro a sistematizar um conjunto de referências, pois está preocupado com a apresentação explícita dos dados, busca diferenciar-se de um ensaio para se aproximar dos trabalhos científicos. Seu estudo demonstra como o racismo é visto empiricamente, torna-se pauta do estudo da UNESCO³ no reconhecimento do racismo. Este é apenas um exemplo dos estudos que surgiram neste contexto e que revelaram a importância dos estudos sobre as relações interétnicas e a cultura negra.

Estudos sobre religiões de matriz africana colocam o negro na agenda da sociologia

Tratando especificamente dos estudos sociológicos sobre a cultura negra temos como pioneiro o professor universitário, escritor, antropólogo e pesquisador das áreas de saúde pública e medicina legal, Nina Rodrigues destaca-se entre os pesquisadores de grande importância do século XIX. É ele o primeiro a colocar o negro na agenda da sociologia, construiu para si próprio esse mito de primeiro estudioso do assunto. Em seu momento de atuação, as ciências sociais estão intimamente ligadas às ideias biológicas e médicas vindas do exterior, a exemplo dos autores como Nina Rodrigues, na Bahia, e

³ Sobre os estudos da UNESCO ver Marcos Maio (1990; 2000).

René Ribeiro, em Pernambuco. Explicitamente pautado em ideias evolucionistas europeias, aponta para a relevância dos estudos sobre o negro no Brasil, impressionado com seu modo de viver, pensar e agir e em busca de confirmar as ideias da época, mergulhou entre os negros para melhor entendê-los, com seu livro, *O Animismo Fetichista dos Negros Bahianos*, de 1896, fundou a etnografia e um modelo de estudo das religiões afro-brasileiras.

Sabemos bem a quem serviam as ciências sociais nesse período, as teorias racistas e evolucionistas abriram terreno e legitimaram o colonialismo. Nina Rodrigues faz parte dos estudiosos que buscavam demonstrar a inferioridade do negro, por isso, *animismo fetichista* é a expressão, hoje preconceituosa, pela qual eram conhecidas as religiões dos chamados *povos primitivos*, juntamente com outros conceitos, como o de *totemismo*, por exemplo. O autor é conhecido especialmente por suas ideias relativas às raças, atreladas a teorias da época que afirmavam a inferioridade da raça negra, do ponto de vista intelectual, físico, moral e religioso, embora reconhecesse muitas qualidades no negro.

Ao focar especificamente nas religiões, descreve a sua participação num terreiro, ao mesmo tempo, espírita e de candomblé, onde encontrou todos os preparativos para se celebrar missas, segundo ele, o culto possui elementos sincréticos espíritas e africanos, com caboclos e orixás. “Afirma que os negros são mais fáceis de cair no santo do que os brancos. Conclui afirmando que os negros baianos são católicos e que a conversão tem êxito no Brasil, mas é uma ilusão, e não está conforme a realidade dos fatos” (FERRETTI, 2006, p. 57). Dentre esses e outros estudos, argumentou que o negro deveria ser considerado como objeto de ciência.

Há quem diga que a sua relação com as religiões de matriz africana e os negros são contraditórias à sua teoria intelectual, já há quem acredita que isso faça parte de sua obsessão por confirmação. Nina Rodrigues frequentava diversos terreiros e relacionava-se com os negros que lá vivam, com o intuito de fazer um bom trabalho de campo que afirmasse sua teoria, por isso precisava dessa convivência e interação, ao mesmo tempo em que reconhecia a peculiaridade das religiões de matriz africana e sua origem em uma cosmologia diferente da ocidental afirma a inferioridade do negro por apegar-se a esse modelo religioso de vida, algo que os mantinham atrás na linha evolutiva.

Nina Rodrigues comenta medidas repressivas ao culto jeje-nagô bem como sua grande vitalidade e resistência. Mostra que, na África, esses cultos constituem verdadeira religião, mas no Brasil são considerados práticas de feitiçaria sem proteção nas leis, condenadas pela religião dominante e pelo desprezo aparente das classes influentes (FERRETTI, 2006, p. 58).

Os estudos de Nina Rodrigues criam um campo e, passam a servir de referência devido ao tamanho de sua pesquisa, ao tratar de religiões de matriz africana ele visitou diversos terreiros e pôde criar um grande catálogo de referência sobre as diferentes práticas culturais.

Tais estudos iniciam-se como forma de entender as manifestações africanas no Brasil, como elas integraram a sociedade e resistiram ao período de escravidão, seriam elas responsáveis pela integração e disseminação da cultura africana no país. Inicialmente, não são vistas como religião, mas sim como seitas, costumes e sobrevivências, antes de serem vistas como religião propriamente dita, Nina Rodrigues já dizia que representavam modos de agir africanos e que, aqui no Brasil, eram vistos de modo pejorativo. Para contrapor essa ideia de manifestações de baixo calão, os costumes africanos são inseridos no meio institucional e científico por meio das manifestações populares, da dança e do folclore. A ideia de continuidade africana no Brasil perdurou durante muito tempo e, os cientistas como Nina Rodrigues contribuíram para isso, sendo assim, o limiar entre seita e religião se acirrou cada vez mais dentro e fora dos terreiros, as brigas por legitimidade africana fizeram parte desse momento, conceitos como o de *pureza* foram disseminados, momento esse em que as ideias biológicas ainda faziam parte do imaginário da própria ciência social, já dava para entender a ideia evolucionista por detrás.

Os “folcloristas” concebiam a *cultura popular* como objeto de uma preocupação política: era preciso preservá-la para garantir a permanência da *identidade nacional*. Conseguiram criar agências estatais, fizeram apelos à imprensa, produziram publicações do movimento, realizaram congressos e festivais folclóricos pelo país com grande número de participantes. Há uma grande mudança de olhar nesse sentido, os “folcloristas” atentavam-se ao *folclore*, ao *fato folclórico* ou às *manifestações folclóricas*, assim, a dimensão de religião não chegava, por outro lado, os antropólogos e sociólogos atentaram-se para a cultura, os costumes, os modos de agir e pensar, a perspectiva era outra.

A este respeito, a autora indica que “uma diferença há e não é de objeto, mas sim epistemológica, de como se ‘olha’ para o objeto”. No caso dos “antropólogos inventariantes”, ao participarem do processo de inventário e/ou registro de um bem cultural, devem dar uma especial atenção aos processos de atribuição do valor “patrimônio” em cada caso específico, a fim de observarem proximamente os resultados da inserção desta nova categoria. [...] Pela primeira vez, a tradição afro-brasileira obtinha o reconhecimento oficial do Estado nacional (GONÇALVES, 2013, p. 250).

Em seguida, principalmente com os estudos de Edison Carneiro e seus contemporâneos, as religiões de matriz africana vão se consolidando, não apenas como manifestações vindas da África e que aqui resistiram e se perpetuaram, mas, sim, como religião que precisou adaptar o modo de vida dos africanos que aqui estavam, e passaram a ser chamadas de Religiões Afro-brasileiras. Esse período em particular contou com a presença de diversos pesquisadores, assim como foi usado de força e legitimidade para os candomblés estudados, principalmente na Bahia, local que entendiam ser o melhor para compreender como as relações interétnicas se davam, diferentemente dos Estados Unidos. Os prestigiosos do candomblé na Bahia na década de 1930: babalaô Martiniano Eliseu do Bonfim e a ialorixá Eugênia Ana dos Santos, Aninha, do Centro Cruz Santa do Axé do Opô Afonjá, exerciam grande influência comunitária e cumpriam papéis importantes, a estreita relação que Édson Carneiro tinha com eles é de extrema importância para a ampliação dos estudos sobre as religiões afro-brasileiras, assim como a interlocução com pesquisadores de fora, que àquela época vinham ao Brasil.

A formação do campo de estudos de folclore foi marcada por uma relação de tensão com as ciências sociais em fase de institucionalização acadêmica no Brasil, mediante a figura de Florestan Fernandes e da escola paulista de sociologia, que se esforçou para definir o formato dessas ciências e demarcar suas fronteiras. A institucionalização das ciências sociais garante a sobrevivência da área no Brasil, ao mesmo tempo em que a enclausura e a distancia de outras instâncias de atuação, apesar de também servirem de palco para pesquisa e para o reconhecimento da nação, as instituições folcloristas são deixadas de lado, pois, o momento de surgimento da sociologia demandava uma postura pragmática, de planejamento e reflexão, que a academia proporcionou.

Biografia

Bacharel em direito como todo mundo (...) tenho trabalhado em história, etnografia e folclore e um pouco (muito pouco) em literatura. Em todos esses campos do saber o que me importa é sempre o povo – as suas vicissitudes, as suas expectativas, as suas esperanças. Usando esta ou aquela técnica de trabalho, procuro sentir o povo lutando e sofrendo por construir uma nação e uma cultura. (Entrevista de Edison Carneiro a Tânia Góes, “Gente muito

especial". *Rio de Janeiro, Correio da Manhã*
28/03/71) (NASCIMENTO, 2010).

Edison Carneiro nasceu em Salvador, em 12 de agosto de 1912, e faleceu no Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1972. Seu pai, Antônio Joaquim de Souza Carneiro, sua mãe, Laura Coelho de Souza Carneiro. Aos dezesseis anos, fez parte do grupo literário Academia dos Rebeldes (1928-1932), cujo líder era Pinheiro Viegas e um dos colaboradores Jorge Amado. Neste mesmo ano, dá início à sua carreira de jornalista publicando no jornal "A Noite", de Salvador. Em 1939, Édison Carneiro transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde passou a ser colaborador de "O Jornal". Posteriormente, patrocinado pelo Museu Nacional, foi enviado à Bahia para coletar material sobre cultos populares e encomendar bonecas de pano, em tamanho natural, vestidas como as diversas divindades africanas. Casou-se, em 1940, com Magdalena Botelho de Souza Carneiro, com quem teve dois filhos, Philon (1945) e Lídia (1948). Voltou ao Rio de Janeiro, onde trabalhou como tradutor-redator e redator-chefe da agência "The Associated Press", no período de 1941 a 1949; redator do "British News Service" (1941) e do jornal "Última Hora", além de ser colaborador também do "Jornal do Brasil" (1956-1966).

Escreveu sobre diversos temas: desde os folguedos populares até as religiões matriz africana, passando pelas escolas de samba do Rio de Janeiro. Um intelectual pouco lido e conhecido nas ciências sociais brasileiras, mas, que muito contribuiu para a formação dos estudos e das instituições ligadas à cultura popular e às políticas de preservação cultural. Atuou como pesquisador, militante e como organizador e participante de diversos congressos, principalmente no campo do folclore, mas também de outros, como o Segundo Congresso Afro-brasileiro. Devido à sua grande influência na década de 1960 sobre os movimentos folclóricos, instituições e jornais de época, não é fácil de encaixá-lo em apenas uma linha. Desde a "Carta ao Samba" redigida por Carneiro em 1962, é possível estabelecer relações entre campos de conhecimento e de ação política, pois, ponto de vista de iniciativas e realizações, foi o momento do apogeu dos estudos de folclore.

A "Carta ao Samba", segundo Edison, representava um esforço por coordenar medidas práticas e de fácil execução para preservar as características tradicionais do samba sem, entretanto, lhe negar ou tirar espontaneidade e perspectivas de progresso. Foi recomendado que as escolas abrissem mão de prêmios e classificações que causariam os atrasos nos desfiles e as rivalidades; que desistissem da apresentação de alegorias em

carretas, que as pistas para os desfiles fossem mais largas, que as escolas, em vez de se apresentarem apenas no concurso oficial, desfilassem também nos bairros onde tinham sede. Em 1958, viabilizaram a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), órgão executivo ligado ao Ministério da Educação e Cultura, que teve Edison Carneiro como seu segundo diretor, cargo do qual foi exonerado pelo regime militar em 1964, a partir desse momento, é possível visualizar como a institucionalização do folclore se deu a partir da constituição de museus, institutos, órgãos governamentais, e não nas universidades, como também desejavam os folcloristas, talvez esteja aí um dos motivos pelos quais Edison Carneiro não se inseriu na universidade, apesar (ou talvez por causa) de sua luta política pelos direitos dos negros e das associações religiosas de origem africana em Salvador, suas ações foram mais em meio ao campo. Para ele, a expansão e a divulgação eram o alicerce desse movimento, bastaria multiplicar as suas oportunidades de apresentação, na cidade e na zona rural, deixando aos brincantes liberdade na sua organização para que tivessem maior visibilidade.

Preocupado com questões de visibilidade e reconhecimento, fez questão de convidar Martiniano para ser o Presidente de Honra do II Congresso Afro-Brasileiro, por conseguinte, ainda, uma participação definitiva na organização da União de Seitas Afro-Brasileiras, criada em decorrência de uma das resoluções do Congresso. Ora a ligação com Dona Aninha não foi diferente, quando Carneiro precisou se refugiar da perseguição da polícia política, foi ela que o acolheu.

Este fato, lembrado por Carneiro a Senhora e seus Obás, muitos anos depois, é também mencionado no livro de Deoscóredes M. Santos, filho de Senhora, Açobá do terreiro, no seu livro *Axé Opô Afonjá: Em fins de 1937, com a proclamação do Estado Novo, o escritor e etnógrafo Édison Carneiro, sendo perseguido, refugiou-se no terreiro, tendo Mãe Aninha encarregou Senhora de velar por ele, lhe prestar assistência. Esse fato por muitos anos foi conhecido apenas de Aninha e Senhora, até que o mesmo Édison Carneiro deu-lhe divulgação pública. Nas suas cartas a Ramos, Carneiro tinha que ser discreto e não aludir a fatos e situações que pudessem vir a comprometer seus amigos dos candomblés. “Nessas duas figuras singulares bem se poderiam identificar as clássicas categorias weberianas da legitimação do poder ...” Martiniano e Aninha são atualmente nomes lembrados na tradição oral de todos os terreiros da Bahia, mitificados já, na lembrança da “gente-de-santo”, dos que os conheceram em vida e dos que ouviram contar histórias de seu poder, de seu conhecimento, de seu imenso prestígio. Nessas duas figuras singulares bem se poderiam identificar as clássicas categorias weberianas da legitimação do poder, no caso, do poder teocrático exercido pelos pais e mães dos terreiros da Bahia: eram eles pessoas que conheciam suas origens étnicas e culturais. Dotados de um superior conhecimento das tradições e reconhecidos por toda a gente como detentores legítimos do saber religioso, dos “fundamentos” (LIMA, 2004, p. 202).*

A participação de Aninha no II Congresso Afro-Brasileiro foi de grande importância para esse momento, por declarar sua casa como *nagô puro*, participou das pesquisas sobre costumes, mitos e ritos advindos da religião nagô, para o evento escreveu um trabalho sobre os quitutes trazidos pelo negro para a Bahia.

Aninha cumpriu o prometido a Carneiro e preparou um pequeno trabalho sobre a culinária africana, entregue aos organizadores do Congresso, depois do seu final, e por eles incluídos como Apêndice ao volume *O negro no Brasil*, (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1940), com o título “Nota sobre comestíveis africanos”. Esse despojamento nas “receitas” de Aninha indica, claramente, no campo da comida ritual, o que significa, para o povo-de-santo, a reserva nas “coisas-de-fundamento”. Pois as “comidas africanas” listadas por Aninha eram, todas elas, comidas-de-santo, oferecidas nas obrigações aos orixás, que têm suas próprias preferências alimentares, sempre associadas a seus mitos e a uma complexa prescrição simbólica. Atendeu ao pedido do amigo, mas o fez com as reservas do seu código de mãe-de-santo (LIMA, 2004, p. 216).

Por meio da biografia de Edison Carneiro, podemos absorver diversas questões, do surgimento e institucionalização das ciências sociais sob um contexto histórico conturbado, da ligação entre a religião e os costumes negros e os estudos sociais, ao surgimento de categorias cruciais para o desenvolvimento das pesquisas sobre as religiões de matriz africana. Os trabalhos de Edison Carneiro levantaram mais questões que respostas, em suas cartas trocadas com diversos intelectuais revela a frustração de não encontrar bibliografia e leituras que o ajudassem em suas investigações, em conjunto com a falta de oportunidade na academia, suas pesquisas trataram de investigar a cultura negra (samba e o folclore) e as religiões de matriz africana.⁴

Orientações teóricas e metodológicas no estudo da cultura africana

Como mencionado anteriormente, no momento em que Edison Carneiro insere-se no campo intelectual sobre as religiões de matriz africana havia um forte aporte sobre a

⁴A seguir um resumo dos eventos, organizações e obras que envolveram Edison Carneiro: 1933 - Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFEACB); 1934 - I Congresso Afro-Brasileiro; 1936 - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e “Religiões Negras”; 1937 - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN; II Congresso Afro-Brasileiro; União das Seitas Afro-Brasileira; “Negros Bantos”; “Castro Alves”; 1940 - “O Negro no Brasil”; 1947 - “O Quilombo dos Palmares”; “Trajetória de Castro Alves”; Comissão Nacional de Folclore; 1948 - “Candomblés da Bahia”; 1950 - “Antologia do Negro Brasileiro”; 1951 - “A linguagem Popular”; 1954 - “A cidade do Salvador”; “O folclore nacional: 1943-1953”; 1955 - “Pesquisa de Folclore”; “Proteção e restauro dos folguedos populares (A Sabedoria Popular)”; 1956 - “A Conquista da Amazônia”; “Escolas de Samba I (A Sabedoria Popular)”; “O negro em Minas Gerais”; 1957 - “Escolas de Samba II (A Sabedoria Popular)”; 1958 - Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (diretor entre os anos de 1961 a 1964); 1959 - “Decimalia: Os cultos de origem africana - no Brasil”; “Les Cultes d’origine africana au Brésil”; 1960 - “A insurreição praieira”; 1961 - Samba de Umbigada (Ministério da Educação e Cultura); 1962 - I Congresso Nacional do Samba; Carta ao Samba; 1964 - “Ladinos e Crioulos”; 1965 - “Dinâmica do folclore”; 1967 - Carta do Samba e Em louvor do rancho (Folguedos Tradicionais); 1968 - “80 anos de abolição”; 1974 - “Folguedos tradicionais”; 1975 - “Capoeira”; 1980 - “Ursa Maior”.

África no Brasil, a “África” era Lagos, eram os nagôs/iorubás, nação dos Babalorixás e das Ialorixás mais bem conceituados da Bahia. A ida à África de africanos libertos e de seus filhos, pelos fins do século XIX, era, naquele tempo, um importante elemento legitimador de prestígio e gerador de conhecimentos e poder econômico. Enquanto negociavam várias mercadorias trazidas da Costa e levadas do Brasil, também, como hoje se diz, reciclavam o saber da tradição religiosa aprendida com *os antigos*, nos terreiros da Bahia. Assim foi com Martiniano, que voltou de Lagos “cheio de saber e razão”, para integrar-se pelo resto da vida na comunidade baiana que permeava com naturalidade e orgulho.

Com Dona Aninha não era diferente, afirmava com orgulho que sua seita era *nagô puro*. Porque, no caso de Aninha, ela mesma era e se sabia etnicamente descendente de africanos *grunces*, um povo que ainda hoje habita as savanas do norte de Gana e do sul do Alto Volta e que nenhuma relação mantinha com os iorubás até o tráfico negreiro. É por meio desse aporte teórico, iniciado por Nina Rodrigues e pelo incentivo de intelectuais da época que muito fez pela preservação das tradições africanas no candomblé da Bahia. O quesito de legitimidade reforçou e criou barreiras entre os próprios adeptos às religiões e as ciências sociais, mais uma vez tiveram papel crucial nesse processo.

Tentam enquadrar Edison Carneiro ora como um partidário da tese da *pureza nagô*, um etnógrafo que não conseguiu acesso à universidade, um folclorista, ora um militante, e até mesmo um *candomblezeiro*. Por conta de não inserir-se no processo de institucionalização das ciências sociais, mas por almejá-lo ele fica nesse entre meios, algo que Ana Carolina Nascimento (2010) expressa em sua dissertação e de como todo esse aporte metodológico fez parte da formação e do crescimento de Edison Carneiro como pesquisador, pois, mesmo negando certas teorias evolucionistas pautadas na raça, o paradigma da cultura como processo evolutivo ainda está presente em sua obra, nesse sentido, ele não poderia, nem pretenderia fugir a essa regra, se estava querendo justamente se afirmar como um continuador desses estudos.

Um grande exemplo desse momento inicial de Edison Carneiro é seu livro *Religiões Negras* (1936), nele não aparece nenhuma vez a ideia de alguma coisa que seria *afro-brasileira*, as categorias trabalhadas vêm do vocabulário evolucionista - herança dos estudos de Nina Rodrigues e outros - ainda que não exatamente as qualifique teoricamente:

Edison produz textualmente polaridades bem demarcadas: de um lado a “superioridade”, a “importância”, a “cultura muito mais adiantada”, a “complexidade” dos “nagô” (mesmo a mítica dos “jejes” teria sido absorvida pelos “nagô”, provando assim sua “importância”); do outro, a “inferioridade”, a “mítica pobríssima”, a “forma atrasada de religião”, a “cultura atrasadíssima”, a “simplicidade” dos “banto”, sobre quem se faz sentir mais fortemente os processos de “decomposição”, “degradação”, “deturpação”, “perda”, “esquecimento”, “absorção”, “fusão”, “simbiose” e “sincretismo”(NASCIMENTO, 2010, p. 110).

Como observado na tabela exposta no tópico anterior, é possível entender como o processo de construção da subjetividade e da intelectualidade de Edison Carneiro acompanha o seu envolvimento, inserção e estudo, conforme seu campo e sua realidade lhe dão aporte às categorias como *cultura, tradição, africano, negro, brasileiro* adquirem outra roupagem, outras cores. A África presente no Brasil, *pura e legítima* por conta de sobrevivências, não perpassa a ideia de que entre a África e o Brasil ocorreu um processo exploratório de desumanização, a escravidão: “Ninguém atentava no fato de ser a escravidão, e não a raça, a causa da degradação moral do negro” (CARNEIRO, 1936, p. 15). Nesse período, o próprio Edison Carneiro denuncia os estudos evolucionistas e racistas que anteriormente serviram de justificativa para a colonização:

A teoria da inferioridade da raça negra e dos demais povos de côr, que infelizmente conseguiu arrastar talentos legítimos como Nina Rodrigues, nasceu da necessidade de justificativa, por parte da burguesia européia, dos crimes cometidos, "em nome da Civilização", na África e na Ásia, contra o direito dos povos de disporem de si mesmos . . . A antropologia moderna põe abaixo as caraminholas dos Lombroso, dos Lapouge, dos Ferri, dos Gobineau. E L.-H. Morgan, reduzindo o problema das raças às questões da cultura (adaptação do homem ao meio natural) (7-b), mandou às favas as medidas craniométricas e outras tolices iguais (CARNEIRO, 1936, p. 18).

Mas, quando trata sobre cultura a crença no processo de *evolução cultural* está presente, as nações africanas que vieram ao Brasil são colocadas em escalas, “A mais atrasada seria a dos tshis, a mais adiantada a dos nagôs, intermediaria a dos gêges (CARNEIRO, 1936, p. 36)”. Tal processo repercutiu na investigação sobre as religiões de matriz africana, as nações ditas mais *evoluídas* criaram as religiões mais *puras*, aquelas menos *evoluídas* repercutiram em religiões *impuras*, caracterizadas por processos de *sincretismos*, estas são taxadas de *baixo espiritismo, macumba, mandinga e curandeirismo*. A exemplo do Candomblé Caboclo, o mais caracterizado como *afro-brasileiro* e julgado como o *menos puro* dos candomblés: “Foi a mítica pobríssima dos negros bantus que, fusionando-se com a mítica igualmente pobre do selvagem ameríndio, produziu os chamados candomblés de caboclo na Bahia (CARNEIRO, 1936, p. 93)”.

Em *Religiões Negras* (1936), Edison Carneiro expressa uma tentativa de continuidade dos estudos iniciados por Nina Rodrigues, assim como procura a conservação dos ritos e costumes das religiões e terreiros pesquisados, neste livro, é possível perceber como os capítulos são seguidos por parágrafos mais teóricos, baseados em generalizações (herança das referências que possuía sobre as religiões de matriz africana), que colocam numa escala de pureza e impureza os nagôs no polo positivo e os banto no negativo, procura traços cuja presença ou ausência indicaria *pureza e autenticidade ou impureza e inautenticidade*, simbolizando *mistura e ilegitimidade*.

Na obra *Candomblés da Bahia* (1948), as categorias começam a ser de certa forma questionadas, a ideia de *evolução cultural* e *pureza* se distanciam um pouco, há a percepção de que a cultura não é engessada, ela pode ser ressignificada e passa por processos de interação, colocando em jogo os processos de integração que o próprio campo revela. Surgem questões: como lidar com sobrevivências e purezas em culturas tão distintas e fabricadas como África e Brasilidades? Como pensar em *sobrevivências* após um processo tão cruel e devastador como a escravidão? Como exigir *pureza* de uma religião que se forma e se consolida com suas especificidades ao redor do país? São esses questionamentos, que, mesmo não vindo à tona explicitamente, perpassam o imaginário de construção teórica das ciências sociais da época, e, com certeza, o processo de entendimento e inserção de Edison Carneiro nos estudos. Este momento é marcado por uma mudança paradigmática da própria ciência social, as teorias não conseguem mais dar conta do campo, mas, o campo que passa a demandar a teoria, corrobora-se em muitos trechos a inquietação sobre o conceito de *pureza*, pois, o campo traz questões como a simbiose de costumes entre terreiros de nações diferentes, o autor vai repensar ainda o uso de palavras, ou conceitos, de *fetichismo*, *animismo*, *sobrevivência*, *totemismo*. Podemos dizer que Edison Carneiro presencia isso durante sua pesquisa, e, apesar de não ter tido espaço para enfrentar as teorias acadêmicas, deu possibilidades para que isso ocorresse no futuro.

Em seu outro campo de estudo, mas não tão distante, o autor, ao defender as escolas (de samba), demonstra sua preocupação com as transformações desta manifestação popular, ressalta o potencial de integração dos folguedos à experiência social na cidade – nos morros, nas rodas, nas festividades – ao mesmo tempo em que reforça a ideia de expansão para além desses circuitos locais, indicando que as apresentações dos grupos poderiam alcançar outras cidades e circuitos diversos de exibição, o que garantiria sua continuidade. Em ambos os campos, Edison Carneiro

depara-se com conflitos conceituais: *tradição, pureza, continuidade, preservação*. Todos emanam uma ideia fixa de cultura, algo que só mais à frente será ressignificado e rearranjado pela própria antropologia, Roy Wagner (2010) é um exemplo disso. Entende-se a cultura não mais como uma realidade dada, à espera de ser *descoberta e descrita* pelo antropólogo que a *encontra*, mas como o resultado de uma invenção. Essa operação é realizada tanto pelos próprios atores sociais envolvidos, sejam os *nativos* ou os antropólogos, nas diversas possibilidades de construção de si e do outro desencadeado pelo processo de alteridade e produzidas na situação do encontro.

Em um momento de incipiente institucionalização acadêmica da antropologia, quando ainda não estavam lançadas as bases do que viria a ser considerada uma “etnografia científica”, o processo de formação daqueles que começavam a ser chamados de antropólogos ou etnógrafos depende menos da formação acadêmica especializada do que de se estar circulando entre determinados espaços e redes de pessoas e das correntes teóricas e metodológicas às quais estavam se filiando. [...] Nesse momento de formação da ciência social acadêmica no Brasil, momento em que as fronteiras disciplinares ainda estavam precariamente demarcadas, o que vem a ser mais tarde definido como disciplinas autônomas, Antropologia, Sociologia, História, eram produzidos pelos chamados intelectuais polivalentes: homens de letras, advogados, médicos (NASCIMENTO, 2010, p. 52).

Se, de alguma forma, podemos dizer que Edison Carneiro entra em campo como etnógrafo, não há dúvidas de que esta entrada parte do enquadramento do campo a partir da divisão entre *negros sudaneses* e *negros bantos*⁵. Grande característica de seu trabalho etnográfico revela-se quando está em campo, ou escrevendo textos etnográficos, são momentos em que a comparação perde a importância em benefício da descrição. A etnografia parece transbordar de sua teoria, é aí que Edison Carneiro escapa da máquina reguladora que até então rondava as ciências sociais, onde a teoria está acima do campo. Mesmo sem ter uma metodologia científica formada sobre o que seria o fazer etnográfico no Brasil, Edison Carneiro faz uso de um grande ganho que a antropologia traz, a liberdade da escrita e da descrição densa - citando Geertz (1989) - do campo.

Negros Bantos é fortemente organizado em torno da sua experiência como pesquisador de campo. É a etnografia dos banto que desestabiliza suas teses da *pureza nagô*.

⁵ Estas categorias seriam definidas pela procedência destes “africanos”: os primeiros “da zona do Níger na África Ocidental”, vindos das nações “nagô (ioruba), jeje (ewe), mina (tshis e gás), haussá, galinha (grúnci), tapa, bornus, e ainda fulas mandês (mandingas), carregados de forte influência muçulmana” (CARNEIRO, 1936), e os segundos “do sul da África, Angola, Congo, Benguela, Cabinda, Mossamedes, na África Ocidental e Moçambique e Quelimane, na Contra-Costa” (CARNEIRO, 1937).

Mas o texto é cheio de idas e vindas e, na conclusão de muitos capítulos, ele volta a se preocupar com as perdas e deturpações sofridas pelos negros bantos no Brasil, fazendo referências negativas ou “juízos de valor” como ele vai chamar mais tarde. A imagem que sai daí é a de um autor dividido contra si mesmo, que desconfia de suas próprias teses, ainda que pareça não querer fazê-lo (NASCIMENTO, 2010, p. 120).

Apesar da obra *Negros Bantos* se situar ainda na década de 1930, já é revelado o movimento que, em 1948, com *Candomblés da Bahia*, estará um pouco mais consolidado, esse movimento de quebra epistemológica advém das teorias nativas e suas ideias sobre a mistura e a separação, que nem sempre coincidem e partem dos mesmos pressupostos que as teorias científicas que orientam as reflexões do autor. Cada novo encontro, entrevista, festa, visita, almoço, reunião da União das Seitas Afro-Brasileiras resulta na formulação de novas perguntas e em respostas que vão se aprofundando e se detalhando. Assim, seus conceitos e suas categorias de análise foram se tornando abertas às teorias nativas.

No decorrer de seu trabalho de campo, Edison Carneiro foi exposto à lógica religiosa e, permitiu-se adentrar nela, por meio do recurso etnográfico, tal lógica é diferente daquela prevista pelas teorias antropológicas que ele conhecia até então. É através de um instrumento técnico já bem consolidado na antropologia que Edison Carneiro enxerga outras possibilidades, ainda muito preso às teorias que o antecedeu, pois, sua ligação com a academia não o permitiu se consolidar como teórico, ele habita esse ambiente fluido e inconstante que só a própria década de 1930 pode nos ajudar a compreender. Por estar nesse não lugar, Edison Carneiro fica de escanteio e, as ciências sociais perdem muito em não o adicionar à sua grade curricular, pois, pouco percebe esse potencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Edison Carneiro se constrói como autor que permite inaugurar uma nova linhagem de estudos, suas obras aqui citadas, *Candomblés da Bahia* e *Negros Bantos* fazem parte dessa apuração, são livros carregados de informações decorrentes do levantamento de seus estudos e de seu trabalho de campo, mas, também, expressam seus encontros e negociações com pais e mães-de-santo de terreiros de candomblés do *nagô* ao *caboclo*. Ao revelar a história do candomblé da Bahia, Edison Carneiro desloca-se entre a tentativa de inserção na academia e sua ligação com os terreiros, perpassando os conflitos políticos e sociais de sua época. Pesquisadores seguintes, como Beatriz Góis Dantas tomam de

empréstimo seus estudos para analisar a corrente ideológica que o circundava e a questão da *pureza africana*, apesar de não contestar tal conceito, seus estudos demonstram as articulações políticas e a disputa por poder que circundam tal conceito nativo. Grande estudioso das religiões de matriz-africana e da cultura popular, encontra-se em um momento de sobrevivências e transições, questões reveladas em seus escritos quando menciona as semelhanças e as discontinuidades - em relação a estudos anteriores - encontradas no campo.

Carneiro também atuou como um mediador entre os universos aos quais estava vinculado: entre os intelectuais e os nativos, a antropologia brasileira e a norte-americana, o centro e a periferia. Tal habilidade é permitida devido à ambiguidade constitutiva de sua própria figura, que transita de forma mais ou menos tensa e controlada entre todos esses universos: o meio intelectual, as instituições acadêmicas, o jornalismo, os pais e mães de santo de terreiros de candomblés *nagôs*, *bantos* e *caboclos*, e os mestres de capoeira, samba e batuque. Ele parece jamais se identificar inteiramente com algum desses universos dentro dos quais circula, mas, está o tempo todo preocupado com a preservação e perpetuação da cultura tradicional brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do Brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

CARNEIRO, Edison. **Religiões Negras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

CARNEIRO, Edison. **Candomblés da Bahia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

CARNEIRO, Edison. **Negros Bantos** [1937]. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

CORRÊA, Mariza. Traficantes do excêntrico: os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 3, n. 6, p. 79-98, fev. 1988.

DANTAS, Beatriz Góis; NUNES, Verônica Maria Meneses (org.). **Destinatário: Felte Bezerra** - Cartas a um antropólogo sergipano (1947-59 e 1973-85). São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A Sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1976.

FERRETTI, Sergio F.. Nina Rodrigues e a Religião dos Orixás. **Gaz. méd. Bahia** 76:Suplemento 2:S54-S59, 2006

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC; 1989.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Coleções e expedições vigiadas**: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1998.

GONÇALVES, Renata de Sá. Edison Carneiro e o samba: reflexões sobre folclore, ciências sociais e preservação cultural. **Anuário Antropológico** [Online], I: 2013.

LANDES, Ruth. **A Cidade das Mulheres** [1947]. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

LIMA, Vivaldo da Costa. O candomblé da Bahia na década de 1930. São Paulo: **Estudos Avançados**, 2004.

MAIO, Marcos. O Projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos Anos 40 e 50. **RBCS**, Vol 14, n.41, 1990.

MAIO, Marcos. O Projeto UNESCO: Ciências Sociais e o credo racial brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, n. 46, 2000.

NASCIMENTO, Ana Carolina Carvalho de Almeida. **O sexto sentido do pesquisador**: a experiência etnográfica de Edison Carneiro. Dissertação (Mestrado em Sociologia - com concentração em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2010.

NOGUEIRA, Oracy. A Sociologia no Brasil. *In*: FERRI, G. Mário. MOTOYAMA, Shozo. (org.). História das Ciências no Brasil. vol. 3, São Paulo: EDUSP/EPU-CNPq, 1978.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O que é isso que chamamos de Antropologia Brasileira. *In*: Sobre o pensamento antropológico, p. 109-28. Rio de Janeiro: **Tempo brasileiro**, 1988.

PEIRANO, Mariza G. S. A antropologia como ciências social no Brasil. **Etnográfica**, Vol. IV (2), pp. 219-232, 2000.

ROMERO, Sílvio. Introdução à história da literatura Brasileira. *In*: **Literatura, História e Crítica**. Rio de Janeiro, Imago; Aracaju, UFS. 2002.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

A sociologia e o preconceito racial no Brasil: contribuições de Thales de Azevedo e da UNESCO

Rute Mirão Sanchez

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo ressaltar a importância histórica de Thales de Azevedo (1904-1995) no âmbito das Ciências Sociais, enveredando por sua trajetória como cientista da saúde. Formado em Medicina, aproxima-se das Ciências Sociais quando atua no interior do Estado da Bahia como médico sanitário e percebe a relação existente entre as doenças e as questões sociais, validando a existência desta mesma ciência e sua importância. As pesquisas realizadas revelaram importantes resultados, dentre os quais o de que as aparências podem ser deveras enganadoras. Pesquisas são instrumentos poderosos, por vezes com desfechos imprevisíveis, algo que deve ser considerado principalmente por instituições quando intentam validar teorias e pressupostos, sem considerarem a possibilidade de resultados diferentes daquele previsto. Exatamente o que iria acontecer com as pesquisas deste consagrado autor culminando na composição de *O Povoamento da cidade do Salvador* e, também, de seu livro *As Elites da cor*. A interpretação de abordagem sociológica sobre o preconceito de raça no Brasil, sob a perspectiva observada por Thales de Azevedo, através de sua participação no projeto UNESCO, se torna muito importante na trajetória de consolidação das Ciências Sociais no Brasil, tanto na sua prática como cientista quanto na sua atuação no meio acadêmico. Adicionalmente, cabe ainda, neste trabalho, uma pequena, mas não menos importante, reflexão sobre os desdobramentos históricos e efeitos destes estudos das relações raciais na sociedade brasileira da época e seus reflexos na atual conjuntura. A metodologia de pesquisa utilizada por Thales de Azevedo foi a pesquisa participante, onde o pesquisador está, não só no ambiente, mas também na história desta realidade que é vivida e apreendida, ou seja, há envolvimento e identificação com o objeto. O resultado do estudo etnográfico realizado conduziu Thales de Azevedo ao desfecho impactante e inquietante para aqueles que buscavam uma validação de suas teorias sobre a suposta democracia racial brasileira. Provando que as diferenças, conflitos, barganhas e negociações para mudança de posição negavam a existência pacífica de uma democracia racial brasileira.

Palavras-chave: Thales de Azevedo; Democracia racial; UNESCO.

ABSTRACT

This article aims to emphasize the historical importance of Thales de Azevedo in the scope of Social Sciences, embarking on his career as a health scientist. His medical training brings him closer to the Social Sciences when his experience as a physician, in countryside of Bahia, reveal the social aspects of diseases, validating the existence and importance of this science. The research carried out revealed important results, among which, that appearances can be quite misleading. Researches are powerful instruments, sometimes with unpredictable outcomes, something that should be considered mainly by institutions when they try to validate theories and assumptions, without considering the possibility of results different from those predicted. Exactly what would happen with the

research of this renowned author, culminating in the composition of “O Povoamento da Cidade do Salvador” and his book “As Elites da cor”. The interpretation of sociological approaches on race prejudice in Brazil from the perspective of Thales de Azevedo, through his participation in the UNESCO project, becomes very important in the path of consolidation of Social Sciences in Brazil, both in his practice as a scientist and his performance in the academia. Additionally, this article proposes a small, but no less important, reflection on the historical developments and the effects of these studies of race relations in Brazilian society at the current situation. The research methodology used by Thales de Azevedo was participatory action research, where the researcher is not only in the environment, but also in the history of this reality that is experienced and apprehended, that is, involvement and identification with the object.. The result of the ethnographic study carried out led Thales de Azevedo to the disturbing outcome for those who sought to validate their theories about the supposed Brazilian racial democracy. It proved that differences, conflicts, bargains and negotiations to change positions existed and, therefore, denied the peaceful existence of a Brazilian racial democracy.

Keywords: Thales de Azevedo; Racial democracy; UNESCO.

INTRODUÇÃO

A leitura do trabalho de Thales de Azevedo desperta grande interesse em pesquisar mais este autor, que teve importante papel no desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil. Sua importância não se resume à participação no projeto da UNESCO, muito embora esta tenha sido marcante, a contribuição no desenvolvimento e composição do teor das análises finais, fruto de seu trabalho de pesquisa, com estudo socioantropológico, trouxe à luz resultados surpreendentes. Abalando, assim, de forma contundente, os pressupostos que norteavam as bases da pesquisa instaurada pelo órgão internacional.

Thales Olympio Góes de Azevedo, baiano de Salvador, nasceu em 24 de agosto de 1904. Procedendo de família de médicos, farmacêuticos e advogados, na Faculdade de Medicina da Bahia formou-se em Medicina no ano de 1927. Sua trajetória sofreu uma mudança radical ao participar de um curso de extensão sobre Alimentação e Nutrição no Rio de Janeiro, na Universidade do Brasil. Observações sobre o contexto histórico do momento em que Thales de Azevedo realiza suas pesquisas é consideração importante, uma vez que situam as relações intrínsecas entre acontecimentos que marcam a história do nosso País, bem como da Europa e dos Estados Unidos, ou seja, momentos diferenciados dos estágios da colonização brasileira.

Este primeiro contato desvenda em Azevedo um núcleo do aspecto social que havia na medicina e na saúde. Seu interesse aumenta por esta direção quando, em 1943, é chamado a lecionar Antropologia na Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, tornando-se também professor de Etnografia e Pesquisa Social no curso de Serviço Social

na mesma universidade. Esta opção será decisiva no encaminhamento de suas pesquisas na área social e antropológica, culminando com o total abandono da medicina como profissão (CONSORTE *apud* MAIO, 1996). Anísio Teixeira, em 1949, como secretário de Educação e Saúde da Bahia, convidou Thales Azevedo para dirigir um projeto de pesquisas sociais envolvendo a norte americana Universidade de Columbia e o governo estadual na Bahia. Este projeto foi sua primeira incursão na problemática das relações raciais, cujo resultado foi um pequeno trabalho que lhe rendeu a participação no projeto UNESCO que viria a seguir. O projeto UNESCO, cujo objetivo era estudar as relações raciais no Brasil, com o pressuposto de validar a existência de um modelo democrático racial no país. A importância desta pesquisa, que a princípio objetivava compreender uma suposta democracia racial existente no Brasil, revela a realidade das relações raciais, trazendo, desta forma, uma nova versão sobre este pressuposto, cujo resultado se condensa no livro que o marcará no âmbito das Ciências Sociais: *As Elites de cor: um estudo da ascensão social* (1955) (CONSORTE *apud* MAIO, 1996).

Sua formação em medicina foi, provavelmente, influência da família; tendo pai farmacêutico e proprietário de uma farmácia em Salvador, seria difícil tomar uma outra direção. Tornou-se Médico Sanitarista, optou por residir onde seria mais útil: no interior do Estado, mais precisamente no município de Castro Alves, onde participou de campanhas contra a malária e a epidemia de peste bubônica. Estas experiências resultaram em diversos artigos que foram publicados em revistas conceituadas e importantes como *Brasil Médicos* e *Bahia Médica* (MAIO, 2017).

Seu interesse aguçado o impulsionou à pesquisa das práticas de cura dos índios que habitavam o circuito dos arredores do interior da Bahia. Sua inclinação à Antropologia foi mais intensificada quando participou de um curso de extensão em alimentação e nutrição, colocando-o frente às questões e aspectos sociológicos da saúde, da medicina social, bem como as determinações sociais de algumas doenças (MAIO, 2017).

Em 1943, é chamado a assumir a cadeira de professor em Antropologia na Universidade da Bahia, o que irá aproximá-lo da Antropologia Cultural de Franz Boas e dos estudos da escola de Chicago. Deveras que, estar fazendo pesquisa no projeto UNESCO consolida sua condição de antropólogo social com posição bem definida contrária ao determinismo racial, demonstrando a singularidade do modelo brasileiro, onde o biológico e o cultural se relacionavam.

A biografia de Thales de Azevedo é extensa, com ampla participação como médico sanitariano, escritor, diretor e fundador do Instituto de Ciências Sociais (1962/1964), fruto de sua tentativa em formar um centro de pesquisas na faculdade de filosofia associando pesquisa e ensino, promovendo os primeiros cursos de pós-graduação fora do Rio de Janeiro e São Paulo. Com a intervenção do Exército em 1965 muito foi destruído, arquivos e biblioteca, vindo a ser extinto alguns anos depois, mais precisamente no final da década (MENEZES, 2016).

Ocupando-se de uma variedade de assuntos, desenvolveu pesquisas abordando temas diversos como: medicina, história social, imigração, aculturação, ideologia, cotidiano. Muito embora, mesmo antes de formar-se médico, tenha realizado pesquisa e publicações na área médica, sua inclinação pelas Ciências Sociais o absorverá completamente, distanciando-o da Medicina. A pesquisa e o ensino foram atividades fundamentais, suas aulas eram previamente preparadas, com várias indicações bibliográficas, sempre estimulando o debate e o contato com a comunidade acadêmica, divergindo inteiramente da tradição do ensino na Bahia e em grande parte do país (MENEZES, 2016). Ao referenciar suas fontes de pesquisa, é possível traçar os esquemas conceituais da formação da sociologia e da antropologia no Brasil, bem como contar com sua presença marcante por mais de cinquenta anos com publicações especializadas (LIEDKE FILHO, 2005).

Contexto Histórico

Convém abrir um breve parêntese para situarmos o autor no momento histórico, muito peculiar, onde seus estudos e sua orientação se desenvolveram. As décadas de sua produção literária e de pesquisa são bastante importantes para todo o contexto histórico das Ciências Sociais no Brasil.

Uma outra característica do clima intelectual da época estava justamente na força do ideário assimilacionista no imaginário nacional. De fato, da parte das elites e das autoridades brasileiras, fossem administrativas, fossem intelectuais, existia a expectativa de reforço da interpretação oficial, dogmática, de que não havia problema racial no país. Esse consenso era expresso seja a nível do discurso oficial do governo (do Itamaraty, do governo do estado etc.) seja à nível da produção acadêmica nas Universidades e nos diversos Institutos Históricos e Geográficos, mas, particularmente, era reverberado pela imprensa escrita e falada. A força desse consenso será denunciada por Thales em diversas ocasiões, anos depois da publicação de *As elites de cor* (GUIMARÃES, 1996 p.70). A

Europa, berço de nossa influência cultural, uma vez que recebemos os colonizadores e, em sua sequência, imigrantes de vários países, encontrava-se esfacelada, tanto material quanto socialmente ao término de duas grandes guerras. Com espaço tão pequeno de tempo entre as duas, sendo a última a mais poderosa e destrutiva, com uma constituição de inovadoras forças avassaladoras, tanto em termos sociais, quanto em termos de tecnologias de destruição em massa.

No fim do século XIX e início do século XX, o Ocidente foi palco de grandes transformações, com acelerada corrida industrial, acompanhada por forte influência nas sociedades, quer nos grandes centros urbanos, quer nas áreas rurais. Com o propósito de situar o autor e sua obra, fazem-se necessários um breve histórico do surgimento do estudo das ciências sociais no mundo (ocidental) e sua introdução em nosso país.

O período dos Pensadores Sociais, também chamados por alguns autores de *período pré-científico*, corresponde historicamente ao período que se estende das lutas pela Independência das nações latino-americanas até o início do século XX. Durante esse período, a elaboração de teoria social tendeu a ser desenvolvida por pensadores e mesmo homens de ação (políticos), sob a influência de idéias filosófico-sociais europeias ou norte-americanas como, por exemplo, o iluminismo francês; o ecletismo de Cousin; o positivismo de Comte; o evolucionismo de Spencer e Haeckel; o social-darwinismo americano de Sumner e Ward e, o determinismo biológico de Lombroso. Sob as influências desses autores, buscava-se equacionar duas problemáticas centrais – a formação do Estado nacional brasileiro, opondo liberais e autoritários, e a questão da identidade nacional, tendo como núcleo a questão racial opondo os que sustentavam uma visão racista e os inspirados pelo relativismo étnico-cultural (LIEDKE FILHO, 2005).

O próprio Thales de Azevedo escreve sobre as etapas que sucedem a introdução dos estudos tanto da Sociologia quanto da Antropologia no Brasil. Favorecido por seu desempenho como escritor e pesquisador, seu trabalho será referência e é até o presente.

Paralelamente ao florescimento dos estudos sobre as tribos indígenas e, no entender de Azevedo, sob a influência destes, iniciaram-se os estudos de Antropologia Física e Cultural tendo por temática principal os negros e as culturas africanas no Brasil, destacando-se autores tais como Batista Lacerda, Nina Rodrigues e Roquette Pinto. Os estudos sobre as tribos indígenas e os negros no Brasil, ao prepararem o caminho para a posterior institucionalização do ensino e da pesquisa, constituíram o ponto de partida para a evolução da sociologia propriamente dita (LIEDKE FILHO, 2005).

Cumpra-se referenciar a importância de Florestan Fernandes quando retrata os períodos em que a Sociologia se fez presente no Brasil, num primeiro momento como o que chamou de período de *autodidatismo*, que surge ao final da fase escravocrata, utiliza recursos de interpretação dos fatos sociais tecendo relações entre as ciências, como, por exemplo, entre o Direito e a Sociologia, Literatura e contexto social, e, em uma segunda etapa, um aprofundamento nas análises históricas e interpretações do presente (PRAXEDES, 2012).

O ensino da Sociologia tem seu início em 1924 nas Escolas Normais, com o reformismo pedagógico da Escola Nova, através de manuais inserindo pequenos textos de Durkheim e Dewey, além de introduzir questões sociais brasileiras com indicações de leitura de *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre. Evidentemente, um país tão amplo e diverso atrairia iniciativas de estudos nos mais variados setores do interesse da Sociologia bem como da Antropologia.

[o] que nos compeliu a essa revolução intelectual, que nos iniciou no espírito crítico e experimental, em todos os domínios, e nos abriu o caminho aos estudos e às pesquisas sociológicas, foi, no entanto, o desenvolvimento da indústria e do comércio nos grandes centros do país e, particularmente, em São Paulo e no Rio de Janeiro (AZEVEDO Apud LIEDKE FILHO, 2005, p. 381).

O verdadeiro início e instalação do ensino da Sociologia surgem no Brasil com a criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, com a força da elite cafeeira paulistana e, tinha a intenção de organizar-se e obter a bagagem científica do mundo “civilizado”, tornando-se, assim, capacitados para ações eficazes no mundo social. Sob os ares da Escola de Chicago, uma série de pesquisas foi iniciada, estabelecendo o primeiro programa de ciências sociais no Brasil, ou seja, um marco importante na mudança do pensamento, influência que se verifica nas Artes, na Filosofia, na Política.

O Estado Novo irá operar mudanças nestas estruturas, criando obstáculos ao crescimento da Ciência e do desenvolvimento do pensamento, quadro que sofrerá mudanças com a redemocratização nas décadas seguintes de 1950 a 60, período em que grandes projetos são desenvolvidos, uma aparente fertilidade intelectual parece frutificar em solo brasileiro.

Poderíamos, até mesmo, acreditar em uma mudança, um novo olhar sobre as questões em um campo tão diversificado quanto o nosso, certamente uma grande parcela de teóricos sociais passam a se interessar por este nosso Brasil tão peculiar.

Acompanhando os movimentos políticos, logo na sequência, sofreremos os efeitos do golpe militar de 64, que excluiu grandes nomes das pesquisas, encerrando, inclusive,

aquelas em andamento, consideradas “subversivas”. Muitos professores foram convidados a sair do país, outros foram presos e muitos pediram demissão em solidariedade aos colegas presos, consoante o descrito nesta exposição de fatos pela própria representação da UnB.

Em 1964, o golpe militar instaurou a ditadura no país e trouxe anos difíceis para a UnB. Por estar mais perto do poder, a instituição foi uma das mais atingidas. Acusados de subversivos, universitários e professores foram perseguidos pelo regime [...] A primeira invasão aconteceu no dia 9 de abril de 1964, apenas nove dias após o golpe militar. O então reitor Anísio Teixeira e o vice Almir de Castro foram surpreendidos por tropas do exército e por policiais de Minas Gerais. Os militares chegaram em 14 ônibus, com três ambulâncias já preparadas para possíveis confrontos. No campus, invadiam salas de aula, revistavam estudantes, procuravam armas e material de propaganda subversiva. Buscavam também 12 professores que deveriam ser presos e interrogados [...] A segunda invasão aconteceu no ano seguinte. Em 8 de setembro de 1965, os professores entraram em greve por 24 horas. A greve foi uma resposta à demissão dos professores Ernani Maria de Fiori, Edna Soter de Oliveira e Roberto Décio de Las Casas, afastados por “conveniência da administração”. O clima de apreensão tomou conta do campus, e outros docentes temiam ser demitidos de forma arbitrária. [...] Houve reação: 223 dos 305 professores da Universidade demitiram-se em seguida. O professor Roberto Salmeron conta em seu livro *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*, que os professores estavam fartos do clima de instabilidade que havia se instalado na Universidade [...] Chegara o momento em que devíamos escolher com lucidez entre somente duas alternativas: aceitar as interferências externas ou recusá-las”, lembra. Cerca de 80% dos professores decidiram recusar. Em 18 de outubro, a Universidade que acabara de nascer perdia a maior parte dos cérebros selecionados para construir a instituição de vanguarda idealizada por Darcy Ribeiro (UNB, 2019, s/p).

Assim, o desmonte da UNB foi realizado e as demais instituições seguiram o mesmo percurso, ou seja, pensar, refletir, havia se tornado perigoso, ato de subversão a ser combatido via força das armas. As estimativas sobre o número de pessoas forçadas a partir durante a ditadura militar variam entre 5 mil e 10 mil, mas, não há dúvida de que foi a maior diáspora da história do Brasil. Alguns dos desterrados jamais retornaram. É o caso de Josué de Castro, médico, professor, cientista político e escritor pernambucano que dedicou a vida a estudar a questão da fome. Castro era embaixador do Brasil na ONU em 1964 quando teve seus direitos políticos cassados. Morreu no exílio sem poder voltar ao país. Do golpe de 64 até a anistia de 1978, viveram longe de casa, por algum período de tempo, notáveis brasileiros. “Alguns deles intelectuais e professores universitários: Celso Furtado, Josué de Castro, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Milton Santos, Maria da Conceição Tavares, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Rui Mauro Marini, Fernando Henrique Cardoso.” (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2019, s/p)

Neste contexto, os cursos de Ciências Sociais, em crescimento no nosso país, sofrem, atualmente, um retrocesso. Após todos estes anos que nos separam do período da

ditadura militar nos anos 60/70, estão agora ameaçados por um novo governo que estabelece cortes substanciais na Educação, desconsidera a totalidade das Ciências Humanas e institui novo modelo para o ensino, retirando do currículo as disciplinas que podem embasar o senso crítico e o pensamento analítico. A importância de fatos históricos não deve ser subestimada, Thales de Azevedo viveu estes momentos no percurso de seu trabalho e teve seus resultados consagrados e divulgados.

Entre os trabalhos relacionados por Thales de Azevedo, temos o projeto de pesquisa realizado entre 1950 e 1952 – *A pesquisa sobre a vida social no Estado da Bahia*, realizada em cooperação com o Programa de Pesquisas Sociais do Estado da Bahia-Columbia University, o Projeto Columbia. Neste trabalho, Thales de Azevedo relaciona os resultados de pesquisa decorrentes dessa cooperação com a Universidade de Columbia, publicados em diversas revistas de pesquisa e em anais de eventos nacionais e internacionais. O material relacionado como resultante do Columbia foi grandemente localizado pelo grupo Memória e entregue para divulgação conjunta com o Histedbr e o Museu Pedagógico (MENEZES, 2016).

Orientações teóricas e metodológicas

O projeto UNESCO, como foi chamada a intervenção da organização internacional, destacando profissionais da área de Ciências Humanas para compor uma equipe liderada por Alfred Métraux, em função da preocupação mundial com a gravidade do efeito do antissemitismo desencadeado com o Nazismo, tornou relevante a decisão de observar como, no Brasil, as raças conviviam de forma pacífica. Eliminar o determinismo racial, formar novos conceitos a partir das noções de raça passaram a ser os objetivos. A 5ª Conferência Geral da UNESCO, que contou com a atuação de Artur Ramos, acentuou uma preocupação com negros e índios brasileiros, suscitando esta pesquisa, aumentando o interesse no nosso país, de certa forma determinante para a consideração do projeto.

Desde o século XIX, relatos de viajantes, cientistas, jornalistas e políticos europeus e norte-americanos registraram uma certa surpresa com a convivência pacífica entre as raças e etnias (brancos, negros e índios) no Brasil. Essa imagem de um “paraíso racial”, em constante comparação com a turbulenta experiência norte-americana, contrastava vivamente com os receios das elites brasileiras que, especialmente após a tardia abolição da escravidão e a fundação da República, concebiam a maciça presença dos negros e a intensa miscigenação, características visíveis do composto racial brasileiro, como obstáculos à inserção do país na modernidade [...] Foi no contexto pós-

genocídio nazista que o Brasil adquiriu ainda maior notoriedade quanto ao panorama de suas relações raciais e étnicas. A imagem positiva do país repercutiu no interior da UNESCO. Em contrapartida, cientistas sociais envolvidos com o exame da realidade brasileira estavam cientes de que determinadas demandas haviam sido incluídas, com destaque, na pauta de discussões da agência internacional -- como os temas da industrialização, educação e ciência – em regiões subdesenvolvidas. Em junho de 1950, a “opção Brasil” foi aprovada na 5ª Conferência Geral da UNESCO em Florença. Entre junho e dezembro de 1950 foi definido o escopo da pesquisa no Brasil (MAIO, 1999). Sob a direção de Alfred Métraux, cientistas colaboradores são arregimentados e integrados ao projeto que inicialmente se projetaria na Bahia, em razão do forte contingente de negros integrados. O pesquisador coordenador do Projeto teve contato com Anísio Teixeira, que o colocou a par dos resultados das pesquisas realizadas no convênio da *Columbia University* com o Estado da Bahia, aproveitando, como esboço, as pesquisas já realizadas seguindo a direção do interior do Estado, bem como na capital, cuja direção ficaria a cargo de Thales de Azevedo.

Métraux já conhecia o francês Roger Bastide, que estava em São Paulo e o convenceu a estudar a comunidade de negros nesta capital também. Assim, conseguimos perceber que a pesquisa foi sendo elaborada, construída com a experiência de vários cientistas que deram suas contribuições no esboço deste projeto. Métraux e Coelho acreditavam que

[...] os estudos deveriam levar em conta o padrão de vida de brancos e não-brancos, incluindo salários, tipos de ocupação e, de modo mais abrangente, a influência da variável *raça* no processo de competição no mercado de trabalho, bem como a interferência da religião na dinâmica das relações raciais (MAIO, 1999, p. 148).

Análises serão feitas a partir da identificação de uma condição diferenciada do pressuposto da integração racial no Brasil. O projeto UNESCO, em verdade, abre espaço para uma ampla discussão que irá se desenrolar em diversos ambientes e setores da sociedade brasileira, da integração urbana em uma subcultura de negros e, a ascensão social dos mesmos, privilegiados por Thales de Azevedo através de interações sociais e a mobilidade vertical com a aquisição de status e prestígio social, mas revelando, ao final, nitidamente, “nuances” de preconceito de cor.

As elites da cor, assim como os demais estudos patrocinados pela UNESCO, foi escrito em meio a um clima marcado por algumas características que precisam ser lembradas. Da parte da UNESCO, havia a expectativa de que tais estudos fizessem o

elogio da mestiçagem e da mistura étnico-racial, assim como do convívio harmonioso entre raças e etnias em algumas sociedades modernas. A miscigenação, aliás, é uma preocupação fundante da reflexão de Thales. Ela é considerada fator de democratização social, rompendo as barreiras erigidas pelos estamentos do período colonial, e fator de democratização racial ao borrar as cores das castas raciais. O mestiço baiano, o “branco da Bahia” ou “branco da terra” é explicado como o produto mais autêntico, do ponto de vista da nacionalidade brasileira, do caldeirão racial entre portugueses, índios e negros. Beirando a fronteira do plausível – posto que desafia todas as políticas de embranquecimento desencadeadas pelo governo brasileiro desde a República – Thales é capaz de fazer da falta de brancos europeus um requisito a mais da autenticidade brasileira, peculiar aos brancos baianos (GUIMARÃES, 1966). A pesquisa que Thales Azevedo desenvolveu incluiu uma série de procedimentos metodológicos como um inquérito sobre a pessoa de cor nos grupos sociais de prestígio nas classes sociais superiores; descrição dos mecanismos desta ascensão social; reação dos brancos e até mesmo pessoas de cor em relação à mobilidade social, bem como as tensões sociais provocadas por esta ascensão.

Thales toma de empréstimo a teorização de Pierson sobre a sociedade multirracial de classes para lidar com a relação entre classes e raças na Bahia. Mas, se essa teorização parece enquadrar-se bem à sua descrição da posição social dos mulatos, pardos e morenos socialmente brancos, ela tem o enorme defeito de contrariar os fatos repetidos de discriminação a que estão sujeitos não apenas esses indivíduos em determinados círculos, principalmente nacionais, mas, particularmente, os pretos. Se *As elites da cor* é uma monografia sobre a ascensão social de pretos e mulatos, inevitável que essa monografia trate da discriminação e do preconceito de cor a que estão sujeitos pretos e mulatos, justamente por causa da ideologia assimilacionista que a um só tempo possibilita a sua ascensão mas, os inferioriza. Os capítulos restantes de *As elites da cor* trazem exatamente essa demonstração, ao examinar alguns caminhos de ascensão – o casamento, o comércio, a política, a burocracia, o exército, as artes, a educação, a religião, os esportes, as profissões liberais – e alguns espaços reservados ao convívio social, como a vida intelectual e os clubes recreativos (GUIMARÃES, 1996).

No campo teórico, o autor revisita conceitos weberianos a respeito de *status* e *classe* e, também, a mistura em descritivo e explicativo, como fazia o mestre. A análise de sua trajetória nos revela seu espírito ávido e inquieto, características de um

pesquisador, bem como sua capacidade de abraçar ideias conceituais que renovam suas convicções, traçando novas trajetórias em suas buscas.

Sua fase mais ativa encontra-se, sem dúvida, nos anos 1950 e começo dos 60, ao fazer dialogar intensamente os seus dados e suas reflexões com aqueles produzidos por Donald Pierson, Costa Pinto, Guerreiro Ramos, Marvin Harris, Roger Bastide, Florestan Fernandes, Otávio Ianni, entre outros. Durante esse período, como era de se esperar, seu pensamento evolui, no mesmo sentido da sua disciplina, em direção à desmistificação da tese da democracia racial brasileira. Do ponto de vista teórico, sua reflexão amadurece na encruzilhada entre o pensamento da Escola de Chicago, elaborado nos anos trinta, entre outros, por W. I. Thomas, Robert Park, Ernest Burgess, George H. Mead e chegado ao Brasil pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo; a teoria da modernização e desenvolvimento do Brasil, que começa a gestar-se também na Escola de Sociologia e Política e na Universidade de São Paulo, sob o impacto das primeiras leituras brasileiras da obra de Talcott Parsons, Karl Marx e, principalmente, da sua leitura original de Max Weber e dos sociólogos alemães (GUIMARÃES, 1996).

Como metodologia de pesquisa, Azevedo utilizou a observação participante, presenciou e participou de vários eventos, ritos, reuniões, eventos culturais, festas familiares, clubes, instituições comerciais e profissionais. Realizou entrevistas, usou informantes brancos e mestiços coletando relatos históricos sobre a cidade de Salvador, reuniu documentos em jornais, fichas, arquivos, fotografias e até mesmo documentos policiais.

Thales oferece um rico conjunto de dados sobre o cenário baiano acerca das atitudes reveladas nas entrevistas, nas quais ocorrem situações de frustração e discriminação. Há diversas barreiras para indivíduos mestiços e negros a partir de suas próprias iniciativas, alcançarem uma posição social e educacional mais elevada. A etnografia realizada por Thales de Azevedo evidencia as desvantagens à ascensão social dos indivíduos não-brancos calcadas na cor, na educação e na riqueza: “[...] a pesquisa realizada por Thales de Azevedo evidencia que todas as pesquisas da UNESCO, independentemente da região, revelaram o preconceito de cor e as desigualdades raciais no Brasil” (MAIO, 2017, p. 102).

Ao apresentar sua descrição de resultados, o autor apresenta três classes sociais definidas: classe dos descendentes da antiga aristocracia composta por intelectuais, profissionais liberais e oficiais das forças armadas; uma classe intermediária composta por comerciantes e funcionários públicos; por fim, uma classe considerada baixa, que

exerce os trabalhos manuais. Identifica a barreira da cor como elemento definidor dos espaços a serem ocupados por pessoas não brancas, inclusive, percebe o quanto adquirem, o que denomina “epiderme social”, expressando adesão à cultura do branco, bem como, retrata a forma de ascensão através do casamento que é visto como estratégia de “melhorar a raça” (MAIO,2017).

Thales de Azevedo conclui, em sua pesquisa, a construção da ideia de que o trânsito das pessoas de cor nas relações sociais é presidido pelo padrão do “homem cordial”, ou seja, certa tolerância que condena toda e qualquer discriminação ostensiva. Na verdade, as pessoas de cor acabam por incorporar os valores e comportamentos dos brancos, desta forma, pode-se dizer que, em sua opinião, não há relações raciais harmônicas no cenário baiano. Bem como sua pesquisa assinala a importância do status atribuído e do adquirido como uma condição importante a ser analisada na mobilidade destes grupos.

[...] a etnografia de Thales é um documento precioso da persistência, na Bahia, da importância do status atribuído, principalmente a origem familiar e a cor, sobre o status adquirido, como aquele proveniente da riqueza e da ocupação (GUIMARÃES, 1996, p.70).

A importância do seu trabalho está, também, em assinalar resultados que se contrapõem ao pretendido inicialmente pelo Projeto UNESCO, o que revela uma ambiguidade:

Pego na aparente contradição teórica que a riqueza dos dados empíricos o conduziu, serão dois fenômenos de restrição da ascensão social que expressam os limites da mestiçagem enquanto mecanismo de mobilidade, que estimularão a reflexão de Thales no futuro imediato: a persistência do status de origem, dada pelos laços de família e pela cor; e, a relativa rigidez cromática dos casamentos inter-raciais (GUIMARÃES, 1996, p.73).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação mundial com o evento dramático da Segunda Guerra trouxe uma série de novas perspectivas ao mundo ocidental, principalmente aos países envolvidos direta ou indiretamente no conflito. O imenso desconforto provocado pelo genocídio dos judeus serviu de alerta ao que a intolerância racial poderia levar a humanidade. Fator que levou a ONU, através da UNESCO, a desenvolver interesse na condição do Brasil, país que convivia com raças originárias e colonizadores.

Muito embora, cabe aqui a observação, o massacre dos povos colonizadores tenha provocado um número maior de mortes e destruição total de culturas em nosso continente. Mas, todavia, no caso do Nazismo, onde tratava-se de branco exterminando branco, a gravidade provoca espanto e comoção, demanda pesquisa a fim de evitar que possa

ocorrer novamente. O que enseja ironia é pensar que a preocupação com o preconceito de raça surge desta situação, na qual o mundo de brancos colonizadores se confronta.

Os conflitos, no Brasil, atingem uma população imensa, que vive à margem da margem de qualquer definição de classe. Mesmo com políticas de cotas para ingresso nas universidades, a distância para a igualdade ainda é imensa. Em se tratando das novas políticas adotadas por um desgoverno que estimula os ataques racistas, homofóbicos, há que se pensar em quanta contribuição a pesquisa realizada por Thales de Azevedo serve de eixo para que se perceba o que de fato, existe em nossa sociedade: um preconceito velado, disfarçado que até mesmo faz com que a pessoa de cor não assuma sua própria pele. As estatísticas, neste ano, revelam alarmantes números da violência contra negros, amparados por um sistema que encarcera e dizima jovens que nascem sem espaço, oportunidade e visibilidade. A tendência é que esta situação piore com o atual projeto de desmonte de instituições e programas de acesso destas populações, consideradas minorias, às universidades, é um alarmante perigo que nos rodeia atualmente. Nunca estivemos tão ameaçados quanto neste momento e, nunca estivemos tão impotentes quanto hoje, assistindo a cada dia uma nova tragédia já anunciada.

As Ciências sociais, ameaçadas de extinção nas universidades, revelam verdadeiramente o quanto são consideradas ameaçadoras. Afinal, pensar é perigoso, analisar e ter senso crítico muito mais. O caminho traçado por expressões como Thales de Azevedo revela a importância do pensamento e da pesquisa no âmbito social, a exemplo da vereda aberta pela iniciativa do projeto UNESCO e consolida sua participação, contrariando a premissa que orientava os pesquisadores a provar a inexistência do preconceito de raça no Brasil.

REFERÊNCIAS

- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. As elites de cor e os estudos de relações raciais. **Tempo de sociologia** [online]. v.8, n.2, pp.67-82. 1996.
- LIEDKE FILHO, Enno Dagoberto. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 7, n. 14, pp. 376-437, dez. 2005.
- MAIO, Marcos Chor. As Elites de Cor: Thales de Azevedo e o Projeto UNESCO de Relações Raciais no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**. v. 5, n. 10, p. 89-113. Maio, 2017.

MAIO, Marcos Chor. Thales de Azevedo: Desaparece o último dos pioneiros dos antropólogos brasileiros de formação médica. **Manguinhos**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 133-171. 2005.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 14, n. 41, p. 141-158. 1999.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. 1969, Janeiro: **Exílio é a saída para milhares de brasileiros**. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/exilio-e-a-saida-para-milhares-de-brasileiros>> Acesso em: 01 de set. de 2019.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. História e historiografia da educação – a Bahia e suas conexões com os estudos regionais e nacionais. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 16, n. 67, 2016, pp. 228-237.

PRAXEDES, Rosângela Rosa. **Projeto UNESCO: quatro respostas para a questão racial no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) 220f. - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Invasões Históricas**. Disponível em: <<https://www.unb633-invasoes-historicas?menu=423.br/a-unb/historia/>> Acesso: 01 de set. de 2019.

Contribuições de Heleieth Saffioti para o entendimento sociológico da mulher brasileira

Heleieth Saffioti's contributions to the sociological understanding of Brazilian women

Letícia Oliveira¹

Bruna Fontes²

RESUMO

O presente artigo busca elucidar algumas das contribuições de Heleieth Saffioti (1934-2010) ao pensar a situação da mulher na sociedade brasileira, partindo dos métodos de análise e posicionamentos teóricos utilizados na obra “Gênero, patriarcado, violência”. A partir disso, serão situadas as pesquisas feitas pela autora e o apresentado como os dados obtidos por suas investigações podem informar sobre a situação da opressão das mulheres no cenário contemporâneo.

Palavras-chave: Heleieth Saffioti; Sociologia brasileira; Patriarcado; Feminismo.

ABSTRACT

This article seeks to elucidate some of the contributions of Heleieth Saffioti when thinking about the situation of women in Brazilian society, starting from the methods of analysis and theoretical positions used in the work “Gender, patriarchy, violence”. Based on that, the research done by the author will be located and what will be presented as the data obtained by her investigations can inform about the situation of oppression of women in the contemporary scenario.

Keywords: Heleieth Saffioti; Brazilian sociology; Patriarchate; Feminism.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho foi analisar como os conceitos trabalhados por Heleieth Saffioti podem ajudar-nos a pensar a situação da mulher na sociedade brasileira no

¹ É graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe. É membro do GERTs (Grupo de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas) e pesquisa sobre juventudes, estilos de vida e políticas públicas.

² É graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe.

cenário contemporâneo. Optar por estudar o tema através da ótica de Saffioti se sustenta, principalmente, por esta ter sido a primeira mulher a fazer da mulher seu objeto de pesquisa, sendo uma pioneira na temática. Heleieth Saffioti foi proveniente da classe popular e graduou-se em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Universidade de São Paulo (USP), tendo sido orientada por Florestan Fernandes ao defender sua tese intitulada de *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, que até os dias atuais representa uma referência em termos de estudos de gênero e patriarcado no Brasil. Sua produção acadêmica esteve sempre vinculada com proposições feministas, buscando observar de forma crítica a realidade das mulheres no país. Elaborou teorias, nas últimas fases de sua produção intelectual, que enfatizaram a presença da violência como aspecto constante da dominação masculina, centralizando suas perspectivas na forma em como essa violência se manifesta não apenas em termos físicos, mas também simbólicos. Grande parte do seu trabalho possuiu um enfoque marxista, tendo dialogado com outras perspectivas ao fim da vida (inclusive weberianas), mantendo-se ativa no campo intelectual até os seus últimos dias.

Tendo contextualizado a socióloga que neste trabalho se pesquisa, podemos partir para os pressupostos do artigo. Nele, serão situadas as contribuições da autora para pensar a situação das mulheres no Brasil nos ditames do patriarcado. A obra principal de Saffioti a ser explorada se intitula *Gênero, patriarcado, violência*, contendo dados de pesquisas feitas pela autora envolvendo a violência contra mulheres – desde o abuso sexual até a violência doméstica caracterizada por lesões físicas e danos psíquicos – fornecendo dados de suma importância para a compreensão desse fenômeno dentro de uma sociedade de classes. Saffioti exerceu uma influência teórica relevante ao pensar a opressão das mulheres em termos históricos e materiais, buscando conceituar adequadamente todas as dinâmicas de exploração-dominação analisadas.

Dessa maneira, o intuito deste artigo é mostrar como o pensamento de Saffioti pode ser relevante não apenas como aporte empírico para fortalecer a luta feminista, mas sendo capaz de contribuir para a sociologia brasileira em geral.

Horizontes teóricos para a compreensão da mulher na sociedade brasileira

Heleieth Saffioti constantemente se orienta por uma visão que contempla a opressão das mulheres junto à questão de classe dentro de um cenário capitalista. Acredita que a opressão sempre trabalha em um sistema único de dominação-exploração cuja dimensões são complementares (SAFFIOTI, 2001, p. 117); portanto, o patriarcado,

embora seja um fenômeno mais antigo, não pode ser dissociado do modo de produção vigente. Mais especificamente, Saffioti acredita numa “fusão” complexa entre violências de gênero, classe social e racismo.

Em *Gênero, Patriarcado, Violência*, o capítulo “Não há revolução sem teoria” (que alude a uma frase de Lênin) aborda especificamente os posicionamentos teóricos da socióloga. Atém-se a uma perspectiva que observa os problemas estudados de maneira estrutural. Com base nessa ótica, pode-se ter uma base mais sólida para compreender os três quesitos estudados por Saffioti que dão título à sua obra.

Conceitua gênero como um fenômeno histórico que acaba por ser “a dimensão da cultura pela qual o sexo se expressa” (SAFFIOTI, 2015, p. 144), manifestando-se de uma forma binária que passa a constituir um papel central nas relações de poder homem-mulher. O gênero enquanto diferenciação em si não é opressivo, assim como o sexo; mas a partir da ocorrência do que chama de *contrato sexual*, constitui-se a base do patriarcado moderno. O contrato, por sua vez, tem sua origem a partir do entendimento do homem de que participa da chamada *antropoprodução* (produção biológica e social de seres humanos), disseminando-se através da hierarquização que torna as mulheres sujeitas enquanto objetos deste contrato.

Saffioti é uma grande defensora da utilização do termo *patriarcado* ao referir-se ao sistema que oprime as mulheres; em suas palavras, “colocar o nome da dominação masculina - *patriarcado* - na sombra significa operar segundo a “ideologia patriarcal” (SAFFIOTI, 2015, p. 59). Opta, também, por analisar a dimensão material da opressão feminina. Dessa maneira, prefere utilizar o termo *categoria social* para referir-se tanto aos homens quanto às mulheres ao estudar o patriarcado, evitando análises individualistas que possam pender para perspectivas liberais. Menciona a máxima utilizada pelo feminismo radical, “o pessoal é político”, ao situar o patriarcado enquanto sistema político de dominação, manifestando-se tanto nas esferas públicas quanto privadas. Ainda que sejam diferentes entre si (a autora não o nega), estão inseridas dentro de uma lógica maior que as engloba, fazendo com que os *constructos mentais*, termo utilizado por Saffioti, se reverberem em práticas dentro e fora da realidade doméstica. Outra observação relevante é de que a autora rejeita o uso exclusivo do termo *gênero* ao estudar a opressão feminina: o considera demasiado generalizado e, por vezes, imbuído de ideologia. Em suas palavras,

[...] tratar esta realidade em termos exclusivamente do conceito de gênero distrai atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, “neutralizando” a exploração-dominação masculina. Nesse sentido e,

contrariamente ao que afirma a maioria das(os) teorias(os), o conceito de gênero carrega uma dose apreciável de ideologia. E qual é esta ideologia? Exatamente a patriarcal [...] (SAFFIOTI, 2015, p. 145).

A violência, por sua vez, é conceituada e explorada pela autora nos capítulos iniciais do livro abordado neste artigo. Saffioti a conceitua em consonância com os chamados direitos humanos, ao invés de tratá-la apenas como uma “ruptura de integridades” física, psicológica, sexual e moral; para a autora, o que pode significar esse tipo de ruptura para uma mulher de determinada classe social pode não significar para outra (SAFFIOTI, 2015, p. 50).

No que tange às dimensões práticas dos estudos de Saffioti sobre o patriarcado e suas manifestações, a socióloga pesquisou sobre a violência contra as mulheres no Brasil. A partir da pesquisa “A mulher brasileira nos espaços público e privado”, cujos dados foram organizados pela Fundação Perseu Abramo e seu Núcleo de Opinião Pública (NOP), é possível levar à luz aspectos antes obscuros sobre a natureza desse tipo de violência e suas consequências. De ordem quantitativa, a pesquisa foi conduzida a partir de entrevistas direcionadas a meninas (estas, principalmente, ao estudar abuso sexual) e mulheres, durante os anos de 1988 e 1992. Muitos dos dados foram coletados em casas-abrigo para vítimas de violência (SAFFIOTI, 2015, p. 21). Em seguida, apresenta a pesquisa, realizada durante a mesma época, intitulada “Violência doméstica: questão de polícia e de sociedade”. Foram feitas cerca de 300 entrevistas, englobando aspectos físicos e psicológicos da violência direcionada às mulheres no Brasil, bem como elaborados dados estatísticos acerca da realidade dessa parcela da sociedade que vivencia a agressão.

Saffioti, após coletar as informações sobre o tema estudado por meio de relatos, detalha os tipos de violência sofridos pelas mulheres entrevistadas. Discorre, primeiramente, sobre como se dá o abuso sexual direcionado a meninas na infância, pormenorizando as práticas utilizadas pelo abusador e os reflexos delas no psicológico da criança. A autora estabelece uma linha tênue entre o abuso sexual sofrido por meninas abastadas e por meninas pobres. Mulheres adultas são contempladas na temática da violência em termos mais amplos, também sendo detalhadas as práticas de violência realizadas em domicílio e outros ambientes. A socióloga afirma que “ninguém escolhe seu tema de pesquisa; é escolhido por ele” (SAFFIOTI, 2015, p. 45), ao justificar seu direcionamento ao estudo da violência contra a mulher.

A violência contra a mulher brasileira

Os resultados obtidos por Heleieth Saffioti ao pesquisar a mulher brasileira nos âmbitos público e privado oferecem informações relevantes acerca da situação dessas mulheres em diversas esferas. Em um primeiro momento, ao discutir o abuso sexual na infância, apresenta os dados obtidos de forma que sustente seu posicionamento contra a violência masculina. Observa que a presença dos homens nesses casos é de 97% a 99%, enquanto os registros de abusadoras mulheres são quase nulos. Mulheres representam cerca de 90% das vítimas, tornando possível estabelecer uma relação direta desses casos com teorias que abordem a dominação masculina. Um dado importante a ser mencionado é de o pai ser quase sempre o violentador - ao contrário de ideias propagadas pelo senso comum de que desconhecidos são mais propensos a cometer atos de violência sexual, Saffioti observa que a maioria esmagadora dos casos acontece dentro do seio familiar. Em suas palavras, “o pai continua a ser o grande vilão, devorando sua própria prole” (SAFFIOTI, 2015, p. 21). Também são registrados casos de abuso sexual cometidos por tios e padrastos, sempre homens que denotem uma hierarquia familiar mais elevada.

Novamente, é pertinente pontuar a diferenciação feita pela socióloga entre meninas abusadas de classes média e alta e de classe baixa. No primeiro caso, a menina não costuma ver-se como vítima: acredita que é copartícipe junto ao pai (na maioria das vezes), tornando-se, então, inimiga da mãe. Apresenta, com detalhes, que “nas camadas mais bem aquinhoadas, social e economicamente falando, o abuso obedece à receita da sedução: mais atenção àquela filha, mais passeios, mais viagens etc” (SAFFIOTI, 2015, p. 21). No tocante às camadas menos favorecidas, Saffioti nota uma maior agressividade por parte dos abusadores, que chegam a utilizar armas brancas ou de fogo, e a percepção das meninas abusadas não como culpadas, mas como vítimas (SAFFIOTI, 2015, p. 24). Nesse caso, o processo é, como diz a autora, rápido e brutal. A gravidez é mais comum do que em situações onde o pai/abusador é instruído. Heleieth Saffioti levanta uma discussão sobre a naturalização da relação sexual como um processo não-prazeroso às mulheres menos favorecidas, que a tratam como um “fardo” a ser carregado, não destinado ao prazer. Contudo, observa que os abusos via sedução causam danos psíquicos muito maiores do que os que se atêm à brutalidade (SAFFIOTI, 2015, p. 27).

Posteriormente, a autora aborda os resultados de sua pesquisa sobre violência doméstica. Para caracterizar esse tipo de violência, usa o termo “lesão corporal dolosa”

(LCD). Levanta que, cerca de 20% das mulheres entrevistadas já a sofreram em categorias leves, geralmente dentro de casa. Na maioria esmagadora dos casos, os responsáveis por esse tipo de agressão são seus companheiros. Aproximadamente 18% sofreu violência psicológica. Nesse caso, observa que “o crime de ameaça costuma acompanhar outras modalidades de violência ou substituir a violência física” (SAFFIOTI, 2015, p. 66). Casos de espancamento apresentam uma realidade gritante: aproximadamente 11% das investigadas relataram esse tipo de vivência, representando uma parcela de 6,8 milhões de mulheres brasileiras. Uma observação importante feita pela socióloga na pesquisa “Violência doméstica sob a Lei 9.099” que analisa os efeitos da lei mencionada, aponta que esta que acabou por legalizar a violência doméstica, sendo enquadrada com até um ano de detenção (SAFFIOTI, 2015, p. 66).

Saffioti enfatiza o uso de um termo específico, chamado de “ferida de alma”: abusos físicos e psicológicos podem ser momentâneos, mas as marcas deixadas por eles acompanham as vítimas por, em grande parte das vezes, toda a vida. Observa que a violência física se apresentou como um episódio mais fácil de ser superado pelas mulheres entrevistadas, mas não se pode dizer o mesmo acerca da psicológica. Para as entrevistadas, feitos como a humilhação provocam dores muito maiores (SAFFIOTI, 2015, p. 67). Em termos estatísticos, Saffioti observa que

19% das mulheres declararam, espontaneamente, haver sofrido algum tipo de violência por parte dos homens 16% relatando casos de violência física, psicológica, e 1% de assédio sexual. Quando estimuladas, no entanto, 43% das investigadas admitem ter sofrido violência sexista, um terço delas relatando ter sido vítimas de violência física, 27% revelando ter vivido situações de violência psíquica e 11% haver experimentado o sofrimento causado por assédio sexual. Trata-se, pois, de quase a metade das brasileiras (SAFFIOTI, 2015, p. 50).

A autora conclui que o clima de LCD é o mais prevalente contra mulheres (SAFFIOTI, 2015, p. 69), manifestando-se em parcelas relevantes da população. Uma constatação feita pela autora discorre sobre a chamada síndrome do pequeno poder: sujeitos a ela ambos os sexos, pode expressar-se no caso da mãe na violência (principalmente física) que esta destina aos filhos, posteriormente. Percebe que, nessa situação, “embora as mulheres não sejam cúmplices dos patriarcas, cooperam com eles” (SAFFIOTI, 2015, p. 68)

Dessa forma, percebe-se que a violência sexista se enquadra como um fenômeno estrutural, devendo ser estudada enquanto tal. Sendo o patriarcado um sistema que atravessa distintas camadas da sociedade e baseado no controle e na repressão da mulher,

sendo evidenciado até os dias atuais, pode-se percebê-lo como uma problemática a ser estudada e combatida com afinco, a fim de se buscar uma realidade igualitária.

Para Saffioti, o sexismo também prejudica aos homens, a partir do momento em que estes precisam limitar sua sexualidade, desenvolver condutas agressivas e perigosas de maneira impositiva (SAFFIOTI, 2015, p. 37). As proposições práticas feitas pela autora para efetivar mudanças contra esse tipo de opressão (além da luta feminista e da revisão de leis que naturalizem a violência) se dão através do abandono de comportamentos típicos da masculinidade agressiva perpetuada pela ideologia patriarcal; dessa maneira, pode-se desfrutar de relações mais completas nos âmbitos afetivo, sexual e relacional.

CONCLUSÃO

O elemento mais marcante, sem dúvida, da obra de Saffioti é a sua atualidade. Por mais que tenha sido uma pioneira nos estudos sobre a mulher dentro da sociologia brasileira, a aplicabilidade de seus métodos de análise ainda se mostra eficiente ao pensar o patriarcado em termos contemporâneos. Suas categorias de análise utilizadas, na visão das autoras do presente artigo, apresentam coerência e sensatez. Heleieth Saffioti, na obra estudada, atravessa conceitos fundamentais à compreensão da dominação masculina: discorre detalhadamente, apresentando seus pontos de vista com solidez, sobre o que se entende por gênero, por patriarcado e por violência, bem como propondo novos pontos de vista para estudar essas categorias. Dessa maneira, pode-se afirmar sem dúvidas que apresenta grandes contribuições teórico-metodológicas.

Seu trabalho, além de apresentar um embasamento teórico coeso ao definir histórico-socialmente o fenômeno do patriarcado, demonstra uma preocupação com o âmbito prático da realidade pesquisada. A partir de críticas ao comportamento masculino, à forma como a justiça não dá a importância necessária a casos de violência contra a mulher (por mais que existam mecanismos como a Lei Maria da Penha), Saffioti, na posição de acadêmica, busca desnaturalizar ações que corroborem com um machismo enraizado no Brasil.

No decorrer da análise da obra estudada, percebeu-se que imposições patriarcais ainda fazem parte do cotidiano de boa parte das mulheres brasileiras, desde o âmbito moral - a exemplo de ocultar a violência sofrida para preservar a instituição familiar (SAFFIOTI, 2015, p. 9) - até a esfera dos atos de violência física em si, manifestação mais imponente e agressiva da lógica da dominação masculina. Por isso, pode-se caracterizar a obra de Saffioti como relevante para estudar o machismo nos dias atuais.

A partir das conclusões estabelecidas no presente artigo, vê-se que é possível tomar a produção de Heleieth Saffioti enquanto não apenas dotada de contribuições acadêmicas, mas de grande consciência social, sendo fundamental para visar um horizonte destituído de desigualdade, dominação e exploração. Afinal, como postula Marx, não se trata apenas de compreender o mundo - mas também de transformá-lo.

REFERÊNCIAS

EGGERT, Edla. A supremacia da masculinidade: questões iniciais para um debate sobre violência contra mulheres e educação. **Cadernos de Educação**. Pelotas, n. 1261. p. 222-232. jan. 2006.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**. n. 6. Florianópolis: PPGAS/UFSC. 1995 (2ª versão 1998).

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

Francisco Bosco: do homem cordial ao novo espaço público**Francisco Bosco: from the cordial man to the new public space**

Bruno Henrique Souza de Jesus

Emerson Araújo Santana

RESUMO

O presente artigo faz uma análise da obra *A vítima tem sempre razão?*, de Francisco Bosco. A análise passa pelo contexto histórico, mostrando a criação de um conceito fundamental do livro, o de *novo espaço público*, nome dado às redes sociais digitais, caracterizadas pela democratização do debate. Os autores buscam entender as dinâmicas presente nesse campo, apresentadas pelas lutas identitárias. O artigo também mostra sua metodologia, fazendo uma genealogia da cultura e, após isso, faz uma análise de casos concretos, com embates gerados com múltiplas perspectivas teóricas. Também, mostra os objetivos dos autores em termos de relevância social, com a pretensão de fazer parte das lutas identitárias e rever os seus modos de agir, incorporar novas discussões e trabalhar com alteridade.

Palavras-chave: Francisco Bosco; redes sociais digitais; novo espaço público; lutas identitárias.

ABSTRACT

This article makes an analysis of Francisco Bosco's work, *The victim has always reason?*. The analysis goes through the historical context, showing the creation of a fundamental concept of the book: *new public space*, name given to digital social networks, characterized by the democratization of the debate. The author seeks to understand the dynamics present in this field, presented by the identity struggles. The article also shows its methodology, making a genealogy of the culture, and after it makes an analysis of concrete cases, which clashes generated with multiple theoretical perspectives. It also shows the author's objectives in terms of social relevance, with the intention of being part of the identity struggles to review his way of acting, incorporate new discussions and work with otherness.

Keywords: Francisco Bosco; digital social networks; new public space; identity struggles.

INTRODUÇÃO

Nascido no Rio de Janeiro, em 5 de outubro de 1976, o autor aqui apresentado é Francisco de Castro Mucci, porém, ele carrega o pseudônimo de Francisco Bosco. Dotado de capital cultural, pois, é filho do cantor e compositor João Bosco; de certa forma, teve influência para adentrar na área das letras, flertando com a literatura, a linguística, a

sociologia e a psicologia. Ele tem uma formação ampla e, em 1997, é graduado em comunicação pelas Faculdades Integradas Hélio Alonso; possui o mestrado em Letras. Em 2003, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sua pesquisa girou em torno da relação críticos, obra e leitor. Fez o doutorado também na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2003, trabalhando semiótica e linguagem, fazendo uma leitura da obra de Roland Barthes¹. Na vida acadêmica, ficou atento a levantar problemas da ordem social e, se aproximava cada vez mais das análises sociais com um viés sociológico.

Participou do jornal *O Globo*, onde escrevia em uma coluna em que falava sobre diversos temas contemporâneos, mas, com uma maior frequência, sobre cultura e política. Também foi colunista da Revista *Trip* e Revista *Cult*, seguindo as mesmas temáticas. Não ficou restrito à academia e às colunas, também publicou diversos livros, antes desse que será trabalhado no artigo. Seus livros publicados, geralmente, ficam no campo da poesia e congêneres, buscando dar uma visão literária ao cotidiano de um homem de classe média do cenário carioca alternativo. A literatura perpassa por temas como sexo, drogas, futebol, política e amor².

Analisar essa fase do autor foi crucial para entender como ele se adentra na análise social, através de elementos que influenciaram na literatura, elementos esses que serão explorados no presente artigo. O texto aqui abordado é *A vítima tem sempre razão?*, publicado em 2017. O livro traz análises do que o autor chama de *novo espaço público*, das dinâmicas e limites das lutas identitárias contemporâneas. Ele define como “novo espaço público” as redes sociais, que, muitas vezes, servem de tribunais para julgamentos de pessoas que estão ligadas às causas identitárias. Em alguns casos, esses julgamentos são injustos, o autor argumenta em torno de casos concretos de pessoas julgadas e “linchadas” virtualmente, ou seja, que foram expostas em redes sociais e receberam ofensas.

Ele chama a atenção para três fatores que propiciaram esse novo contexto, que foram: as revoltas de 2013, o colapso do Lulismo e a disseminação das redes sociais. O primeiro deixou legado mais evidente e abriu o campo para conflitos de secções diferentes da sociedade. O segundo, acabou com o mito de uma *cordialidade*, trazida por Sérgio

¹ Disponível em: <https://oifuturo.org.br/historias/oi-futuro-entrevista-francisco-bosco/> Acessado em: 02/04/2020.

² Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/escrito-poeta-compositor-e-filosofo-francisco-bosco-nao-foge-do-debate-nas-paginas-negras/> Acessado em: 02/04/2020.

Buarque de Holanda. Por final, o terceiro, deu condições mais práticas para a sociedade exercer seu julgamento de maneira direta e com uma certa proteção que a internet dá ao usuário que exerce o julgamento. Com as transformações, que deixaram parte dos movimentos identitários segregacionistas e atuaram para a construção do “novo espaço público”, Bosco vê uma necessidade de abertura dos debates, discussão de críticas e uma revisão do *lugar de fala*.

DESENVOLVIMENTO

Contexto histórico

O autor mostra como a cultura brasileira passou por uma constante mudança, ainda mais a imagem da cultura brasileira que foi reproduzida para fora e para o próprio Brasil. As mudanças ocorreram devido às diversas tensões de poder passadas pela história do Brasil, valorizando vários elementos ao longo do tempo. Da valorização da Natureza, uma mostra identitária de todo o povo e, até, uma busca de diversos circuitos urbanos brasileiros e suas especificidades, vide a Carta de Pedro Vaz de Caminha, obras de Lima Barreto, Machado de Assis, Graciliano Ramos, Aluísio Azevedo, o movimento da Tropicália, MPB, Carmen Miranda, o caráter do futebol, dentre tantos outros.

Também ocorreu a necessidade de estipular uma identidade nacional à cultura brasileira por parte das ciências sociais. Algumas publicações de grande relevância e de marco para esse *zeitgeist* foram: Sílvio Romero (2018) e Gilberto Freyre (1957), com a miscigenação brasileira; Sérgio Buarque (1996), com a cordialidade brasileira; Caio Prado Júnior (1979), que obteve um grande avanço com o viés de classe; e, Roberto DaMatta (1999) com seu viés estruturalista. Tal caráter nacional universalista, presente nos três primeiros citados, foi desmistificado, alguns anos depois, pela própria sociologia e antropologia, mostrando diversas especificidades culturais e identitárias.

Mas, o fato que chama a atenção para as atuais tensões, exploradas pela obra aqui analisada é o grupo Racionais MC's. O grupo e o lulismo afetaram os movimentos identitários. Lula entrou na disputa presidencial no mesmo ano do primeiro single da banda. Ambos representavam parte da sociedade que foi ainda mais assolada pelo capitalismo brasileiro, Lula representando o proletário nordestino e, os Racionais, representando os negros e as mazelas sociais.

O próprio Francisco Bosco comenta sobre os Racionais MC's em seu livro, e frisa a ligação com os movimentos identitários:

Os Racionais não se apresentam como estrelas, em posição de superioridade a seus manos negros. Basta vê-los no palco. No lugar do cantor hiper fetichizado, do *band leader* ou de qualquer hierarquia espacial, em shows dos Racionais o palco é, sob todos os aspectos, horizontal: cheio de gente, adultos e crianças, cantores, músicos e dançarinos, todos juntos. Eles não excluem seus iguais. “Se eles excluem alguém, sou eu, é você, consumidor de classe média – ‘boy’, ‘burguês’, ‘perua’, ‘babaca’, ‘racista otário’”. Nada mais distante das grandes sínteses culturalistas dos “explicadores do Brasil”, com seu “esforço incessante para a unidade”, ou da ideia de cultura popular, com seus traços de mestiçagem, encontro e conciliação. Terá sido com os Racionais MC’s que, pela primeira vez no Brasil, os movimentos identitários ganham escala, extrapolam as fronteiras mais estreitas da academia ou mesmo dos movimentos sociais e ganham o campo amplo da cultura (BOSCO, 2018, p. 36).

Trabalhando em prol de uma proximidade com seus “manos”, com o modo de falar, músicas e posições políticas em reafirmar cultura negra e de favela, o grupo se aproxima cada vez mais das pessoas que sofreram o mesmo que eles. Surgiram como a voz de negros da favela que queriam ascender socialmente, sem um discurso meritocrático de trabalho, mas um discurso de revolta das pessoas negras e de favela, uma denúncia ao sofrimento. A música extremamente politizada e bem diferente da MPB, pois alcançava as favelas e causava grande impacto.

Apesar de todo o caráter politizado, com a pretensão de modelo emancipatório, acabou perdendo o horizonte que pairava no país, o de encontrar uma cultura nacional, Racionais MC’s vem para romper com ele. Como Bosco (2017) bem traz, os movimentos identitários ganharam força e deixaram de ser só organizações conscientes, como os movimentos sociais. Reproduzindo essa dinâmica identitária culturalmente, faz com que as pessoas também reproduzam.

Adentrando nos três fatores citados anteriormente, porém, a premissa é entender os fatores históricos para a produção do livro *A vítima tem sempre razão?*. É necessário entender que o Lulismo, diferentemente do que Racionais MC’s gerou, é pautado por uma política conciliadora, pois, para chegar ao poder, Lula teve que modificar seu perfil, que carregava o mesmo espírito do grupo de MC’s.

André Singer compreende que: “As condições para o programa de combate à pobreza viriam da neutralização do capital por meio de concessões, não do confronto.” (SINGER, 2012, p.107). De tal forma, ajudando a consolidar ainda mais a desigualdade do país em troca de tentar tirar a miséria do Brasil. Seguindo essa ordem, Lula conseguiu implementar programas como o *Bolsa Família*, *Minha Casa, Minha Vida* dentre muitos outros, que caracterizam um reformismo, sem romper as estruturas. Apesar de tantos benefícios, essa foi uma relação de dualidade, os pontos positivos foram mencionados acima. Os negativos foram reproduzir a estrutura desigual da sociedade, sem uma reforma

tributária ou política, e, algo de grande impacto, foi manter as relações um tanto “sombrias” entre empresas privadas e Estado. Esses pontos fizeram parte das pessoas que são reprimidas pelo sistema perder a fé no PT e no Lulismo.

O que fez o Lulismo começar a entrar em colapso foram as mobilizações de junho de 2013, responsáveis por criar o descontentamento com o governo. Logo, um fator está ligado de maneira íntima ao outro. Bosco faz uma análise usando o cientista político João Brant:

A revolta contra a lógica dos gastos públicos encontrou seu alvo nos grandes eventos próximos (Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016). Como observou o cientista político João Brant, as manifestações contra a Copa articularam críticas a aspectos diversos, como a submissão do interesse público ao privado, a corrupção, as violações de direitos sociais e civis (como as desapropriações urbanas) e as medidas que afetavam a soberania nacional (chegou-se a mudar leis brasileiras por imposição da FIFA). Desse modo, conclui João Brant, é possível dizer que as manifestações contra a Copa estiveram relacionadas aos dois principais aspectos dos protestos de junho: “a crise de representação, por conta das decisões tomadas sem levar em consideração os direitos dos cidadãos e o mal-estar urbano (especialmente em virtude da política de remoções), que também está na raiz das manifestações contra o aumento da tarifa (BOSCO, 2018, p. 41).

Os motivos que as pessoas apresentavam eram bastante difusos. Havia até pedido de volta dos militares e grande parte da esquerda se retirou das manifestações. A direita começa a se apossar das manifestações e acaba com a popularidade do governo Dilma. Iniciando o segundo mandato pressionada por parte da elite financeira e setores da direita e do centro, a primeira presidenta da república sofre um golpe. Assim, o Lulismo fica esfacelado. Também, houve culpa da grande mídia nesse caso e, as manifestações foram usadas para gerar revolta, Bosco apresenta isso no seu livro:

(...) “efeito demonstração” e “sensação de insegurança”. O primeiro se refere ao efeito causado pela superexposição midiática dos protestos, que fez com que “mesmo quem tinha uma insatisfação ‘aceitável’ passou a achar que devia ‘indignar-se’, ainda que não soubesse exatamente contra o quê” (e, sobretudo, pode-se acrescentar, a favor do quê). O segundo designa o impacto na sensação de insegurança causado pela visibilização intensa da violência nas ruas do país. A repetição diária de cenas de “vandalismo”, depredação de bens privados e públicos atinge diretamente o governo responsável (BOSCO, 2018, p. 44).

O autor do livro já é ciente das consequências históricas imbricadas com sua teoria, e as analisa, logo, o que ele coloca é bem postulado e serve como uma explicação para fechar esses dois fatores citados com as dinâmicas apresentadas pelos movimentos identitários:

Em suma, junho de 2013 atirou a primeira pedra no lulismo. Outro sentido inequívoco das jornadas de 2013 é que, de lá para cá, amplos setores da sociedade brasileira despertaram do marasmo político e passaram a ocupar espaços públicos, urbanos, midiáticos tradicionais, institucionais e sobretudo

digitais. Com o fim do lulismo, sobreveio uma sociedade crítica, em permanente crise consigo mesma, problematizando todas as dimensões e aspectos da vida social. Dentro desse movimento, emergiram com força sem precedentes as lutas identitárias (BOSCO, 2018 p. 45).

Em 2013, as redes sociais já tinham se consolidado, inclusive, foi uma das responsáveis pela organização das mobilizações. Muitas das estratégias e aglomerações eram ditadas no espaço virtual para acontecer no espaço físico. E, atingia muitos indivíduos, levando em conta que a população brasileira usa bastante as redes sociais. Bosco interpreta as redes sociais como indo além da mídia, principalmente o Facebook:

O Facebook, sobretudo, se transformou numa espécie de *metamídia*, na qual a interpretação da grande mídia era submetida ao escrutínio de leitores, muitos dos quais professores universitários sem espaço na mídia tradicional, que criticavam suas versões e acabavam por revelar as motivações ideológicas nelas embutidas, produzindo assim uma tomada de consciência generalizada do papel da mídia tradicional no Brasil, o que contribuiu para a sua crise (BOSCO, 2018 p. 48).

Evidencia-se que a mídia tradicional também relativiza os fatos, não é imparcial. As redes sociais, de fato, são mais democráticas, dão voz a mais pessoas, apresentando uma polifonia. No entanto, é uma relação bem ambígua, pois, o debate fica mais intenso e mais propício a linchamentos. Por conta do caráter de personalidade, a justiça fica à parte e o que prevalece é uma sede em achar pessoas que dão um deslize. Parte da esquerda parece buscar uma destruição da própria esquerda. O choque das lutas identitárias com o “novo espaço público”, fez os movimentos identitários aderirem a um sectarismo baseado em identidade, deixando de lado o trabalho da alteridade, essa problemática será abordada de maneira mais profunda ao longo do artigo.

Orientações Teóricas

Bosco mostra sua influência pós-estruturalista foucaultiana, fazendo uma genealogia da cultura brasileira, analisando desde o primeiro documento brasileiro, a carta de Pero Vaz Caminha. Além de analisar o hino nacional, ele segue analisando as principais representações da cultura brasileira e, mostra os efeitos de como essas tensões transformaram a identidade e a política da sociedade brasileira.

Bosco, então, parte para a análise de casos concretos, através de uma ótica com diversas perspectivas. Como falado na Introdução, o autor flerta com diversas áreas das ciências humanas, como a psicologia social, filosofia, sociologia, antropologia e história. Ele separa casos que tiveram uma grande repercussão por parte dos movimentos identitários no “novo espaço público” e que os comentários e tweets não foram apagados,

como: Marchinhas de carnaval, uso de turbante por uma mulher branca com câncer, um clipe de Malu Magalhães, um caso que é chamado de “Uma fiel defensora de estupradores”, um de “doping” por óleo de massagem e o caso de Idelber Avelar.

Ele trata dois conceitos como centrais, para analisar os dois modos que os movimentos identitários podem agir: *bridging* e *bonding*. Bosco define o primeiro como:

Como os nomes sugerem, no primeiro, um determinado grupo aposta no estabelecimento de “pontes”, ou seja, na atração de pessoas de fora desse grupo para, com a colaboração delas, avançar suas agendas. Isso, é claro, tem consequências sobre as práticas adotadas; elas precisam angariar a simpatia de outros grupos, e, para isso, é fundamental não colocar mecanismos que os façam se sentirem excluídos do processo de luta, mecanismos que tracem linhas divisórias intransponíveis entre “nós” e “vocês”, mecanismos, em suma, que reduzam o sujeito “de fora” à sua estrutura social de origem (homem, homem branco, mulher branca, classe alta, pessoas cis etc.), anulando a dimensão simbólica, moral, que faz esse sujeito se solidarizar com a luta dos outros (BOSCO, 2018 p. 11).

E, o segundo como:

É precisamente isso que tendem a fazer os grupos que optam pela estratégia de *bonding*, isto é, produção de laços grupais, estabelecimento de uma coesão radicalmente baseada em fatores excludentes, como, no caso, o pertencimento identitário. “Por meio da criação de forte lealdade grupal [*in-group loyalty*]”, observa Robert Putnam, essa estratégia “pode também criar forte antagonismo para com os de fora do grupo [*out-group antagonism*]”. É óbvio que a noção de identidade tem uma dimensão excludente por definição, mas isso não implica necessariamente a exclusão dos “de fora” do processo de lutas dos grupos identitários. Essa exclusão ocorre de forma deliberada ou pode acabar ocorrendo por conta dos procedimentos adotados na luta. (Bosco, 2018 p. 11)

Bosco constitui o primeiro conceito como ideal, para tentar estabelecer um campo de alteridade entre diversos movimentos com os “de fora” e as pessoas que fazem parte. Segundo ele, as transformações sociais não se dividem.

Outra perspectiva de grande importância é a influência de Axel Honneth, que é fundamental para entender as reações dos movimentos identitários devido à repressão histórica que as minorias vêm sofrendo. Inclusive, Bosco o cita para adentrar na sua argumentação ao longo do livro:

Axel Honneth, “para chegar a uma autorrelação bem-sucedida, ele [o ser humano] depende do reconhecimento intersubjetivo de suas capacidades e de suas realizações”.³ Assim, caso não o obtenha sistematicamente, “abre-se na personalidade como que uma lacuna psíquica, na qual entram as reações emocionais negativas, como a vergonha ou a ira”. Dessa perspectiva é evidente, diga-se de passagem, a relação entre falta de reconhecimento e violência social (BOSCO, 2018 p. 4).

Apresentação da obra

Da cultura à política

O autor mostra que uma síntese historiográfica é necessária para trazer exemplos de como a mudança de uma constituição da identidade na cultura mudou de campo para a política: documentos como a carta de Pero Vaz de Caminha, o conteúdo do nosso Hino Nacional, até leituras de produtos de mídia produzidos por canais de comunicação internacional, como as apresentações de Carmen Miranda nos EUA, o filme produzido pelos estúdios Walt Disney, *Alô amigos*, todos apresentam uma visão do que seria o Brasil. Ainda na primeira metade do século XX, com o surgimento dos novos gêneros da música popular, difundidos massivamente através do rádio; com a propaganda modernista; com *Casa-grande & Senzala*, como grande obra para a afirmação da formação do Brasil e da cultura mestiça; com o programa de unificação nacional da ditadura varguista; — e, demais exemplos (BOSCO, 2018).

Esses exemplos evidenciam a afirmação da “*cultura popular brasileira* como um mito produtor de identificação coletiva” (Bosco, 2018, p. 21). Todo esse conteúdo demonstra uma imagem do Brasil ostentando uma natureza que é exuberante, quase autoevidente e romântica de que é ela, em si, o símbolo representante da Cultura Nacional. Francisco Bosco reestabelece um problema complexo, mas fundamental, e serve para visarmos em nosso horizonte onde ele quer chegar num primeiro momento, esse problema é o das representações do Brasil, traçando as linhas de força que parecem ter prevalecido ao longo desse processo.

Segundo Bosco nos informa, Antônio Candido afirma que, até 1930, permanecia uma ideia de que éramos um país novo, que ainda não tínhamos nos realizado, “a partir dos anos 1930 vai se formando progressivamente uma consciência do subdesenvolvimento, que só se consolida a partir dos anos 1950” (BOSCO, 2018, p. 24), contendo, na virada dos anos 1930 para 1940, grandes obras que liam em chave negativa esse atraso do Brasil frente aos outros países.

O Brasil do século XX é atravessado por uma noção de autoimagem afirmativa marcada pelos valores da mistura, da apropriação criativa de elementos exteriores e numa cultura que foi capaz de se autorrealizar, mas não no nível de sociedade, pois, “Esta esteve sempre travada pelas metamorfoses do poder oligárquico, historicamente mudando para permanecer o mesmo, controlando cada oportunidade de transformação social mais estrutural.” (BOSCO, 2018, p. 28)

É somente a partir dos anos 1950 que essa noção da cultura popular começa a ser desarticulada, apesar de ainda se manter muito forte no imaginário coletivo, como afirma Bosco (2018, p. 28), “Enquanto esforço sistemático, a desconstrução da ideia de uma cultura popular brasileira, com tudo o que ela tem demasiadamente generalizante, de grandes sínteses eruditas que, vistas mais de perto, forjam-se em conceitos vagos”

Então, é mostrado que esse movimento foi fruto da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, que fora fundada em 1934, depois de ter recebido contribuições fundamentais de Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide e Giuseppe Ungaretti, para produzirem grandes nomes de sociólogos, como Florestan Fernandes, Antônio Candido, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Emília Viotti, que, a partir de suas perspectivas acadêmicas, criticaram esses “explicadores do Brasil.”

Tomando de partida essa perspectiva vinda do novo, a universidade, com o rigor de um método fortuito, a partir do uso de conceitos bem utilizados articulados a grandes pesquisas empíricas, pôde fazer questões do tipo “a que perspectiva interessa – isto é, quais são seus “pressupostos ideológicos” – o elogio desse mecanismo histórico perseverante? Essa tradição é “feliz” para “quem?” Para os anteriores ideólogos do Brasil (BOSCO, 2018, p. 31)

Neste momento do texto, chegamos a uma grande contribuição do livro, pois é ressaltada outra dobradura importante na história. É o caso dos Racionais MC’s, como afirma o autor, “primeiros grandes arautos dessa transformação da cultura popular vinda de dentro da própria cultura popular” (BOSCO, 2018, p. 33), alinhados ideologicamente aos movimentos negros dos EUA, praticavam uma política “anticordial e dicotomizante”. Mais à frente ao seu surgimento, em 1989, um movimento parecido acontecia no âmbito institucional durante o Governo Federal de Fernando Henrique Cardoso (FHC), onde essa perspectiva racista institucionalizou-se em políticas de Estado.

FHC vinha da escola de sociologia da USP onde começou esse processo de desconstrução dos ideais culturalistas em suas pesquisas sobre a situação dos negros no século XX. Identificou, nas desigualdades sociais, um preconceito de cor que agudizava suas situações, frente a uma política de abolição falha no sentido da integração do negro na sociedade livre. O governo seguinte ao de FHC, a partir de 2003, o de Lula, deu continuidade aos programas sociais desta agenda iniciada por FHC.

Apesar de já na primeira década do século XXI o Brasil, dotando uma tradição “anticordial”, promotora do debate e explicação dos conflitos em sua história e

“fundamentada em lutas identitárias”, ainda seriam necessários três fatores para que essas lutas se desenrolassem “no sentido de sua expansão, sua sistematização e seu aprofundamento: as revoltas de junho de 2013, o colapso do lulismo e a enorme adesão ao uso de redes sociais digitais”. Esses elementos somados é que Francisco Bosco afirma que formataram as “características do novo espaço público brasileiro”, que será debatido no segundo capítulo de seu livro.

Condições para surgir o novo espaço público

O colapso do lulismo

Como é levantado pelo autor, depois de um histórico de derrotas, onde adotava postura de combate em relação à correnteza dos governos, em 2003, Lula é eleito para o cargo do executivo nacional, para isso, teve que abrir mão de sua figura anterior e apostou na estratégia de conciliação com setores conservadores. O que antes era lido como bandeira da luta contra as desigualdades já no primeiro ano de governo se torna clara a troca de abordagem para, agora, uma corrida contra a pobreza, para manter-se no governo dali em diante; desse modo, adquiriu um caráter ambíguo, abrindo caminho para setores empresariais de um lado, para conseguir governar equalizando reformas no nível de políticas sociais do outro. De tal forma:

O lulismo, portanto, não deixou de ser, finalmente, a tradução político-social do modelo conciliador da cultura popular. Há, em Lula, em sua figura pessoal, uma dimensão de cordialidade: o recurso ao afeto, a proximidade física, a notória capacidade de conciliação (BOSCO, 2018, p. 36).

Não durou muito para que esse modelo de governabilidade viesse mostrar suas fragilidades. Foi no segundo ano do primeiro mandato da sucessora de Lula, a presidenta eleita Dilma Rousseff, que começaram a evidenciar-se tais controvérsias.

Bosco, então, afirma que no mês de junho do ano de 2013 sucedeu, primeiro no Estado de São Paulo (SP), manifestações contra o aumento das passagens, que, como de praxe, logo sofreu um ataque de desmobilização vinda da Polícia Militar de SP. Naquele momento, a mobilização era retratada como uma grande movimentação, mas ainda sem aparente importância do modo como era coberto pela imprensa *mainstream* nacional, quando não, apenas a caracterizavam como atos de vandalismo vazios de significado político. Só depois do dia 13 de junho, em que uma jornalista da Folha de São Paulo foi atingida no olho por um tiro de bala de borracha, essa mesma imprensa modulou seu discurso alinhando em parte com os participantes das manifestações, e, deu-se o real destaque à altura do que se configurava de fato naquele momento.

Esta manifestação, de caráter sem precedentes na história recente do país, especialmente pela aparentemente difusa heterogeneidade de suas frentes, coberta pela mídia independente dos movimentos ali presentes, havia ganhado outras faces, inclusive, estendendo-se para outras cidades do país. Junto a esse alinhamento de novas frentes às manifestações, além da pauta do Movimento Passe Livre, articulavam-se outros processos em curso no mundo, como aponta o autor no trecho a seguir

[...] para muito além dos vinte centavos reais e simbólicos que o deflagraram, seguramente estavam no processo: uma movimentação política internacional, articulada com a novidade das redes sociais digitais; a "blindagem do sistema político" brasileiro, isto é, uma crise da democracia representativa; e a proximidade dos grandes eventos mundiais, Copa do Mundo e Olimpíadas, que o Brasil sediaria. (BOSCO, 2018, p. 41)

Muitos sentidos ainda podem ser retirados dos protestos de 2013, alguns efetivados, outros nem chegaram a se consolidar de fato como um sentido aferível, mas, sem dúvida alguma, citando o presidente do instituto Vox Populi, Marcos Coimbra, dois efeitos podem ser observados: “efeito demonstração” e “sensação de insegurança”

O primeiro se refere ao efeito causado pela superexposição midiática dos protestos, que fez com que “mesmo quem tinha uma insatisfação ‘aceitável’ passou a achar que devia ‘indignar-se’, ainda que não soubesse exatamente contra o quê” 103 (e sobretudo, pode-se acrescentar, a favor do quê). O segundo designa o impacto na sensação de insegurança causado pela visibilização intensa da violência nas ruas do país. A repetição diária de cenas de “vandalismo”, depredação de bens privados e públicos, atinge diretamente o governo responsável (BOSCO, 2018, p. 44).

Além disso, surge uma sociedade mais crítica, que ocupa mais espaços públicos, em especial espaços digitais, onde emergem o próximo assunto, as lutas identitárias.

As redes sociais digitais

Francisco Bosco chama atenção para o advento do serviço de internet. A comunicação como era conhecida houve de se modificar. Não se pensam em limites ou barreiras de comunicação. Impacto disso viu-se nas manifestações de 2013, aonde unificaram-se os espaços urbanos e digitais, quando grupos se organizaram nesse novo espaço público e já chegavam nas manifestações, já sabendo de todo o percurso, pautas a serem defendidas. Essa nova maneira de se comunicar ao qual “Manuel Castells chama de *autocomunicação*, isto é, o uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital” (BOSCO, 2018, p. 46) e seu caráter de comunicação de massa, que permitem grande alcance e conexões com outras redes e, assim, atingem outros

indivíduos, são esses os elementos fundamentais para tratar com a importância que se deve essa forma de comunicação.

De certo modo, o novo espaço público se apresenta como democrático, pois agrega muitas pessoas pelo seu fácil acesso. Múltiplos conteúdos a indivíduos distintos permeiam a internet através das redes sociais. De outro modo, também, possui o caráter que é ao mesmo tempo pessoal e impessoal. “Nelas, o destinatário é múltiplo, mas esse múltiplo é formado por um conjunto de indivíduos concretos” (BOSCO, 2018, p. 54) Diferentemente da imprensa tradicional, em que o destinatário é um sujeito abstrato, nas redes sociais, o sujeito ou o grupo de sujeitos que veem o post são indivíduos que estão lá, online, esta presença permite uma resposta imediata vinda desse grupo de sujeitos, com comportamentos grupais que podem vir a ser desmedidos, tendo como exemplo os linchamentos virtuais.

Lutas identitárias

As lutas identitárias estão no centro da discussão que segue da observação dos modos que operam os indivíduos no espaço público da internet e, também, como elementos nas organizações das manifestações de junho de 2013 que contribuíram para no fim do Lulismo. Mas, antes, ele possui uma história anterior, datada numa crise de representação da esquerda com seus modelos ortodoxos nos anos seguintes à década de 1960, essa esquerda:

(..) emerge, como observa Fredric Jameson, em meio à uma crise da “concepção clássica da classe social”. Os anos 1960 testemunharam, de um lado, a guerra imperialista dos Estados Unidos no Vietnã; de outro, a divulgação dos crimes de Stálin, assim como manifestações de totalitarismo nas experiências socialistas da China, de Cuba e da União Soviética, além dos indícios de crise econômica do bloco comunista. Isso desencadeou críticas, em todo o mundo, às instituições comunistas. Essa erosão da centralidade do conceito de classe (ou das respostas propostas a ele) foi um dos fatores a produzir a emergência de uma nova esquerda, baseada em outras referências (BOSCO, 2018, p. 53).

No trabalho de Axel Honneth (2003), ele identifica três instâncias sociais: o amor, como relações de ordem privada; o direito, que toma a pessoa como indiferente, seu valor é igual ao universal de indivíduo formal, reconhecido por lei; e, por solidariedade, reconhecido em sua particularidade, por sua diferença. Os movimentos identitários se formam quando experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências de um grupo inteiro, que mobilizam um grupo por exigência de relações ampliadas de reconhecimento.

As redes sociais são o palco perfeito para atuação dessas experiências de luta pelo reconhecimento. Nelas, as relações são dadas no imaginário, mesma instância onde são estabelecidas as relações de reconhecimento e, lá, os indivíduos são organizados em grupos sem disparidades e contradições a partir de algoritmos, com grande capacidade agregadora, criando espaços de espetacularização, mas, diferentes das emissoras de TV. Nesse espaço, é livre a disputa pela capacidade de concentração de olhares.

Livre, também, a identificação de formas de poderes; para Bosco, Foucault (2009) entende que o poder não passa de relações de ações sobre ações, o poder não age sobre o outro enquanto indivíduo, ele age sobre ações desse indivíduo, indiretamente afetando sua ação, circunscrevendo-a em prol do interesse do sujeito que inscreve no outro a ação a ser afetada. Por isso, acontece um monitoramento do que o indivíduo faz e do que ele publica. Assim, nascida da crise dos conflitos de classe como perspectiva centralizada na luta política, as lutas identitárias têm por sua natureza a experiência humana intersubjetiva, onde o reconhecimento é o motor de sua luta, sem ele não há movimento no sentido de uma certeza de si e, lutam para combater o poder como uma forma específica de dominação.

É inegável a importância que os movimentos identitários tem em suas lutas, mas, a crítica não pode deixar de ser dirigida ao protagonismo que estas assumiram, conforme analisadas suas condições de existência e as implicações de seus modos de ação.

Análise dos Casos Concretos

Bosco faz, então, uma análise de casos concretos, mostrando quando as lutas identitárias se excederam e acabaram cometendo injustiças. O nome do capítulo é *Marchinhas, óleos e turbantes*. Algumas denúncias sem consistência são acatadas de forma que nem sequer são passíveis de análises de suas contradições. Está evidente que não é possível que apliquemos os princípios de justiça formal para casos de desequilíbrios históricos. Existe um campo da justiça para lidar com essas questões de desobediências às leis, e que devem ser consideradas cabíveis de uso, é o caso da “teoria da obediência parcial”, e, mais uma vez, isso só é possível no nível institucional, não quando fere o direito individual.

Contra esse uso da retirada de direitos individuais de sujeitos, a favor de causas coletivas, é necessário o uso do imperativo categórico kantiano, que procura identificar um valor universal em sua existência e, que possa servir de fundamento para leis aplicáveis a todos, esse valor é o ser humano.

Partindo para os casos concretos, o primeiro a ser analisado é o das marchinhas de carnaval. Várias foram problematizadas como preconceituosas. Em especial, uma criada por Caetano Veloso, que fala o termo “mulata”, a popular marchinha falando do cabelo do Zezé e uma que remete a “Maria Sapatão”. Quem defendeu as marchinhas pareceu que estava acusando os movimentos identitários de uma patrulha ideológica, que o mundo ficou chato. Normalmente, quem se utilizava desse argumento eram as pessoas que não eram afetadas por esse movimento. Existem marchinhas que realmente não reproduziam preconceito, como a de Caetano, mas outras são bastante problemáticas, falando mal de indígenas e colocando mulheres em situações indelicadas de dominação, e, por muitas vezes, parecia estimular o assédio com adjetivos de “piranha”.

Para responder tal problema, Bosco adota uma perspectiva de que o campo se modificou:

Fico, para concluir o assunto, com o argumento da feminista Aline Ramos, autora do blog *Que Nega é Essa?*: “o fato de as letras terem sido criadas num contexto político diferente do atual não significa que elas eram aceitas pelos grupos minoritários. A diferença está na maneira em que essas pessoas se organizavam para reivindicar seus direitos e apontar o preconceito” (BOSCO, 2018 p. 81).

Partindo para a perspectiva do Caso do Turbante, uma jovem branca com câncer foi abordada em um ônibus por mulheres do movimento negro, que repreenderam a jovem, porque usava um lenço para esconder os fios caídos, argumentando que turbante é de uso exclusivo negro. Portanto, a mulher com câncer teria o direito individual negado. Bosco rejeita perspectivas que dizem que apropriação cultural não existe, mas ele não se interessa em vestimentas. Sua abordagem deve ser em um racismo estrutural, como ele afirma na presente citação:

Djamila Ribeiro percebeu o impasse e apontou para o modo de sua superação: “Há colonistas, por exemplo, escrevendo que apropriação cultural não existe, e por outro lado, pessoas colocando a responsabilidade nos indivíduos, ignorando as questões estruturais. Acredito que ambos os caminhos são equivocados”. Em outras palavras, e como explica Nátaly Neri, o conceito de *apropriação cultural* se refere a um racismo estrutural, e, as ações contra o mecanismo devem se efetivar nesse nível estrutural, e não no varejo dos usos individuais – no qual, pode-se acrescentar, se revelam ineficazes ou indesejáveis da perspectiva pragmática, além de antipáticas do ponto de vista estratégico (BOSCO, 2018 p. 95).

Sobre o videoclipe de Malu Magalhães, da canção “Você Não Presta”, é constituído por indivíduos negros, dançando em um lugar que remete a uma precariedade. Os corpos negros seminus e com óleo sobre a pele, parecendo remeter a uma sexualização do corpo negro. As pessoas imediatamente começaram a criticar nas redes sociais, ela

logo foi às redes sociais pedir desculpas, pela sexualização das pessoas negras. Bosco concorda com a crítica à posição dos usuários das redes sociais:

E de que maneira essas associações entre pessoas negras e o sexo se reproduzem efetivamente nas relações sociais? Ora, das mais diversas. No campo profissional, tende a desvalorizar as capacidades intelectuais das pessoas negras, vistas sempre como ineptas, “selvagens”, no sentido acima mencionado. Para as mulheres negras que trabalham como empregadas domésticas, essa associação as deixa em estado permanente de vulnerabilidade e pode servir como encorajamento e mesmo justificativa para atos de avanço sexual indesejado por parte dos patrões. No campo dos relacionamentos afetivos, tende a fazer com que as pessoas negras sejam instrumentalizadas, percebidas por meio de um fetiche racista estúpido, antes como objetos eróticos privilegiados do que como plenos sujeitos para uma relação amorosa. Entre outras diversas consequências que, presumo, as pessoas que sofrem com esse preconceito poderiam identificar (BOSCO, 2018 p. 99).

Já no caso da “Fiel Defensora de Estupradores”, um elemento que pesa é a *sororidade*, conceito baseado no apoio e ajuda de mulheres para mulheres. Porém, podem existir falhas, como no caso analisado. A cantora Marcia Castro postou uma foto com o músico Fael Primeiro, que tinha sido acusado de cometer violência sexual. Logo, ela sofreu ataques em redes sociais, passou de comentários falando para ela abrir o olho, para ameaças, fazendo ela não subir em um trio. A “sororidade” pareceu ter perdido o valor, pois, um discurso de “aliança” fez com que Marcia Castro se tornasse inimiga.

E, o principal, Fael Primeiro é inocente, ele processou as jovens que fizeram a denúncia e espalharam o boato, elas aceitaram um acordo de pagar a pena com trabalho comunitário. Essa “sororidade” faz deixar de analisar o caso concreto, para atender um princípio, que deixa a justiça de lado.

O Caso do doping por Óleo de Massagem ocorreu Belo Horizonte. Aconteceu partindo de uma postagem de uma página do Facebook. A página postou um texto falando sobre uma vítima de um estupro, que foi dopada ao inalar óleo de massagem, que deixou a suposta vítima inconsciente e excitada, fazendo com que ela só perceba uma verruga no pênis do suposto agressor, que também é acusado de passar HPV para a jovem. O suposto agressor é um músico que passou a ser agredido em redes sociais, com pedido até de que parem de contratá-lo. Apesar de todo um argumento frágil e incoerente apresentado na postagem, que os médicos confirmaram a falseabilidade dos sintomas que foram citados na postagem, o músico continuou sendo atacado até postar no seu perfil do Facebook que iria tomar medidas legais.

O último caso explicitado é o que houve repercussão fora e dentro do Brasil. É o caso de Idelber Avelar, professor da Universidade de Tulane, em Nova Orleans. Ele

mantinha relações com mulheres, conversava sobre sexo e coisas que fogem a modelo tradicional conservador com muitas mulheres, teve uma conversa que ele enviou uma foto do pênis ereto. No entanto, ele exposto publicamente, chamado de abusador, torturador psicológico e assediador, nas redes sociais, começou um ataque em massa.

Apesar de todas as relações serem consentidas, a proibição que foi dada a ele, em conversa, foi acatada, mas, mesmo assim, os ataques continuaram por algumas mulheres acharem que consentimento da mulher é ilegítimo, em relação a sexo, por conta do modelo patriarcal que vivemos. E, essa perspectiva de certos grupos é tão forte que abandonam a legitimidade do Estado, como o autor argumenta sobre o caso e as consequências dessa dinâmica identitária, sobre a vitória nos tribunais do acusado:

A vitória do acusado na justiça não tem o valor de *última palavra* fora do âmbito legal. A justiça oficial não instaura uma perspectiva absolutamente neutra capaz de arbitrar a controvérsia. Ao contrário, ela é, desde o início, parte do problema: uma instância percebida pelas mulheres como reprodutora do machismo estrutural da sociedade.²⁹⁴ Enquanto ela não for reformada (por medidas como composições paritárias em todas as suas instâncias), e enquanto o machismo seguir sendo a ideologia dominante na sociedade, continuará sendo percebida assim. Voltamos, com isso, ao ponto onde parecemos girar em falso: as estruturas machistas institucionais e sociais fazem com que determinados feminismos desenvolvam premissas e métodos para os quais, em nome do combate à estrutura, indivíduos particulares devem ser combatidos, sendo submetidos ao crivo de uma perspectiva simetricamente oposta à do machismo estrutural. Nesse processo, todo indivíduo vem sendo reduzido à sua estrutura de origem: em princípio, ele a reproduz, e de nada valem, nas situações concretas, as evidências atenuantes, relativizantes, complexificadoras ou mesmo absolvedoras – deve-lhes ser imposto o mesmo tratamento que a estrutura machista reserva às mulheres (BOSCO, 2018 p. 133).

CONCLUSÃO

Bosco traça de maneira bem consistente a história da cultura do Brasil, ligado à uma genealogia foucaultiana, mostrando como um retrato de uma cultura geral do país também pode gerar uma exclusão. Pois, esse retrato sempre foi baseado em uma cordialidade e união da nação, só mudou quando a cultura se transformou em política com o grupo Racionais MCs, esse caráter da cordialidade também foi passado para política e atingiu seu ápice no governo Lula.

O autor mostrou, de maneira minuciosa, as condições para o surgimento do novo espaço público, citando os protestos de junho de 2013, o colapso do Lulismo, que significou o ápice da cordialidade na política, enquanto havia a mudança da autoimagem cultural do Brasil, justamente, para o contrário. E, a última, o surgimento das redes sociais, proporcionando uma discussão mais ampla por parte da população brasileira.

O autor mostra um vasto conhecimento, além de história do Brasil e filosofia pós-estruturalista, faz uma análise de casos concretos, flertando com diversos campos do conhecimento, como antropologia, sociologia e literatura.

Para concluir, Bosco defende que os movimentos trabalhem com alteridade e sem instrumentalizar os indivíduos, nas suas justas lutas. E, em uma sociedade desigual, as lutas identitárias muitas vezes são das formas já mencionadas por um caráter sintomático da sociedade. Portanto, para mudar a dinâmica das lutas identitárias, é necessário mudar a sociedade, deixando-a em nível de igualdade cultural e econômica, sem a reprodução de formas de dominação.

REFERÊNCIAS

BOSCO, Francisco. **A vítima tem sempre razão?** Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro. São Paulo: Todavia, 2018.

DA MATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro, Rocco, 1999.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Michel **Foucault: uma trajetória filosófica**. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Lisboa, Livros do Brasil, 1957.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 1996.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

JAMESON, Fredric. Periodizando os anos 60. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Ed.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

KOJÈVE, Alexandre. **Introduction à la lecture de Hegel**. Leçons sur la Phénoménologie de l'Ésprit, professés de 1933 à 1939 à l'École des Hautes Études réunies et publiées par Raymond Queneau . Paris: Gallimard, 1947.

ROMERO, Sílvio. **Contos Populares do Brasil**. Jundiaí, SP: Cadernos do Mundo Inteiro, 2018.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

Desenvolvimento urbano na Serra do Cabral em Simão Dias - SE: Impactos socioambientais provocados por este processo**Urban development in the Serra do Cabral in Simão Dias - SE: Socio-environmental impacts caused by this process**Jamile Santos Amorim¹**RESUMO**

A Caatinga, bioma exclusivamente brasileiro, destaca-se por apresentar uma grande biodiversidade. Em locais de maior altitude dentro do bioma, pode-se encontrar encraves de Mata Atlântica, denominados brejos de altitude, que configuram áreas de relevante importância para a preservação da biodiversidade; porém, essas áreas estão sendo cada vez mais ameaçadas devido ao aumento do processo de urbanização. Desse modo, o presente estudo objetivou analisar os impactos socioambientais decorrentes do processo de urbanização da serra do Cabral, localizado na cidade de Simão Dias - SE, situada no referido bioma. Os dados foram obtidos de janeiro a dezembro de 2017, e apresentados em 2018, a partir da realização de entrevistas abertas e semiestruturadas, qualitativas, com a comunidade presente no local. Foram entrevistados 12 moradores, mulheres e homens, cujas idades variaram de 16 a 81 anos. Para a realização da pesquisa, também foram feitas visitas à sede da Prefeitura Municipal, onde foi avaliado se na cidade há atuação do órgão ambiental, secretaria ambiental. Identificou-se na área de estudos impactos socioambientais decorrentes do processo de urbanização “mal planejado”, que altera a área natural, afeta a biodiversidade existente e influenciam diretamente a comunidade local.

Palavras-Chave: Processo de Urbanização; áreas naturais; impactos ambientais; biodiversidade.

ABSTRACT

The Caatinga, an exclusively Brazilian biome, stands out for presenting a great biodiversity. In places of higher altitude within the biome, you can find Atlantic Forest encroachments, called swamps of altitude, which configure areas of relevant importance for the preservation of biodiversity; however, these areas are being increasingly threatened due to the increase in the urbanization process. Thus, the present study aimed to analyze the socio-environmental impacts resulting from the urbanization process of the Serra do Cabral, located in the city of Simão Dias-SE located in the said biome. Data were obtained from January to December 2017, from open qualitative and semi-structured interviews, with the community present on the site. 12 residents were interviewed, women and men, whose ages ranged from 16 to 81 years. To carry out the research, visits were also made to the headquarters of the City Hall, where it was assessed whether the city has

¹ UniAGES (vinculo anterior)
jamille26sts@gmail.com

an environmental agency, the environmental secretariat. In the study area, socioenvironmental impacts resulting from the “poorly planned” urbanization process, which changes the natural area, affects the existing biodiversity and directly influences the local community, were identified.

Keywords: Urbanization Process; natural areas; environmental impacts; biodiversity.

INTRODUÇÃO

As discussões em torno da conscientização das questões ambientais despertaram a atenção do homem em relação às suas atividades no meio natural e no espaço urbano. Alguns dos conflitos socioambientais gerados em regiões em acelerado processo de expansão urbana, são decorrentes da intensificação de atividades econômicas diretamente ligadas ao processo de globalização.

O modelo conceitual de cidades da atualidade é concebido com compreensões entre o desenvolvimento urbano e as alterações ambientais. Estas últimas vêm ocorrendo devido, principalmente, ao processo de urbanização, que traz junto com ele, os graves impactos ambientais. “Entende-se, por impacto ambiental, tudo o que causa alteração do meio, decorrente de ações antrópicas (FERREIRA *et.al.* 2005, p.13).

A questão ambiental possui uma ligação estreita com a temática urbana atual, pois, a expansão do processo urbano através da ocupação desordenada, resulta em diversos problemas de ordem ecológica. De acordo com Amorim (2000), processos de ocupação e expansão do meio urbano representam um sério problema da humanidade, principalmente quando ocorre de forma desordenada, utilizando os recursos sem o devido planejamento e controle. O planejamento é um instrumento que pode evitar o desenvolvimento de diversos problemas ambientais urbanos, que ocasionam a degradação dos recursos em áreas naturais.

A área de estudo conhecida como Serra do Cabral, localizada na cidade de Simão Dias - SE, tem valor de beleza e histórico para a região, é um mirante em uma altitude de 425 metros, sendo considerado como uma ótima opção de lazer, já que do local se tem uma vista panorâmica da cidade (BONFIM, 2013). A partir do processo de urbanização, se tornou apta para receber pessoas em momentos de lazer e, assim, passou a ocorrer a ocupação inadequada e não planejada desse espaço, sem nenhum tipo de fiscalização, que possivelmente vem trazendo mudanças negativas para a comunidade e a biodiversidade existente na área. Nesse contexto, quais são os impactos ambientais provocados a partir do processo de desenvolvimento urbano, que podem ser observados nesse local?

Supõem-se que os possíveis problemas ambientais causados pelo desenvolvimento urbano na Serra do Cabral podem interferir diretamente na biodiversidade local. É possível visualizar os impactos ambientais decorrentes do processo de urbanização na área, que afetam diretamente a população veterana existente, como a falta de saneamento básico, a ocupação desordenada, o descarte inadequado de resíduos sólidos, que promovem mudanças no ambiente, podendo levar a alterações na diversidade faunística e florística locais.

No município de Simão Dias – SE, a dinâmica do desenvolvimento urbano não é diferente, vive-se um constante processo de urbanização, gerando efeitos negativos grandiosos (impactos ambientais) para a cidade como um todo. Nesse sentido, justifica-se a importância da aplicação de um planejamento ambiental em obras em áreas naturais, como a serra do Cabral, para que não haja a degradação dos recursos naturais e que os problemas no espaço urbano não interfiram na qualidade de vida da população local.

O principal objetivo deste trabalho, tendo em vista as condições físicas da Serra do Cabral, localizada no município de Simão Dias - SE, é caracterizar e investigar os principais impactos ambientais decorrentes do processo de desenvolvimento urbano; e, para isso, a pesquisa conta os seguintes objetivos específicos: analisar de que forma se deu o processo de urbanização, verificar como o processo de urbanização na Serra do Cabral pode influenciar a diversidade faunística e florística do local; verificar como o desenvolvimento urbano na Serra do Cabral pode influenciar a população local; avaliar de que forma o uso do espaço da Serra do Cabral, através do turismo, gera impactos ao ambiente; investigar a visão da população local sobre as mudanças ambientais ocorridas na Serra do Cabral, Simão Dias - SE, durante e depois do processo de urbanização, buscando levantar se no município há um planejamento ambiental implantado, realizando uma breve reflexão acerca do planejamento ambiental.

Materiais e métodos

A área de estudo foi a Serra do Cabral, localizada no município de Simão Dias – SE, que se encontra em uma altitude de 425 metros (NUNES *et al.*, 2016, p.98). Segundo Bonfim (2013), em relação à vegetação da área, pode-se dizer que é basicamente composta por caatinga hiperxerófila. Atualmente, a Serra do Cabral é mais conhecida como Serra do Cruzeiro. “Localizada a seis quilômetros da cidade, é um mirante de 450m de altura, onde se tem uma vista panorâmica da cidade (NUNES *et.al.*, 2016 p. 99)”. O local é o principal atrativo turístico da cidade, ideal para momentos de lazer, com

excursionismo e contato direto a natureza, serve de atrativo para a população da cidade, conhecida como “o ponto turístico” da cidade de Simão Dias, é composto por duas serras onde foram introduzidas uma pavimentação até os pontos mais altos e, posteriormente, algumas casas ao redor da montanha, parte dela é usada como pastagem para pecuária extensiva ou plantando grãos como milho e feijão (NUNES *et al.*, 2016, p. 98). (Fig. 2):.

Figura 2: Localização geográfica da Serra do Cabral de Simão Dias – SE.



Fonte: Google Maps (2018) Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Sim%C3%A3o+Dias+> Acessado em: 25/05/2018

Decorrentes da urbanização, há a ocupação desordenada e sobre resíduos sólidos em áreas naturais. Na sede da Prefeitura Municipal, avaliou-se se na cidade há atuação do órgão ambiental, secretaria ambiental e outros mecanismos legais relacionados com o planejamento da obra da Serra do Cabral, a fim de averiguar a evolução urbana, características econômicas, sociais e ambientais da cidade voltadas para a área. Ainda nesta etapa do trabalho, foi realizada uma busca de dados relativos ao município, incluindo visitas às instituições públicas da cidade, como a biblioteca municipal, a fim de ter acesso a imagens, informações antigas sobre o processo de urbanização na cidade.

As idas a campo consistiram em verificações sobre os impactos socioambientais, para isto foi elaborado um (TCL) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foi lido e distribuído entre os indivíduos. Foram entrevistados 12 moradores, mulheres e homens, cujas idades variaram de 16 a 81 anos. Por meio de entrevistas semiestruturadas qualitativas. “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc.” (GERHARDT & SILVEIRA, 2009; p.31). Para os autores, a pesquisa qualitativa

preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade dos indivíduos que não podem ser quantificados, ou seja, esse tipo de pesquisa visa buscar uma compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

As entrevistas semiestruturadas qualitativas foram feitas com três objetivos: o levantamento histórico do local, identificação das mudanças ocasionadas na área de estudo e listagem dos principais problemas mencionados decorridos do processo de urbanização da área que os moradores enfrentam atualmente.

As entrevistas aplicadas aos moradores da comunidade próxima à serra do Cabral foram compostas por duas partes específicas, a primeira voltada para a caracterização social do entrevistado, identificando idade, sexo e o tempo de habitação na área, e a segunda parte dos questionamentos foi ligada diretamente à percepção que o entrevistado apresentava do local em questão.

A metodologia deste trabalho também contemplou a pesquisa de campo, desse modo, nas idas a campo, além das entrevistas com os moradores da comunidade, foram realizados registros fotográficos com o objetivo de identificar os impactos ambientais mais visíveis, causados direta e indiretamente à diversidade (flora e fauna) e antrópicos (moradores, vizinhança e sociedade), e para realizar uma avaliação dos principais problemas decorrentes da atividade turística no local. Após investigação, os dados coletados foram analisados e interpretados sendo discutidos com base em outros trabalhos.

Resultados e discussão

O processo de expansão urbana na serra do Cabral, localizada em uma área de acentuados topos de morros, tem provocado alterações no ambiente e, conseqüentemente, causado grandes problemas ao ambiente e à comunidade. Nas visitas, observou-se que há a deposição de lixo e aumento do processo de pavimentação, provocando a retirada da cobertura vegetal, gerando impactos negativos nos aspectos físicos da paisagem natural.

A presente pesquisa teve como um dos principais objetivos analisar de que forma se deu o processo de urbanização da Serra do Cabral, município de Simão Dias, porém, nas visitas à prefeitura municipal da cidade e na biblioteca municipal, não foram registradas, nem disponibilizadas informações a respeito da obra. Segundo Santana & Silva (2013), o município cresce sem planejamento urbano, isso por conta da falta do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), que, de acordo com os autores, é um instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana da cidade, porém,

o mesmo está em diagnóstico inicial (2008-2010), ou seja, mesmo sem o plano diretor, a cidade continua crescendo de forma não estruturada.

A partir das observações e das entrevistas realizadas com a comunidade, foram identificadas as seguintes ações impactantes na área, expostas na tabela, abaixo:

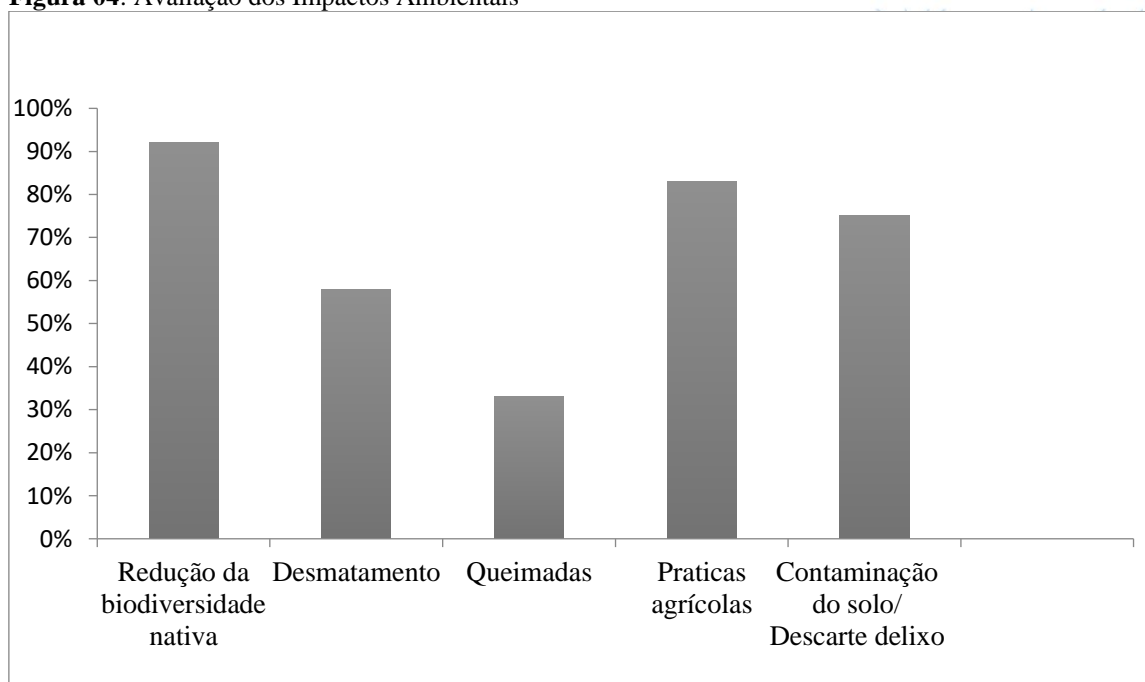
TABELA 1: Percentual dos entrevistados que responderam quanto às categorias dos impactos sociais registrados na serra do Cabral, Simão Dias- SE

IMPACTOS AMBIENTAIS	PERCENTUAL
Redução da biodiversidade nativa	92%
Desmatamento	58%
Queimadas	33%
Práticas agrícolas	83%
Contaminação do solo/ Descarte de lixo	75%

Fonte: Da Autora (2018)

Os dados da figura 4 correspondem às respostas das questões elaboradas, com o intuito de detectar qual é a percepção dos moradores no que tange às alterações antropogênicas ocorridas na área de estudo. Os resultados obtidos evidenciam com unanimidade que todos os entrevistados percebem algum tipo de alteração na qualidade ambiental da localidade e também para a comunidade.

Figura 04: Avaliação dos Impactos Ambientais



Fonte: Da Autora (2018)

Do total de entrevistados, todos os moradores classificaram as alterações como sendo ruins para o ambiente, citando, principalmente, as questões relacionadas à redução da biodiversidade, à poluição e à falta de monitoramento público, descrevendo o local como uma área de aspectos ambientais desagradáveis em relação ao que era antes. O aumento do número de visitas na serra do Cabral tem acelerado os processos de degradação do meio físico; além disso, no meio biótico, observou-se: fragmentação dos ecossistemas, abertura de clareiras, afugentamento da fauna, aumento do risco de intoxicação desta devido à presença de lixo deixado pelos visitantes e, também, pelo uso de agrotóxicos devido às práticas agrícolas e ao aumento dos riscos de incêndio. Nas entrevistas, quando os moradores foram questionados sobre as mudanças do meio ambiente, se houve uma redução da vegetação e da biodiversidade, os entrevistados comentaram: *“ah, os bichos, antes tinha muito mais de que hoje” (E-1, 53anos)*. *“aqui tinha muito passarinho, saruê, gato de mato, tatu, teiu, mais tá desaparecendo tudo daqui” (E-3, 46 anos)*.

A abertura de trilhas, estradas ou desmatamentos de uma determinada área provocam alterações na dinâmica de todo um ecossistema, dentre estas alterações, a fauna é um dos alvos de impactos. *“Algumas espécies vegetais essenciais à alimentação destes animais são extintas com simples alterações no ambiente, também são constatadas mudanças comportamentais na fauna e aumento dos índices de mortalidade (VIANA & ROCHA, 2009; p.05)”*. Quando se questionou aos moradores sobre a cobertura vegetal da serra do Cabral, antes da introdução da pavimentação do ponto turístico, os entrevistados afirmaram: *“Quem era como era um matagal arretado, aí descobriram tudo né” (E-1, 53 anos)* *“rapaz, na vista do que era aqui, pra o que tá hoje, pode botar que mudou 100%” (E-7, 50anos)*.

De acordo com os entrevistados, a cobertura vegetal da Serra do Cabral está sendo totalmente modificada em meio ao processo de urbanização e ocupação da área. Desse modo, no que diz respeito à biota e a qualidade dos recursos naturais, Paulo *et. al.* (2014) afirmam que se pode dizer que, em meio ao processo de expansão urbana, há atividades que são as maiores causadoras de impactos ambientais em áreas naturais.

Recentemente, no ano de 2012, aconteceu um evento de incêndio na área de estudo, ainda quando estavam acontecendo as obras de construção do ponto turístico na Serra do Cabral. De acordo com Nunes *et. al.* (2016), o incêndio ocorreu na Serra do

Cabral em fevereiro de 2012 e, destruiu grande parte da biodiversidade presente neste local (Fig.5, 6 e 7).

Figura 5: Incêndio na Serra do Cabral em fevereiro de 2012



Fonte: Denilson Matos / Portal Edelson Freitas (2012)

Segundo os moradores entrevistados, o incêndio de 2012 foi provocado por um fazendeiro das redondezas e foi acidental, como atestam as respostas abaixo:

Foi criminoso não, foi acidente mermo, ele não fez por querer, ele até deu infarte na hora, quase morre, só não morreu por cause do empregado (E-10, 42 anos).

O homem foi tocar fogo no terreno dele, ai ele já de idade, pensou que o fogo não ia ganhar, ai o fogo ganhou o pasto todo (E-4, 26 anos).

O fogo quase que vinha pra cá, ainda queimou a casa do vizinho (E-2, 18 anos).

A ocorrência de incêndio, em grande parte das vezes, apresenta mais aspectos negativos do que positivos para uma determinada área. Dentre as desvantagens, destacam-se a extinção de espécies nativas; o esgotamento dos solos e a proliferação de espécies exóticas. De acordo com os mesmos autores, geralmente, a maioria dos incêndios é de origem antrópica e de difícil controle, uma vez que são provocados sem práticas adequadas que asseguram a conservação do local (VIANA & ROCHA, 2009; p.12).

Os entrevistados também afirmaram que as atividades agrícolas são uma das principais práticas impactantes à biodiversidade da área de estudo.

O povo tá passando veneno aqui, tá matando tudo, os bixinhos vão comer e morre, quando a gente anda purai os bixinho tá tudo duro (E-3, 46 anos).

A metade dos animal hoje, si acabou a metade, caça não si encontra mais, o veneno acabou com tudo (E- 8, 27anos).

De acordo com os moradores entrevistados, o uso de agrotóxicos foi uma das causas que contribuíram para a eliminação da fauna da área. Segundo Veiga *et. al.* (2006), a aplicação de agrotóxicos pode contaminar o solo e os sistemas hídricos, a fauna e flora, além das alterações significativas nos ecossistemas. A degradação do meio ambiente tem consequências em longo prazo e seus efeitos podem ser irreversíveis.

A presença de lixo, além de denegrir a paisagem e a biodiversidade existente, torna-se foco de doenças e, também, pode aumentar os riscos de incêndios para uma determinada área. A partir das visitas à serra do Cabral, pôde-se perceber que há um índice baixo de descarte de resíduos pelos visitantes, ou seja, há a dispersão dos resíduos, mas não de forma exagerada, principalmente após os finais de semana. Os entrevistados também afirmaram que não há monitoramento adequado e conscientização sobre essa problemática. *“jogam muito lixo, latinha, tanta coisa esquisita, que a gente nem pode falar”* (E-2, 18 anos). *“mais, lá em cima, em tempo de festa, eles vem e limpa tudo”* (E- , 18 anos). A natureza é uma das principais vítimas do descarte inadequado de resíduos, rios, riachos, córregos, canais e lagoas, e, todos os seus ecossistemas sofrem com a poluição causada pelo acúmulo e descarte inadequado de lixo.

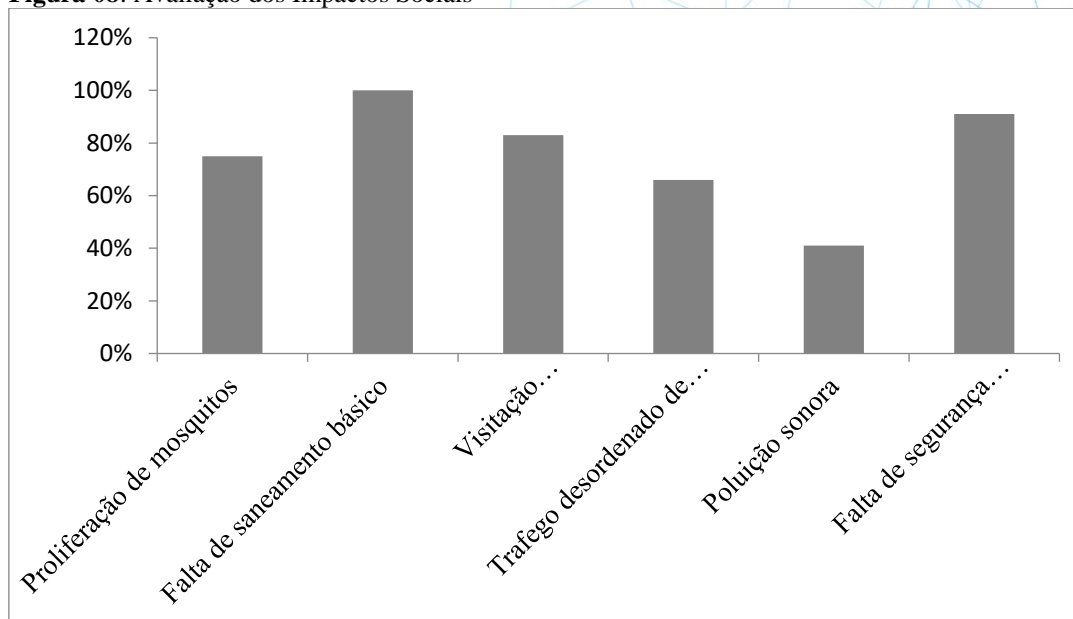
TABELA 2: Percentual dos entrevistados que responderam quanto às categorias dos impactos sociais registrados na serra do Cabral, Simão Dias- SE

IMPACTOS NEGATIVOS SOCIAIS	PERCENTUAL
Proliferação de mosquitos	75%
Falta de saneamento básico	100%
Visitação desordenada/vandalismo	83%
Tráfego desordenado de veículos/acidentes	66%
Poluição sonora	41%
Falta de segurança publica/ Atuação de Órgãos ambientais/Públicos	91%

Fonte: Da Autora (2018)

Desse modo, a figura 8 indica que a área de estudo apresenta uma concentração de impactos sociais e a partir das entrevistas realizadas com os moradores da área, e os resultados da intensidade relativa por impacto classificada anteriormente por Gomes (2012), evidenciou que a falta de saneamento básico, ou seja, dos 12 entrevistados, apresentou intensidade alta, já que todos classificaram este como o maior impacto social.

Figura 08: Avaliação dos Impactos Sociais



Fonte: Da Autora (2018)

No que diz respeito aos impactos ambientais provocados pelo processo de expansão urbana na Serra do Cabral, pode-se dizer que, muitos daqueles mencionados como impactos ambientais, de acordo com Paulo *et. al.* (2014), também serão aqui evidenciados como impactos sociais, a exemplo da agressão à comunidade, tal como preconiza a Resolução nº 01/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

No processo de expansão urbana em áreas naturais, e no que diz respeito à saúde, segurança e bem-estar da população, “Pode-se enfatizar o aumento da violência urbana nestas áreas e o acesso precário aos serviços básicos de saúde e de saneamento” (PAULO *et. al.* 2014, p.14). Desse modo, pode-se dizer que as áreas de expansão, por serem mais distantes do centro das cidades, são atreladas à prestação de serviços de transporte público urbano, moradia, saúde e educação sem qualidade mínima, e, estes fatores afetam significativamente o bem-estar da população.

Quando foi questionado aos moradores se houve algum tipo de invasão de espécies em suas residências, os moradores entrevistados relataram que a proliferação de mosquitos aumentou gradativamente em suas casas, após a intensificação do processo de urbanização na serra do Cabral. “Eu já tive a xinguingunha, e, eu tava era grávida de 5 meses” (E-2, 18 anos). “Acho que é mode essas água que desce aí” (E-9, 53anos).

De acordo com Jacobi (2004), quando há uma dinâmica de urbanização pelo processo de expansão de áreas suburbanas, produz-se um ambiente urbano altamente degradado, com efeitos graves sobre a qualidade de vida de sua população. Portanto, as condições precárias de saúde, agravadas pela falta de saneamento básico, habitação, condições de higiene, entre outros fatores, são problemas que afetam diretamente a qualidade de vida das pessoas que moram em comunidades, como as das proximidades da serra do Cabral.

Diante disso, Hardt (2009) destaca que os resíduos depositados no solo, em áreas pertencentes à Unidade de Conservação, causam impactos ambientais negativos de diferentes aspectos como processos de contaminação e empobrecimento do solo, supressão da vegetação e suas consequências; proliferação de pragas sociais urbanas, a exemplo de insetos e roedores, que podem causar assim riscos à saúde humana.

Alguns dos questionamentos foram feitos aos entrevistados com o objetivo de tentar identificar a situação da comunidade em relação às questões de saneamento básico da localidade. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), saneamento é o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem-estar físico, mental e social (RIBEIRO & ROOKE, 2010). Deste modo, pode-se dizer que o saneamento caracteriza o conjunto de ações socioeconômicas que tem por objetivo alcançar salubridade ambiental. Segundo os entrevistados: *“A água some aí nas terras, desce, a gente faz um reguinho e a água desce”* (E-, 53 anos). *“a água do banheiro desce aí na rua”* (E-, 53 anos).

Diante do exposto, não há saneamento básico na comunidade, os próprios moradores que resolvem os problemas, como o descarte dos dejetos domésticos. Também não se pode deixar de mencionar a existência de esgoto a céu aberto, principalmente doméstico, pois, a comunidade se encontra com a infraestrutura bastante comprometida.

A partir da inserção do ponto turístico na serra do Cabral, o tráfego de pessoas e de veículos passou a ser constante na área, e, com esse aumento de movimentação, segundo os próprios moradores, os atos de vandalismo também aumentaram no local: *“Os meninos subiu la pra cima e quando chegou lá encima os carros chegaram é assalto, assalto passe o celular, ai levou, não tem polícia aqui”* (E-1, 53 anos). *“Sobre os assaltos, a bandidagem aumentou, tá demais”* (E-7 70 anos).

Invasões e vandalismos também são considerados impactos sociais, refere-se à poluição visual, os atos de vandalismo que depreciam a beleza da paisagem natural e afetam a qualidade de vida das pessoas (VIANA & ROCHA, 2009). De acordo com os

moradores, o fluxo de pessoas em determinados horários na serra do Cabral tem diminuído devido a atos de vandalismos e assaltos, como a área é significativamente afastada do centro da cidade, algumas pessoas não frequentam mais o ponto turístico em horário noturno, devido à alta incidência de assaltos no local.

Segundo Junior & Amorim (2009), os padrões de uso e de ocupação das áreas, bem como a sua fiscalização, é principalmente de responsabilidade do poder público municipal, uma vez que é o encarregado pelo gerenciamento do território; isso deve ser feito atendendo a necessidades da população. Porém, na área de estudo, não há atuação de nenhum órgão de segurança, municipal ou estadual, de tal modo, o local torna-se inseguro para a visitação.

O aumento do tráfego de veículos em áreas naturais pode causar acidentes com a fauna, ou seja, animais podem sofrer atropelamentos e causar acidentes aos motoristas. Segundo Laurence *et. al.* (2009), o afugentamento da fauna por ruído dos veículos e outros processos envolvendo a implantação e funcionamento de pontos turísticos em áreas naturais, como na Serra do Cabral. De acordo com os moradores, são constantes os casos de pequenos acidentes na área, tanto com os animais, quanto com as pessoas. “*os cara vem ai, pegando racha, muleque, muleque novo que gosta de andar na zuera, ai a gente fica com medo*” (E-5, 24 anos). “*A gente acha ruim porque é uma descida né, a gente já fica próximo, o carro quebra, vem, bate aqui quando e vai é com tudo*” (E- 11, 70 anos).

Além dos acidentes e atropelamentos, a emissão de ruídos resultantes do tráfego de veículos representa também impactos sobre a comunidade e, também, sobre a fauna local que, pela própria mobilidade, se afastarão do incômodo. Dantas & Silva (2004) afirmam que a poluição sonora afeta o ser humano, a flora e a fauna urbana, reduzindo a qualidade de vida, a qualidade ambiental desta e das futuras gerações. Quando questionou - se aos moradores se eles enfrentavam problemas relacionados a “poluição sonora”, eles responderam: “*O barulho, a zuada é demais, os carro passa com o som bem alto tarde da noite*” (E-6, 65 anos). “*Às vezes a gente tá dormindo, ai a zuada acorda as criança, é muito ruim*” (E-2, 18 anos).

Além de causar incômodos à comunidade, como foi afirmado pelos moradores, a emissão de sons pelo uso de veículos ou por equipamentos sonoros leva ao afugentamento de animais, diante disso, deve ser evitada.

Um dos principais problemas enfatizados pelos moradores entrevistados da comunidade foi a falta de segurança pública (policimento) e a falta de interesse dos

órgãos públicos ambientais e de saúde no local. Segundo eles, havia uma preocupação maior: *“Antes, agora não né, antes no começo, não parava não, eles subiam e desciam, agora si esqueceram tudo” (E-1 53anos). “oxe, do tempo de nos mora aqui, é difícil ver esses homem, pra qui ninguém vem não, aqui nos é esquecido” (E-5, 24anos).*

Diante da problemática que atinge a população local da serra do Cabral, seria pertinente a implantação de um planejamento urbano. Junior *et. al.* (2010) enfatizam que projetos urbanísticos são de suma importância para que haja processos de expansão urbana de forma organizada, destacam que o planejamento urbano é de fundamental importância para que não haja a degradação dos recursos naturais e para que os problemas no espaço urbano não interfiram na qualidade de vida da população local.

CONCLUSÃO

O processo de expansão urbana tem sido caracterizado com uma série de problemas que vem prejudicando áreas naturais e, a qualidade de vida da população que habita nessas áreas. A partir do levantamento de dados da pesquisa, pode-se afirmar que todos os impactos identificados na área são decorrentes do processo de urbanização realizado na Serra do Cabral, que foi totalmente voltado para atividades de turismo, sendo este mal planejado e não monitorado; este tipo de atividade de forma desestruturada, altera a área natural, afeta diretamente a biodiversidade existente, além do próprio aumento do adensamento urbano e o mal uso do área, resultam em vários problemas, tais como o descarte inadequado de resíduos, que influencia a diversidade faunística e florística do local, que afetam, principalmente, a comunidade local.

Os problemas identificados são decorrentes da falta de políticas públicas voltadas às questões habitacionais e do turismo sobre o meio ambiente e, de um planejamento urbano-ambiental para o monitoramento e a fiscalização sobre a ocupação do local, que colaboram, principalmente, para que os impactos ambientais na área decorrente de um “turismo” mal planejado sejam amenizados.

Em relação aos aspectos ambientais e sociais, constatou-se que o processo urbano da serra do Cabral carece de equipamentos básicos de serviço público, tais como saneamento básico e assistência pública e ambiental. Observou-se que o processo de urbanização da área de estudo vem afetando significativamente a saúde, a segurança, o bem-estar da população local, assim como, causando a degradação da biota, da qualidade dos recursos naturais e das condições estéticas e sanitárias do meio ambiente.

É necessário frisar, por outro lado, que é preciso orientar a ocupação humana para que sejam conservadas áreas naturais como a da serra do Cabral para a melhoria da qualidade socioambiental da área estudada e, diante das problemáticas enfatizadas, fez-se necessário este estudo como forma de levantar informações, sensibilizar os órgãos competentes, bem como a sociedade em geral; para uma reflexão sobre a questão ambiental local, salienta-se que não foram encontrados os responsáveis pelos órgãos ambientais do município.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Margarete. Cristiane. C. T. O processo de urbanização e a degradação ambiental. **Revista Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 16, 2000.

BONFIM, Jose Wellington Rodrigues. **Ambiente e apropriação do espaço na sub-bacia do rio jacaré -SE**. Dissertação (Mestrado em geografia). 114f. Núcleo de pós-graduação em Geografia-NPGEO, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

DANTAS, F. A. C.; SILVA, S. T. (Orgs.). **Poluição sonora no meio ambiente urbano**. Manaus: EDUA/ UEA, 2004.

FERREIRA, Daniela Figueiredo; SAMPAIO, Francisco Edison; SILVA, Reinaldo Vieira da Costa, *et. al.* **Impactos socioambientais provocados pelas ocupações irregulares em áreas de interesse ambiental**. Dissertação (Mestrado em Gestão ambiental). 110f. Pós-graduação em Gestão Ambiental da Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Editora da UFRGS, Porto Alegre: 120 p.2009.

GOMES, Leonardo Secco. **Impactos ambientais decorrentes do uso e ocupação do solo no entorno da Av. Independência entre o projeto Ação Metrópole**. Monografia

(Trabalho de conclusão de curso em Engenharia Civil). 63f. Universidade da Amazônia, Belém –PA, 2012.

HARDT, Ricardo Augusto. **Identificação e diagnóstico dos impactos ambientais ocorridos nos cursos d'água localizados na faixa oeste da floresta Estadual "Edmundo navarro de Andrade"** (Rio Claro- SP). Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista - Rio Claro – SP 2009.

JACOBI, Pedro. Impactos socioambientais urbanos do risco à busca de sustentabilidade. p. 169-184. *In*: MENDONÇA, Francisco de Assis. (org.). **Impactos Socioambientais Urbanos**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2004.

JUNIOR, José Carlos Ugeda; AMORIM, Margarete Cristiane de Costa Trindade. Indicadores ambientais e planejamento urbano. *In*: **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 31, v. 2, p. 5-35, jul/dez, 2009.

JÚNIOR, Antônio das graças José dos santos; SILVA, Denivilson fiúza; CAMARGO, Antônio Carlos dos santos; SANTOS, Amanda Soares. A urbanização e os impactos ambientais: o caso do bairro Jardim dos buritis. **Buritizeiro-MG**, p.1-15, 2010.

NUNES, Fabio Wendell Graça; ROCHA, Ricardo Monteiro; JUNIOR, José Espínola, SOUZA, João Higor *et. al.* Cálculo do risco de incêndio em Serra Do Cabral em Simão dias-se, brasil, usando o índice angstrom. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, **Ecosistemas de Brazil e Desenvolvimento Sustentável XI**. v.214, p.97-103, 2016.

PAULO, Felipe Luiz Lima; ALVES, Janielle do Amaral; SILVIA Sibebe da Mota. Desenvolvimento urbano no município de serra talhada, Pernambuco, Brasil: avaliação dos impactos sociais e ambientais provocados pelo processo de expansão urbana. **X Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 10, n. 4, Pernambuco/Brasil. 2014, pp. 58-74.

PATTON, Michael Quinn. **Métodos de pesquisa e avaliação qualitativa (3º)**. Califórnia: SAGE Publications, 2002.

RIBEIRO, Júlia Werneck; ROOKE, Juliana Maria Scoralick. **SANEAMENTO BÁSICO E SUA RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE E A SAÚDE PÚBLICA**. Juiz de Fora 2010. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Especialização em Análise Ambiental da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

SANTANA, Gilvan Francisco Santos; SILVA, Cristiano Fernandes. As transformações socioespaciais urbanas e o crescimento do município de Simão Dias- SE. **Revista eletrônica da faculdade Augusto Vieira**, n 5, p. 143-158; março, 2013.

VEIGA, M. M.; SILVA, D. M.; VEIGA, L. B. E.; FARIA, M. V. C. Análise da contaminação dos sistemas hídricos por agrotóxicos numa pequena comunidade rural do Sudeste do Brasil. **Caderno de Saúde Pública**. vol.22 n°.11 Rio de Janeiro, p. 2391 - 2399, Nov/2006.

VIANA Fernanda Maria de Freitas; ROCHA, Cezar Henrique Barra. **Impactos ambientais em unidades de conservação**. Dissertação. (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Ecologia) Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de fora – MG, 2009.

As práticas agrícolas de colonos na região Noroeste do Rio Grande do Sul: paisagem, colonização e as transformações na criação de porcos

Colonos' agricultural practices in the northwest region of Rio Grande do Sul: landscape, colonization and transformations in pig breeding

Sílvia Maria Poletti

RESUMO

Este trabalho aborda a criação de porcos na região Noroeste do Rio Grande do Sul desde a perspectiva da Antropologia da Paisagem (TSING, 2019). Refletiremos sobre como a colonização da região transformou os entornos do Rio Uruguai a partir de uma proposta cosmopolítica (STENGERS, 2018), ou seja, de um lugar de hesitação sobre os conhecimentos em torno do ambiente eto-ecológico. Buscaremos analisar o encontro entre imigrantes *versus* caboclos e indígenas através da noção de conflito ontológico (ALMEIDA, 2013) e a repercussão do conflito no interior da relação de imigrantes com suas práticas agrícolas (HAUDRICOURT, [1962] 2013).

Palavras-Chave: Antropologia da Paisagem; Criação de porcos; Rio Grande do Sul; Conflito Ontológico. Colonização.

ABSTRACT

Abstract: This article approach about the pork breeding at northwest of the Rio Grande do Sul, Brazil, since the perspective of Anthropology of Landscape (TSING, 2019). We will reflect on how the colonization of the region transformed the surroundings of the Uruguay River from a cosmopolitical proposal (STENGERS, 2018), that is, from a place of hesitation on the knowledge about the eto-ecological environment. We will seek to analyze the encounter between immigrants *versus* caboclos and indigenous people through the notion of ontological conflict (ALMEIDA, 2013) and the repercussion of the conflict within the relationship of immigrants with their agricultural practices (HAUDRICOURT, [1962] 2013).

Keywords: Anthropology of Landscape; Pork Breeding; Rio Grande do Sul; Ontological conflict; Colonization.

INTRODUÇÃO

Na região noroeste do Rio Grande do Sul, o interior é povoado por suínos¹, nas cidades, moram mais animais do que gente. Parece um imenso condomínio onde quem vive são os suínos, que, confinados em grandes pavilhões retangulares, crescem e, após certo tempo de vida, quando atingem um peso ideal para se abater, tomam rumo para os

abatedouros e, sua carne viaja até as grandes cidades, podendo até mesmo fazer viagens continentais para a Rússia ou Hong Kong. Enquanto que, na cidade, quem vive o dia a dia da criação sente o cheiro do transporte e vê cada vez mais a paisagem da soja aos arredores da cidade e das reservas indígenas e florestais da região. A “rota da onça pintada” pela vegetação da Mata Atlântica se transformou na “rota do suíno” para o desenvolvimento e o progresso da região. Os porcos estão lá vendo seus parentes geneticamente melhorados para atender aos requisitos da produção em larga escala, e as famílias interioranas cuidam de seus animais domésticos como se fossem gente, com lavagem, boas mandiocas cruas e milhos frescos. Agricultores criadores de suínos para a agroindústria local criam seus porcos para o consumo familiar, donos de empresas de suínos compram porcos de famílias que os criam como gente. As cidades interioranas enfrentam, nos dias atuais, um dilema entre cultivar a biodiversidade doméstica e alcançar o iminente e sonhado progresso, que há de vir se todos trabalharem arduamente como os que chegaram nestas terras (alusão aos imigrantes que colonizaram a região no início do século XX) (RENK, 2006).

O trabalho está dividido em três partes. A primeira delas é uma discussão teórica e metodológica com Anna Tsing e Isabelle Stengers. A partir da proposição *cosmopolítica* de Isabelle Stengers, penso o fazer da pesquisa e as questões metodológicas que envolvem o campo etnográfico. E, de Anna Tsing, utilizamos o arcabouço conceitual, a *paisagem, biodiversidade contaminada*, e outras formulações da autora que se mostraram interessantes para pensar o cenário da pesquisa. Na segunda parte, nos deparamos com as paisagens de criações de porcos através da história das coordenações de humanos e não-humanos ao longo do encontro entre caboclos e colonizadores. Buscamos compreender como acontece a criação de porcos desde a fixação de imigrantes alemães, italianos e poloneses na região, através dos encontros que aconteceram entre este ser ontológico “imigrante”, suas ferramentas, roças e criações em composição com a paisagem local, caboclos, matas, animais. Por último, tratamos da monocriação, como ela acontece, e quais vínculos permeiam os suínos e agricultores com ambiente de criação em larga escala, bem como tentamos trazer à tona a assimilação da biodiversidade doméstica nesta paisagem enquanto condição de interpretação do conflito ontológico presente na criação de porcos.

I. Isabelle Stengers e Anna Tsing: conversas metodológicas

Proponho uma escrita, antes de tudo, animista, orientada pelo pensamento do meio, como coloca Stengers motivada por Gilles Deleuze. Reativando o ânimo pela

experiência, e os agenciamentos outros que se suscitam ao correr o risco nela, fazendo uma arte imanente de prestar atenção, assim como as bruxas neopagãs estudadas pela filósofa (STENGERS, 2016). A intenção, aqui, não é se utilizar da teoria para captar uma prática, ou, ainda, atuar de modo generalizante. O exercício é, antes de tudo, uma percepção de agências heterogêneas que permitem a associação entre si devido aos contextos nos quais se localizam.

Seguimos as pistas da filósofa no que concerne a uma proposição *cosmopolítica*, que seria uma desaceleração da construção de mundos comuns e a possibilidade de espaços de hesitação. Desta forma, “o cosmos, tal qual ele figura nesse termo, cosmopolítico, designa o desconhecido que constitui esses mundos múltiplos, divergentes, articulações das quais eles poderiam se tornar capazes, contra a tentação de uma paz que se pretenderia final” (STENGERS, 2018, p.6) A intenção da autora seria menos pela busca de respostas que confirmem algo e, mais inquietude diante daquilo que é explicado. Para Stengers, existe uma *eto-ecologia* que torna impossível de separar o comportamento próprio de um ser, *ethos*, e seu ambiente, *oikos*, o pesquisador, em sua experiência, se torna capaz de pensar em presença daqueles que pesquisa. Trazer à tona os problemas, resgatar o sentido coletivo das experiências locais que animam a reflexão em torno do local, *oikos*, é fazer uma ecologia política. Nas palavras de Ailton Krenak, perceber o lugar ao qual um sujeito está ligado como um ambiente que é coletivo e que tem implicações sobre suas concepções e modos de viver, conseguindo, assim, associar as práticas que permeiam este ambiente e suas implicações é fazer uma ecologia política:

A ecologia política, pela epistemologia contra-hegemônica que propomos, é um projeto que reconstrói essa relação entre sujeitos coletivos e a existência orgânica em comum; expõe as estruturas assimétricas de poder que atingem essa relação comum sujeito/ambiente e promovem a individualização/espoliação, com a apropriação do trabalho e das formas ecológicas de subsistência com a construção de um "eu-saqueador"/"eu-aniquilador" (KRENAK, 2018, p.1).

Portanto, faço aqui uma proposição cosmopolítica, no sentido de não deixar que a ecologia estudada no decorrer deste trabalho caia no esquecimento. Apresento uma ecologia política, pois, o ambiente da criação de porcos é um espaço que apresenta estruturas assimétricas de poder que atingem a relação entre os sujeitos e seu ambiente, gostaria de pensar até que ponto estas relações promovem uma diferenciação entre si e de que forma se beneficiam do ambiente de confusão ao qual se inserem.

Vivemos em um momento geológico, designado de Antropoceno, um período de extenso impacto humano na terra, que interfere em ciclos climáticos e ambientais que

vem desencadeando em extinções, catástrofes climáticas, erosão e desertificação do solo, acidificação dos oceanos (CRUTZEN; STOERMER, 2015). A contaminação, ou *diversidade contaminada* proposta por Anna Tsing, é uma adaptação colaborativa a ecossistemas de perturbação humana (TSING, 2019). Narrar o modo de criar industrial pode ser então, uma maneira de perceber os modos de criar contaminados pela sua inserção em locais onde antes existiam perturbações diferentes, ou modos de criar outros, que perturbavam de outra maneira. O que persiste lentamente neste ambiente que foi afetado por grandes infraestruturas de criação?

As infraestruturas, os criadouros industriais, grandes e retangulares em que vivem centenas de suínos, e os chiqueiros que não tem uma geometria definida, geralmente pequenos, que hospedam poucos porcos, são muito mais do que objetos estruturantes do ambiente ao qual se destinam.¹ Então, como entender estas estruturas como parte constituinte das relações de criação? Tsing, em seus trabalhos, propõe conceitos interessantes que podem ajudar a pensar as infraestruturas de criadouros como parte da paisagem, entendida como “mundos ativos da vida, sustentados por traços e legados materiais, mas ainda abertos a formas e possibilidades emergentes” (TSING, 2019). Algo importante sobre a paisagem é que ela é constituída através da observação direta, possibilitando entender as relações do ambiente como coordenadas que formam o que Tsing denomina de *assembleias*. “Assembleias são agrupamentos abertos. Eles nos permitem questionar sobre efeitos comuns sem assumi-los, e nos mostram histórias potenciais em formação.” (Id., p.150). Muito brevemente, citando o trabalho de duas pesquisadoras, Nathalia Brichet e Frida Hastrup (BRICHET; HASTRUP, 2015)., Tsing aborda o método de *curiosidade lateral*, o qual seria uma forma de colaboração entre envolvidos na pesquisa, de fato, indo de encontro à proposta cosmopolítica de Stengers. Os passos de Tsing, ao dizer que é necessário pensar através de uma curiosidade lateral para construir um conhecimento colaborativo, recusando o saber demais e com antecedência e aprendendo sem fazer uso de pressuposições, o que exige uma paciência infinita e coloca um desafio de reconstituição histórica, não é senão um fazer cosmopolítico. A curiosidade lateral é um método que busca a colaboração entre interlocutores e pesquisador em busca de tomar o mundo compartilhado como comum, guiando-se pela curiosidade. Assim, se constrói um conhecimento que, para Brichet e Hastrup é elaborado em conjunto com quem informa, recusando um recorte teórico e uma fundamentação ontológica e abrindo espaço para a invenção filosófica, nos termos de

Viveiros de Castro, uma *ontografia*, ou uma *antropologia menor* (VIVEIROS DE CASTRO, 2015;); (VIVEIROS DE CASTRO *et. al.*, 2019).

As coordenações criadas entre os suínos e o espaço em que vivem, dentro da infraestrutura, junto do cuidador e do pouco contato que tem com o exterior, dizem sobre uma paisagem que necessita da curiosidade e da paciência para ser conhecida. À primeira vista, parece não existir complexidade na relação de criação industrial, devido à escalabilidade que pretende padronizar, ou tornar um design preciso e expandi-lo, como no caso das *plantations*, e, mais recentemente das indústrias (TSING, 2019). No interior de um criadouro industrial, somos levados a acreditar que existe um controle sobre o suíno, afinal, para todas as fases da vida do animal, desde sua concepção artificial, que prevê um bom sêmen de uma boa matriz escolhidos por humanos capacitados para tal, ao nascimento assistido pois, logo após, o filhote é embebido em pó para que facilite seu crescimento, até o monitoramento cotidiano para detectar alguma falha que leva o filhote ou a leitoa ao adoecimento, tudo ali é levado a entender como protocolar e não sociável. Os suínos são levados a ser *nonsoel*, elementos não sociais (Ibid., 2019), porém, a estrutura em que vivem colocam suas vidas em relação com o ambiente, por mais controladora que seja ela.

Viver dentro de grandes pavilhões retangulares, com subdivisões internas que alocam os animais por período de vida, diz muito sobre como, em meio à *escalabilidade*¹, os suínos rearranjam seu modo de viver. A troca entre o ambiente controlador e a socialidade produzida nele e, a partir dele, é constante e não escalável. Um grupo de leitoas¹, perto do período de fertilização, compartilham de uma divisão próxima de um muro que separa as leitoas de uma imensa poça de lama que está do lado exterior da estrutura do criadouro, mesmo nunca tendo adentrado uma poça de lama, e, talvez por isso mesmo querendo adentrá-la, as leitoas criam arranjos que tornam possível sua ida até a poça. O cuidador planta algumas árvores para impedir que elas avistem a poça de lama e dificultar o acesso das leitoas até o exterior. Sem sucesso na investida, pois, as leitoas continuam fugindo, o cuidador faz um muro para além do muro de madeira para além do muro de concreto, cessando assim a fuga das leitoas. A estrutura da criação industrial não imagina uma reação das leitoas, a curiosidade que leva as leitoas a se deliciarem na poça de lama é lateral, constrói um conhecimento através da experiência. Elas conhecem um bom lugar para brincar, e a brincadeira é uma potência criativa que as leva a fugir sempre que possível¹. E, descrever esta situação só é possível porque uma curiosidade surge, a partir da curiosidade que as leitoas tiveram em ir brincar na lama, fugindo da estrutura do

criadouro. Levar a sério a curiosidade das leitoas é exercer uma colaboração, no sentido de construir um conhecimento das socialidades que as leitoas agenciam enquanto convivem dentro e com as estruturas de criação industrial. O cuidador, aqui, é um dos elementos que interfere na agência das leitoas, em certa medida, o cuidador compõe com elas, ao resgatá-las da lama e estabelecer um limite para que não fujam, ele dá o sinal, “não gosto das suas fugas, seu lugar é aqui dentro!”. Claro que essa decisão unilateral não será necessariamente acatada pelas leitoas, porém não deixa de ser um modo de interação entre ambos.

Gostaríamos de considerar o material teórico e alguns vestígios empíricos levantado até aqui e seguir para uma outra dimensão desta escrita, trazendo outros detalhes importantes para compreender a paisagem de estudos e as hesitações repercutidas em seu interior. Para isso, no próximo tópico, trataremos historicamente sobre a região noroeste do Rio Grande do Sul e as socialidades que emergiram do processo de colonização.

II. Histórias de coordenações humanas e não-humanas

Figura 1: Museu Antropológico Diretor Pestana



Fonte: Acervo digital Família Beck (1974)

Na imagem, uma família de colonos posando para a fotografia junto da sua criação de porcos, é possível perceber que os animais têm coloração escura e vivem em cercados expostos ao tempo. O acervo data de 1974, como época da doação, neste tempo (1940-1970), era comum a criação de porcos tipo banha, apesar da incidência da Peste Suína Clássica (PSC). Com a falta de frigoríficos especializados e nenhuma política nacional de regulamentação sanitária, abatiam-se os porcos em casa, e, como visto na fotografia

acima, os animais poderiam pesar mais de quinhentos quilos. Nesta mesma época, devido aos problemas da PSC e a expansão da Peste Suína Africana (PSA), a criação de porcos para banha passa a diminuir, somente em 1978, quando a PSA chega ao país e os órgãos do governo passam a fiscalizar os chamados criadores de fundo de quintal (VIANA, 2004, p.27).

A criação em cercados chamados de “chiqueiros” é uma prática comum dos imigrantes que passaram a povoar a região do Alto Uruguai e Oeste de Santa Catarina no início do século XX (WINCKLER; RENK; LESSA, 2017). Criar os animais fechados é uma forma valorativa de lidar com a terra. Conforme estudos de pequenos minifúndios rurais, a criação de porcos¹ passou a ter centralidade na produção familiar, alguns autores falam numa “agricultura que foi subordinada à suinocultura” (TESTA; NADAL; MIOR; *et. al. apud* WINCKLER; RENK; LESSA, 2017). Anterior à colonização dos povos Kaingang, Guaranis e caboclos ocupavam a região e mantinham uma relação moral com a terra, despossuindo títulos ou algo que comprovasse que a terra era um bem de valor, exercendo uma transitoriedade espacial. Os caboclos, especificamente, mantinham uma relação de criação de animais muito diferentes dos imigrantes, os porcos criados ficavam soltos e distantes da roça de plantar, como as matas ocupavam grande parte do território, os animais embrenhavam a mata e se reproduziam facilmente, se asselvajando (GERHARDT, 2012).

O conflito de imigrantes colonos com caboclos e indígenas dá-se através da constituição ontológica que estabelece pressupostos distintos entre ambos e, é confrontada no encontro no momento de colonização da região. Caboclos e imigrantes conviveram e ainda convivem em conflito, traduzido pelos colonos enquanto grupo étnico e de origem, porém, no decorrer dessa vivência, é possível notar que a exclusão de caboclos e indígenas e a objetivação negativa destes pelos colonos não acarretaram necessariamente em não assimilação e transmissão de conhecimentos entre ambos¹. É imprescindível que diante do conflito instalado, imigrantes tenham, com a ajuda do estado-nação, sobressaído expulsando caboclos das terras e dificultando a reprodução de sistemas agrícolas tradicionais. Diferente de partes do Sudeste e da Amazônia, por exemplo, onde caboclos recentemente tiveram o sistema agrícola tradicional reconhecido como Patrimônio Imaterial por parte de órgão governamental e das Nações Unidas, temos, como exemplo, o Sistema Agrícola Tradicional das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira em São Paulo e, o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro no Amazonas.

Almeida (2013) pensa as diferenças na constituição de entes sociais confrontadas com as experiências pragmáticas entre estes entes, estes encontros podem gerar compatibilidade ou conflitos, desencadeando até mesmo em guerras ontológicas (existenciais). O antropólogo aborda a ontologia-caipora como tendo pressupostos de caça totalmente diferente de modelos de ontologias científicas e que, quando confrontados pragmaticamente geram efeitos de compatibilidade e incompatibilidade. Por exemplo, a introdução da caça comercial é um ato de guerra ontológica, visto que o regime comercial é incompatível com o manejo de caça caboclo baseado em redes de vizinhança, a pressuposição de entes diferentes leva à precariedade da existência da ontologia caipora e do manejo de caça baseado na relação de caçadores com “panema” (ALMEIDA, 2013, p.20-21). Da mesma forma, a ontologia de imigrantes colonos que, de alguma forma, segue os preceitos do Estado-Nação, quando confrontada pragmaticamente com um modo-de-ser diferente do modo-de-ser colono desencadeia uma incompatibilidade com o caboclo e o indígena. O que chama atenção é que, esta incompatibilidade também acontece no interior da própria constituição do modo-de-ser imigrante.

Tratemos de compreender um pouco sobre o modo de criar de imigrantes colonos para depois retornar ao conflito analisado. A criação de porcos depois de 1990 passou a aumentar novamente na região, com a entrada das commodities na economia internacional e as políticas de investimento em frigoríficos e empresas de integração animal. No entanto, as famílias que criavam animais para o mercado da suinocultura diminuíram, assim, aumentando o número de animais por famílias que passaram a ter granjas. Os porcos antes criados em cercados passaram a ser mantidos em pavilhões, pois o número de cabeças de animais ultrapassou de mil, e, portanto, se transformou num sistema robotizado. De três formas, acontece a criação na suinocultura: (1) integrada, através de contratos formais com agroindústrias que fornecem todos os componentes necessários para a criação do animal, o criador tendo o local físico é somente responsável pela manutenção do espaço e cuidados com os animais, tudo sob orientação da empresa vinculada; (2) cooperada, se assemelha ao modelo integrado na forma organizacional, a cooperativa subsidia a criação, cabendo ao associado o trabalho manual, os lucros da cooperativa são distribuídos entre seus associados e, as opções de escolha por sêmen, ração, vitaminas, etc., mais diversificadas; (3) independente, sendo todo o processo de criação responsabilidade do produtor, da maternidade até a venda do suíno para abate num frigorífico, ou o mercado de porta, passando pela compra de sêmen, vacinas, ração

etc. Nas formas 1 e 2, os agricultores criadores não são responsáveis por todo o processo de produção. Já na forma 3, o criador é responsável por todas as fases até a venda. A criação industrial acontece por fases, são elas: UPD: Unidade Produtora de Desmamados; Crechário: fase de engorda dos leitões; UPL: Unidade Produtora de Leitão; UT: Unidade de Terminação; e, *wean to finish*: fase de engorda do leitão. Não é preciso seguir todas as etapas, algumas unidades substituem outras, por exemplo, o regime integrado ou cooperado pode acontecer da seguinte forma: UPD – Crechário – UT, ou UPL – UT, ou ainda, UPD – *wean to finish*¹. Isto faz com que seja necessário transferir os leitões de uma unidade de produção para outra. Nestas formas de regime, o suinocultor, por não ter todas as fases da criação, depende da empresa para transportar os suínos quando chegam ao peso ideal. É, também, o motivo pelo qual as cidades ficam tomadas pelo cheiro dos carregamentos de suínos, que, no mínimo, viajam duas vezes ao dia, de uma unidade de desmame até uma unidade de terminação, e depois até o frigorífico onde serão abatidos. O suíno depois de atingir o peso de 22 kg a 26 kg, entra no período de engorda para abate, onde ficará até atingir entre 85 g a 125 kg. Os suínos, em 5 meses, ganham peso suficiente para serem levados ao abate. O tempo em que esta passagem acontece é visto como curto demais aos olhos de quem cuida, o fato de o suíno engordar muito rápido é levantado aqui como central para o surgimento de uma controvérsia sobre a carne, o que leva a entender que ela não é boa, porque contém muito hormônio.

A exigência de uma alta eficiência no crescimento do suíno, por parte da indústria, gera desconfiança de como este crescimento acontece por parte de cuidadores que criam seus próprios animais, partindo do pressuposto de que a carne dos porcos é mais saudável, mais “limpa” do que a dos suínos confinados. A carne de porco também mobiliza relações de parentesco e rituais de morte (FROELICH, 2012). É possível constatar lendo a dissertação de mestrado da antropóloga Míriam Stefanuto, em que trabalhadores indígenas de frigoríficos na região do oeste catarinense também não comem a carne do suíno de criação industrial, os Kaingang, apesar de não exercerem mais a caça, criam seus animais.

A carne mais apreciada entre os Kaingang, tanto pelos homens quanto pelas mulheres, é a de animais de criação, que costumam ser os suínos. Os suínos são criados em baias ou chiqueiros e são alimentados com sobras das refeições familiares e, às vezes, com parte das plantações de milho e mandioca. Os Kaingang asseguram que a alimentação e o tempo de engorda dos animais são “naturais”, em oposição aos animais das indústrias frigoríficas. Segundo os Kaingang, os animais de criação têm um processo de engorda mais lento, “que é o tempo que ele leva pra engordar mesmo”, e feito através de alimentos considerados naturais, não processados – como arroz, farinhas, legumes,

verduras e frutas –, quase sempre sobras das refeições da residência da família a qual pertencem (STEFANUTO, 2017, p.83).

É no âmbito do menor, por coordenadas locais e interespecíficas, que os agricultores criam animais e plantam roça para si mesmos. A curiosidade é que agricultores descendentes da condição de colonização adequam-se à integração de suínos, fazem dívidas com bancos e, ainda assim, criam seus porcos domésticos, assim como Kainkangs, que se tornaram trabalhadores em frigoríficos, também criam seus porcos. O encontro de imigrantes e do estado de colonização com caboclos e indígenas, transformou a relação de caça entre Kainkang em mão de obra para o mercado agroindustrial. Neste contexto, Kainkangs e colonos partilham de uma experiência compatível, que é a criação doméstica de porcos, porém, a expansão do agronegócio nas terras da região noroeste coloca o cultivo de soja e milho transgênicos, a criação industrial de suínos, e os trabalhos precarizados enquanto incompatíveis com a relação não mercantil da criação de porcos. A criação de porcos é da lógica do *diferinte*¹, ou seja, é constituinte de uma ontologia outra da qual trataremos no tópico seguinte.

III. Encontros entre a monocriação e a biodiversidade

A soja e o milho cobrem grande parte do território agricultável na região Noroeste, em decorrência da extração de madeira de onde antes era parte da Mata Atlântica e de Floresta Estacionária ao redor do principal afluente da região, o Rio Uruguai. Estima-se que somente 0,07% da Mata Atlântica tenha sobrado em pequenos fragmentos (NODARI, 2012, p.13). O que acontece com as espécies vivas e toda a biodiversidade destes locais ainda não é mensurado descritivamente. As onças pintadas, abelhas, quatis, tatus, porcos do mato, pintados, andorinhas, e outros tantos animais habitantes da floresta do Alto Uruguai, chamada de Floresta Estacional Decidual (FED) só podem permanecer nos 3% de território ainda restante (NODARI, 2012, p.11). A morte lenta da biodiversidade local devido às *plantations* deixa as florestas ilhadas¹. Para além das florestas, os monocultivos cessam onde as coordenadas *diferintes* tomam espaço, ao redor das casas de agricultores, por exemplo. Exercendo uma biodiversidade doméstica os agricultores que criam animais e outras espécies cultivares contornam a lógica do monocultivo e da monocriação, mesmo sendo eles próprios plantadores de soja e monocriadores de suínos. Uma contradição se coloca no cerne das práticas, criar os suínos x criar porcos, plantar milho x plantar da pipoca e milho crioulo, existe um conflito ancorado entre o ideal da colonização (os pressupostos) e a experiência de colonização. Este conflito se expressou (e se expressa)

na afirmação étnica de colonos imigrantes versus caboclos e indígenas, e a justificativa de que era necessário desmatar para trazer o progresso (NODARI, 2012) hoje é vista na justificativa para aderir a monocriação e a *plantation*, porque “É só assim que se consegue dinheiro”, “Mato não dá dinheiro!”. Porém, ao redor de casa, agricultores mantêm um pedaço de mata para deixar as abelhas, um roçado para o milho, o feijão, as abóboras e a cana, o chiqueiro do porco, o estábulo dos bezerros e o galinheiro.

O conflito entre colonos imigrantes e os caboclos e indígenas se duplica nas práticas de agricultura dos colonos (HAUDRICOURT, [1962] 2013). Como a colonização tratou as terras e pessoas que ocupavam a região do Alto Uruguai tem muito a dizer sobre a relação que os imigrantes estabelecem com suas criações ou domesticações.

A vida cotidiana das épocas passadas deve ser restituída para compreender a atualidade, mesmo nos domínios mais abstratos. É tão absurdo se perguntar se os deuses que comandam, as morais que ordenam e as filosofias que transcendem não teriam alguma relação com a ovelha, por intermédio de uma predileção pelos modos de produção escravagista e capitalista? Ou, se as morais que explicam e as filosofias da imanência não teriam algo a ver com o inhame, o taro e o arroz, por intermédio dos modos de produção da antiguidade asiática e do feudalismo burocrático? (HAUDRICOURT, [1962] 2013, p.17)

Constatamos que o atravessamento das práticas domésticas de criação de animais e cultivares nas famílias de agricultores monocriadores pode indicar uma assimilação de conflitos entre colonos x caboclos, florestas x riqueza, progresso x práticas locais de agricultura. Ao mesmo tempo que agricultores criam suínos inseridos na ideia de que é o mais certo a se fazer para conseguir prosperar, estes agricultores criam porcos seguindo a lógica prática de convívio multiespecífico na paisagem local. A criação de suínos não está inserida localmente, tudo vem de longe, a ração, o soro de leite e o próprio animal, já o porco é pego da ninhada do vizinho, a comida são restos de alimentos humanos e abóboras do roçado. Os colonos vieram de longe assim como os suínos, os animais exercem também uma forma de colonização e conflito interespecífico, a diminuição da biodiversidade genética de espécies de porcos após o melhoramento genético para a monocriação, por exemplo, lembra o desmatamento da FED onde hoje planta-se soja e milho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar a criação de porcos e da criação industrial de suínos, iniciamos uma possibilidade de conhecer tais histórias, e, como dirá Despret (2016), conhecer bem requer tato e atenção. Também requer tempo e, compreensão, para que se entendam as histórias e os encontros pragmáticos, o que evidenciam, quais as suas proximidades e invisibilidades. Como narrar histórias de uma socialidade para além do humano, indo ao encontro das pressuposições ontológicas que a criação de porcos se baseia? Em que passo anda a existência de outros entes que fogem à compatibilidade com o sistema de criação industrial? Para buscar compreender a constituição ontológica da agricultura no Médio Alto Uruguai é necessário visualizar a guerra ontológica tanto étnica quanto econômica que circunda o saber-fazer de agricultores, caboclos e indígenas da região. Por isso, neste curto artigo, tentamos refletir sobre o *cosmos* político-ontológico da paisagem histórica incumbida nas práticas agrícolas, especificamente na criação de porcos.

Constatamos que a vinda de colonos para a região Noroeste do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina transformou a paisagem ambiental nos arredores do Rio Uruguai, primeiro com o desflorestamento e, depois, com a fixação de práticas agrícolas monocultoras. Esta transformação, apesar de encontrar algumas barreiras epidemiológicas e sanitárias, como a Peste Suína Clássica e a Peste Suína Africana, não estagnou a ideia de progresso e crescimento da região e, estabelece um continuum na realidade do presente.

Buscamos fazer um exercício de abstração conceitual através do conflito ontológico proposto por Mauro Almeida, não estamos certos de que conseguimos ser fiéis ao autor, visto que o mesmo estuda sociedades Amazônicas com dinâmicas ontológicas muito distintas das encontradas na região Sul do país. Contudo, nossa pretensão foi demonstrar que existiu e ainda existe um conflito entre os modos-de-ser caboclo, indígena e colono, e que, no encontro entre modos-de-fazer (a criação, a roça, a mata) existem brechas que possibilitam a transmissão de conhecimentos. Ficamos por responder a questão de que, mesmo em contexto de guerra ontológica onde o conhecimento do mais forte (neste caso, dos colonos) é imposto ao outro (caboclos e indígenas, que tem seus sistemas agrícolas tradicionais devastados) desencadeando guerras ontológicas, é possível encontrar brechas?

Esperamos que a paisagem histórica que reconstituímos a partir da prática agrícola nos auxilie em trabalhos posteriores para compreender a paisagem de expansão do agronegócio e da suinocultura na região do Médio Alto Uruguai gaúcho. Queremos

compreender como colonos se associam às práticas suinícolas e continuam criando porcos, e se esta continuidade do fazer doméstico pode ter a ver com uma aproximação as práticas de caboclos e indígena.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mauro. Caipora e outros conflitos ontológicos. **R@u Revista de Antropologia da UFSCar**, São Carlos, v.5, n.1, p.7-28, 2013.

COSTA, Alyne de Castro. Virada geo(nto)lógica: reflexões sobre vida e não-vida no Antropoceno. **Revista AnaLógos**, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 1, 2016, p. 140-150.

BEVILAQUA, Ciméa; VELDEN, Felipe Vander (org.). **Parentes, Vítimas e Sujeitos: perspectivas antropológicas sobre a relação entre humanos e animais**. Curitiba, Paraná: Editora UFPR, 2016.

BULAMAH, Rodrigo Charafeddine. De marrons a kreyòl: a chegada dos porcos ao Caribe e a gênese do campesinato haitiano (1492-1804). *In: VII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia*, 2019, UFSC.

BRICHET, Natalie; HASTRUP, Frida. Producing gold from Greenlandic mountain. *In: Wreckage and recorevy: Exploring the nature of nature*. Hojbjerg: Aarhus University, 2015.

DESPRET, Vinciane. **“O que diriam os animais se...”**. Belo Horizonte, Editora Chão de Feira, 2016.

MARRAS, Stelio. Por uma antropologia do entre: reflexões sobre um novo e urgente descentramento do humano. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 69, p. 250-266, abr. 2018.

NASCIMENTO, Diana. **A Resiliência do sistema agrícola tradicional Kaingang frente ao avanço do agronegócio: O caso da Terra Indígena Nonoai- RS**. Dissertação

(Mestrado profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais - MESPt)
Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2017.

NODARI, Eunice Sueli. **Fronteiras Fluídas**: florestas, Rio Uruguai e ocupação da região. In: História do campesinato na Fronteira Sul. Paulo A. Zarth (org). Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2012.

FROEHLICH, Graciela. **“Do porco não sobre nem o grito!”**: classificações e práticas, saberes e sabores no abate doméstico de porcos. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

GERHARDT, Marcos. Os caboclos e a história da paisagem. In: **História do campesinato na Fronteira Sul**. Paulo A. Zarth (org). Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2012.

LEWGOY, Bernardo; SORDI, Caetano. Javalis no pampa: invasões biológicas, abigeato e transformações da paisagem na fronteira brasileiro uruguaia. **Revista Horizontes Antropológicos**. Universidade Federal de Porto Alegre, Porto Alegre. n. 48, p. 75-98. 2017.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom**, n.5, “Vulnerabilidade”, 2016. Disponível em: <climacom.mudancasclimaticas.net.br/?p=5258>. Acesso em: 03 Jun. 2019.

HAUDRICOURT, André-Georges. Domesticação de animais, cultivo de plantas e tratamento do outro. **Série Tradução**, Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatística de produção pecuária**. [S.I] Brasília, 2017. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Pecuaria/Fasciculo_Indicadores_IBGE/abate-leite-couro-ovos_201702caderno.pdf>.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: Emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

KRENAK, Ailton. Ecologia política. **Revista Ethnoscintia**, Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia. n.2, 2018.

MASSUMI, Brian. **O que os animais nos ensinam sobre política**. Editora: nº1. São Paulo, 2017.

PERROTA, Ana Paula. Abate bovino e rede industrial: um estudo sobre a introdução e a gestão racional e econômica das emoções dos animais. **Revista Política e Sociedade**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. n.33, p. 68-95, Ago. 2016.

POVINELLI, Elizabeth. **Geontologias do aquilo-outro**. Urdimento, Revista de Estudos em Artes Cênicas, UDESC, v.2, n.27, p.418-422, Dez. 2016.

STEFANUTO, Míriam Rebeca Rodeguero. **Trabalho calado: Os kainkang do Toldo Chimbaungue e as indústrias da carne**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 69, p. 442-464, abr. 2018.

STENGERS, Isabelle. **Reativar o animismo**. Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora Chão de Feira, 2016.

TERHORST, Karin; SCHMITZ, Leila. De porco a suíno: história da suinocultura e dos hábitos alimentares associados aos produtos dela derivados entre agricultores familiares

do Vale do Taquari. In: **A Agricultura Familiar à mesa: Sabores e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno**. Brasília: IEM Mil Folhas, 2019.

WINCKLER, Sylvania Teresinha; RENK, Arlene; LESSA, Lizete. Impactos socioambientais da suinocultura no oeste catarinense e a iniciativa de implantação de biodigestores pelo Projeto Alto Uruguai. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Universidade Federal do Paraná, v. 41, p. 237-251, 2017.

VIANA, Francisco Cecílio. **História e memória da peste suína africana no Brasil, 1978-1984: passos e descompassos**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas Canibais: Elementos para uma antropologia pós-estrutural**. São Paulo: N-1 Edições, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; *et. al.* A política da ontologia: Posições antropológicas. **Ayé: Revista de Antropologia**. UNILAB, nº 1, v. 1, 2019.

Não há nada fixo no cosmos: uma análise etnográfica de músicos de rua no centro do Rio de Janeiro

There is nothing fixed in cosmos: an ethnographic analysis of street musicians in Rio de Janeiro

Vitor Rebello Ramos Mello¹

RESUMO

A presente etnografia busca analisar a atuação de um grupo musical fluminense, cuja principal fonte de renda são as apresentações em praças públicas, sobretudo, da região central da cidade. As reflexões aqui propostas são fruto de duas visitas a campo, nas quais foi possível entrevistar e observar o trabalho destes músicos, bem como de sua relação com o público. Consultou-se, também, vídeos e áudios dos músicos na internet, no sentido de complementar o material recolhido previamente no campo. Além da descrição do grupo e de suas apresentações, as mesmas foram interpretadas sob a ótica genepiana dos “ritos de passagem”, de modo a compreendê-las como eventos que transformam brevemente os espaços e o tempo onde ocorrem. Nesta transformação “ritualística”, a fruição musical ocorreria no ambíguo momento da “liminaridade”, no qual os músicos estabeleceriam uma conexão não habitual com o espaço público e, conseqüentemente, atrairiam pessoas em condições de liminaridade.

Palavras-chave: Etnografia Urbana; Músicos de Rua; Liminaridade.

ABSTRACT

The present ethnography seeks to analyze the performance of a musical group from Rio de Janeiro whose main source of income is the presentations in public squares, especially from Downtown region. The reflections proposed here are the result of two field researchs in which it was possible to interview and observe the work of these musicians, as well as their relationship with the public. It was also consulted videos and audios of the same on the Internet, in order to complement the material previously collected in the field. In addition to the description of the group and its presentations, they were interpreted from the genepian perspective of the "rites of passage", so as to understand them as events that briefly transform the spaces and the time they occur. In this "ritualistic" transformation, musical fruition would occur in the ambiguous moment of "liminality," in which musicians establish an unusual connection with the public space and, consequently, attract people in liminality condition.

Keywords: Urban Ethnography; Street Musicians – Liminality.

¹ Universidade Federal Fluminense. E-mail: rebellovitor@gmail.com

“Já se descobriu muita coisa, mas, há mais coisas ainda que poderão ser descobertas”ⁱ

Há dois mil anos a humanidade acreditou que o Sol e as estrelas do céu giram em torno dela. O papa, os cardeais, os príncipes, os sábios, capitães, comerciantes, peixeiras e crianças de escola, todos achando que estão imóveis nessa bola de cristal. Mas agora nós vamos sair para fora, Andrea, para uma grande viagem. Porque o tempo antigo acabou, e agora é um tempo novo. Já faz cem anos que a humanidade está esperando alguma coisa. (...) Mas agora, veja o que se diz: se as coisas são assim, assim não vão ficar. Tudo se move meu amigo. (BRECHT, 1991)

A cidade do Rio de Janeiro, historicamente, conta com um grande número de artistas de rua que, se apresentam em diferentes localidades, tais como praças, feiras, praias, passeios públicos, meios de transporte, dentre outros espaços itinerantes. Anfitriã de umas das maiores festas de carnaval do Brasil, a capital fluminense apresenta – pelo menos desde o final do século XIX e início do século XX – intensa agenda artística em seus logradouros públicos, de modo que poderíamos considerar haver uma “cultura musical” de rua na cidade (HERSCHMANN, 2013). Esta, envolveria grupos de músicos amadores, semiamadores e, até mesmo profissionais, atuantes em rodas de samba, choro e jazz, as chamadas “neofanfarras”, dentre outros coletivos musicais. Um processo que ganha força, especialmente após o chamado *boom* do carnaval de rua carioca nas primeiras décadas do século XXI, a partir do qual tem-se criado “redes” gravitacionais em torno da música, compostas por agrupamentos de músicos, produtores e consumidores que vêm ocupando e reterritorializando a cidade de forma expressiva, em especial na Zona Sul e na região do Centro (Ibid.).

Neste contexto, a presente etnografiaⁱⁱ busca analisar a atuação de um grupo musical fluminense cuja principal fonte de renda são as apresentações em praças públicas, sobretudo, da região central da cidade. Portanto, as reflexões aqui propostas são fruto de duas visitas a campo, nas quais foi possível entrevistar e observar o trabalho destes músicos, bem como de sua relação com o público. Compreendendo que duas sessões é pouco tempo para uma análise minuciosa do grupo, fez-se também consulta através da

internet a vídeos e áudios dos mesmos, no sentido de complementar o material recolhido previamente.

“Não há nada fixo no cosmos. Toda a natureza está em movimento”ⁱⁱⁱ

Pois, no princípio de noite de uma sexta-feira de outono, a primeira visita a campo teve lugar na Praça XV de novembro, centro da cidade do Rio de Janeiro. Em meio ao fluxo de passantes em direção à estação das barcas – transporte aquaviário que interliga o centro da cidade à Ilha do Governador, Ilha de Paquetá e ao município de Niterói – quatro homens reunidos a pouco metros dali realizavam uma apresentação musical instrumental composta basicamente por músicas autorais em diferentes estilos musicais, como jazz, rock, reggae, funk, afrobeat, dentre outros ritmos.

Em contraste com a correria do local (ora menos, ora mais ligeira) – derivada do fechamento das catracas instantes antes de cada partida das barcas – a apresentação musical do Kosmo Coletivo Urbano modificava temporariamente a relação de algumas pessoas com aquele espaço, tendo em vista que o cotidiano daquele canto da praça geralmente volta-se para o transporte aquaviário. Ou seja, de modo geral, a área semicircular mais próxima à estação de barcas é costumeiramente um local de passagem para o modal, e não necessariamente de lazer, em contraste com a outra área da praça, quadrangular, que conta com os prédios históricos coloniais do Paço Imperial e da passagem em arco do antigo tombamento das casas Telles de Menezes, onde costuma acontecer em seu entorno bastante agitação devido aos bares, casas noturnas e, mesmo, de atividades culturais, esportivas e econômicas, como rodas culturais de capoeira e samba de roda, treino de skatistas e patinadores, e as feiras de artesanato e de antiguidades.

Naquele início de noite carioca, o Coletivo entretinha desde às 15h/16h parte do público que por lá passava. Tal como o folclórico personagem alemão “flautista de Hamelin” – que hipnotiza ratos e crianças com o toque de sua flauta –, diversas pessoas sentiam-se atraídas pela aparente força gravitacional do conjunto musical. De costas para a iluminada entrada da estação de barcas e a poucos metros da mesma, os quatro músicos posicionaram-se centralmente naquele espaço da praça, ordenando, conseqüentemente, a disposição espacial de público e vendedores.

Justamente no entorno dos quatro músicos, quatro pipoqueiros com suas específicas carrocinhas metálicas de quatro rodas e vendedores de churrasquinho “de gato” – espetinhos de carne e frango de procedência não conhecida, assados na brasa e

vendidos a baixo custo – e vendedores ambulantes de bebidas – com suas bicicletas com caixas térmicas de isopor acopladas e de decoração individualizadas – “orbitavam” a apresentação musical, numa disposição quase circular. O público, por sua vez, usufruía da apresentação não muito próximo aos músicos – mas em torno deles – ao lado dos vendedores ambulantes, consumindo bebidas também a baixo custo e a música a custo zero. Outra parte do público acompanhava sentada nos assentos existentes naquela parte da praça, à sombra das árvores e à luz tímida dos postes de iluminação da Praça XV.

“O império da gravidade governa todo o céu”^{iv}

Em consonância ao roteiro definido por Oliveira (1996) – no qual a análise etnográfica inicia-se primeiramente pelo olhar, depois pelo ouvir e finalmente pelo escrever – o primeiro passo para a investigação empírica da atuação do Kosmo Coletivo Urbano no território consistiu, justamente, na observação atenta e disciplinada do campo. No entanto, antes do “olhar etnográfico”, existiu o passo zero: o atrair-se. Quer dizer, da mesma maneira que o público da apresentação sentia-se atraído pela música – numa relação semelhantemente gravitacional, como se defende aqui – a escolha do objeto de análise deu-se pelos mesmos motivos.

Com efeito, diante do desafio de encarar a familiar Praça XV como “exótica” (DA MATTA, 1978), e, de observar a realidade carioca com olhos imparciais, evitando envolvimento que pudesse obscurecer julgamentos e conclusões (VELHO, 1981), a decisão de observar o conjunto musical coube à companheira de pesquisa^v, que – de maneira previsível – se sentiu irresistivelmente atraída pelos músicos que lá estavam. Apesar do amplo espaço e dos inúmeros objetos possíveis para uma observação etnográfica – como os skatistas que transformam a praça num *skate park*, a baiana vendendo seu acarajé na encruzilhada, os vendedores de alimentos que se posicionam pelo caminho dos passantes, os policiais militares em sua base móvel que vigiam e não permitem o retorno de uma “desordem ‘aquilombada’” (CARUSO, 2015) de antes da criação do Boulevard Olímpico (um passeio público inaugurado em 2016 ligando, através da orla, Praça XV e Praça Mauá), a roda de samba que ocorre entre o Arco do Telles e as ruas do Mercado e do Ouvidor, e, mesmo, a coexistência de prédios coloniais do século XVIII, de neoclássicos e de pós-modernos do princípio e do final do século XX, como o Paço Imperial, o Palácio Tiradentes e a Bolsa de Valores respectivamente, dentre outras possíveis escolhas –, era a banda que atraía mais as atenções, através de sua versatilidade e aparente força centrípeta.

O Kosmo Coletivo Urbano, como o seu nome sugere, é um grupo formado para apresentações em praça pública. Segundo a página oficial do grupo no *Facebook*^{vi}, o Coletivo formou-se em 2014. É composto por quatro músicos homens e – como é possível verificar em diversos vídeos disponíveis na internet – já teve diferentes formações. No entanto, o grupo de músicos formados na Baixada Fluminense (zona metropolitana do Rio de Janeiro), mantém sempre a mesma formação de instrumentos. Ou seja, mudam-se os músicos, mas não os arranjos musicais. Portanto, a banda apresenta na linha de frente Luís Queiróz no saxofone – que é também o *bandleader* – além de outros três músicos na guitarra, baixo e bateria.

Organizados num formato de losango, o saxofonista posiciona-se um passo adiante do grupo. Logo à sua frente, um cartaz escrito à mão anuncia o nome da banda junto ao símbolo da rede social virtual *Facebook* (uma mão azul fechada com o polegar para cima), sugerindo aos espectadores que os visitem na rede virtual. O cartaz é fixado por uma caixa de sapato com um cifrão (\$) pintado, sugerindo o pagamento voluntário pelo público em função da apresentação musical. Ambos, caixa e cartaz, apoiam-se numa espécie de carrinho de feira, que serve também para carregar as caixas de sons portáteis que o grupo leva consigo a fim de equalizar e amplificar melhor o som naquele espaço público, que, como tal, não apresenta uma acústica apropriada para uma apresentação musical.

Nas diagonais do *bandleader*, o guitarrista e o baixista posicionam-se em cada uma das pontas do losango e, ao fundo, o baterista fecha a formação. Ao seu lado, as *cases* dos instrumentos são guardadas de forma meio improvisada, demonstrando que a permanência deles ali era provisória. A cada composição tocada, Luís explicava ao público que, como artista de rua, necessita da contribuição voluntária dos espectadores. Pede que os procurem nas redes sociais também. Sem nenhum tipo de cobrança incisiva ou constrangimento a alguém, o saxofonista sugere que se depositem as contribuições em qualquer quantidade na “caixinha”.

Após a apresentação, encerrada por volta das 20h, conversamos com os músicos para descobrir mais sobre eles. Justamente, o ouvir dialógico a que se refere Oliveira (1996). Enquanto nos respondiam, guardavam calmamente seus instrumentos e contavam a quantia financeira acumulada. A partir de um breve diálogo – complementado após outra apresentação pública, na Praça Floriano Peixoto (outra praça importante do centro do Rio de Janeiro, mais conhecida como Cinelândia) –, Luís Queiróz nos informou que o Coletivo se apresentava de segunda a sexta-feira em logradouros públicos da cidade,

como o Largo da Carioca (Centro), Largo do Machado e Praça Nelson Mandela (Zona Sul), Praça Saens Peña (Zona Norte), Praça do Pacificador (município de Duque de Caxias), além das já mencionadas Praça XV e Cinelândia.

Nos fins de semana o grupo reúne-se durante o verão, quando se apresentam nas praias da Zona Sul carioca, geralmente bastante frequentadas, uma vez que são um dos principais pontos de lazer da cidade durante esta estação. Além das praias, o Kosmo Coletivo Urbano também se apresenta nos fins de semana somente quando participam de festivais musicais, como no caso do Festival Mimo (na cidade de Paraty) e, o Festival de Jazz & Blues de Rio das Ostras (na Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro).

Os horários de apresentações variam conforme dia, local e a frequência de público. Por exemplo, na Praça XV, às sextas feiras é comum haver público utilizando o transporte de barcas até às 20h, devido à tradição de *happy hour* – momento em que os trabalhadores confraternizam o fim da semana de trabalho – do centro do Rio de Janeiro. Já na Cinelândia, o grupo apresentou-se das 12h às 17h30m aproximadamente, pois, após este horário, em especial numa quinta-feira, a frequência de público passante diminui consideravelmente naquela localidade.

Acostumados às apresentações em espaços públicos, o grupo fez questão de mostrar – mesmo sem o assunto ter aparecido anteriormente – uma cópia plastificada da lei municipal 5429/12, que dispõe sobre a apresentação de artistas de rua nos logradouros públicos do município do Rio de Janeiro. A iniciativa de Luís Queiróz em nos mostrar a lei parece significativa, pois, sugeriu que o Coletivo já tivesse enfrentado problemas com a autoridade pública. De fato, em entrevista ao programa de rádio ZoaSom, da rádio Roquette-Pinto – Rádio MEC AM^{vii}, o *bandleader* informa que, geralmente, o grupo tem algumas dificuldades na rua, pois “as pessoas” não respeitam a referida lei.

Contudo, numa aparente contradição, o músico responde, na mesma entrevista, que o público em sua totalidade valoriza o artista de rua, desde as criancinhas até os adultos. Possivelmente, pelo que sugere o contexto da entrevista – sobre a proposta da banda de tocar em espaços públicos –, “as pessoas” a que se refere o músico seriam representantes da esfera pública, como gestores, burocratas e provavelmente representantes da segurança pública. Ironicamente, a poucos metros da apresentação do Coletivo na Praça XV, policias militares reuniam-se na já citada base móvel do Centro Presente – uma parceria público-privada do governo do Estado com a federação de comerciantes do estado (FECOMERCIO) – sem incomodar os artistas de rua. Apesar de não ter havido nenhum incidente, a proximidade dos artistas de rua e policias militares

causava certa estranheza, pois havia uma aparente desarmonia no ar, embora esta seja apenas uma impressão, tendo em vista que não foi possível desenvolver melhor o tema com os músicos, tampouco ouvir a Polícia Militar.

Na “liminaridade” relativiza-se o espaço e o tempo

A respeito de espetáculos de artistas de rua, Gonçalves (1999) estabelece uma relação interessante entre o trabalho destes artistas e a teoria dos ritos de passagens, desenvolvida por Van Gennep no princípio do século XX. Assumindo a interpretação de Da Matta (2011) sobre o autor alemão, o qual via a sociedade como um todo compartimentalizado dividido internamente, como uma casa cujos cômodos estão separados e ao mesmo tempo interligados por corredores e passagens, os cômodos representariam os estados relativamente fixos e estáveis pelos quais passam os indivíduos e grupos no período de sua existência, enquanto que as passagens e corredores seriam os ritos, mecanismos de condução para outros estados. Ou seja, uma vez que as situações em que há mudanças de *status*, estados, posições e atividades como parto, puberdade, casamento, iniciação religiosa e morte são consideradas críticas, os ritos exerceriam funções de diminuir os efeitos perigosos destes distúrbios, aplacando sua ameaça latente.

Assim, à luz de uma interpretação gennepiana, Gonçalves enxerga nos espetáculos de artistas de rua contemporâneos as três fases sequenciais dos ritos: separação, liminaridade e agregação. A primeira consistiria no momento em que o sujeito é separado do antigo estado de coisas ou da situação social precedente; o segundo seria o período de transição no qual o sujeito já está isolado do estado anterior, mas ainda não foi introduzido no subsequente; e o terceiro seria a agregação, como o próprio nome sugere, do indivíduo ao novo estado ou posição social, ou reagregação ao antigo, agora em novos termos.

Pois, pensando no Largo da Carioca, uma importante praça do centro do Rio de Janeiro como um local principalmente de passagem dos trabalhadores da região, o clima amistoso de riso e brincadeira proporcionado pelos artistas de rua instauraria um mundo de brincadeira especial, liminar, à margem e ao mesmo tempo comunicante com o mundo sério das práticas e rotinas oficiais da metrópole, marcadas pela hierarquia, pela restrição da liberdade de expressão e comunicação, pela formalidade e impessoalidade das relações (GONÇALVES, 1999). Justamente, tomando de empréstimo a ideia da autora para nossa análise, consideramos de maneira igual a apresentação do Coletivo como uma espécie de rito autônomo, no qual se enxerga as mesmas três fases, ou seja, o antes, o durante e o depois.

Com efeito, perceber a atuação do Kosmo Coletivo Urbano em praça pública como um momento de liminaridade permite-nos identificar aquela apresentação a partir de uma reconfiguração do espaço e do tempo. Nesse sentido, em se tratando de um estado considerado delicado, a presença de situações críticas e, mais ainda, de sujeitos liminares aumenta consideravelmente. Quer dizer, mais do que a situação liminar em si, o que as apresentações de artistas de rua proporcionam é a aproximação do que chamamos aqui de indivíduos em estado de *liminaridade*. Gonçalves não toca na questão em seu artigo sobre Alexandre Bahia, um artista de rua específico, contudo, a observação do Coletivo em ação mostrou-nos que a própria situação liminar é tracionadora de indivíduos em estado de liminaridade. Referimo-nos especialmente às pessoas em situação de rua^{viii} e/ou em estado de embriaguez aparente.

A fim de elucidar melhor esta ideia, lembramos de Mary Douglas (s/d) que, considerando as estruturas sociais a partir dos pares opostos de pureza e poluição – o primeiro estando intimamente ligado à ordem, enquanto que o segundo à desordem – afirma que poluição e perigo emanariam das regiões inarticuladas, das margens da forma, dos limites confusos, do outro lado da fronteira. E, que os “poluentes”, ao atravessarem linhas que jamais deveriam ter atravessado, provocariam perigo para alguém. Com efeito, pelo fato do centro do Rio de Janeiro abrigar boa parte desta população em situação de rua – considerada aqui “poluente” não por suas condições higiênicas, e, sim, por apresentar características de liminaridade contínua, ou seja, de uma liminaridade não concluída, intermitente e de marginalidade aos padrões considerados normativos da sociedade –, é comum vê-los segregados de determinados espaços, sobretudo privados, como galerias, estabelecimento comerciais e restaurantes.

Nesse sentido, o estado de liminaridade proporcionado pelos artistas de rua permite – quando não há intervenção da polícia militar – que estes agentes “poluentes” ocupem espaços e compartilhem companhias que normalmente lhes são negadas. Neste estado de coisas, tanto espaço quanto o tempo são distorcidos, pois, na liminaridade, as regras estabelecidas são suspensas.

Foi, exatamente, o que se percebeu na observação do Kosmo Coletivo Urbano na Praça XV e na Cinelândia. Enquanto que, naquela, pouco se notou a presença destas pessoas, fato estranho para quem frequenta aquele território – provavelmente causado pela inibição da desordem que os agentes policiais do centro presentes imprimem ao local – na Cinelândia, o que se pôde perceber foi justamente o contrário, uma vez que a apresentação do grupo musical contou com um público diversificado e volátil, incluindo

uma quantidade significativa de pessoas em situação de rua que, de certa maneira, percebendo a liminaridade da ocasião, sentiram-se confortáveis em participar da apresentação, na condição de público.

De fato, a performance dos músicos na Cinelândia, iniciada por volta das 12h, surtiu efeito semelhante ao descrito por Gonçalves (1999), uma vez que diversos transeuntes desviaram suas rotas para entrarem naquele estado de liminaridade proporcionado pelo Coletivo. Todavia, diferentemente da Praça XV, ali havia uma presença notável de pessoas em situação de rua que foram igualmente atraídas pelo Kosmo. Se, em condições ditas normais, dificilmente as pessoas não liminares, digamos assim, sentariam ou ficariam paradas ao lado de pessoas liminares, naquele momento e espaço de liminaridade, isto foi possível.

A exemplo do que acontecera na primeira observação, os espectadores posicionaram-se em torno do grupo musical, sendo que, por se tratar de horário, local e dia da semana diferentes, não havia a presença de vendedores ambulantes próximo à apresentação. Ainda assim, provavelmente pelo simples prazer derivado da fruição musical oferecida, o Coletivo era circundado em pé ou sentado nos bancos de praça que existem no local, em especial na área de passeio recém-inaugurada na Avenida Rio Branco – uma área destinada a pedestres e ciclistas onde antes das obras dos Jogos Olímpicos de 2016 passavam apenas carros. Assim, posicionados na esquina da Rua Santa Luzia com a Avenida Rio Branco, bem próximos ao Centro Cultural Luiz Severiano Ribeiro/ Cine Odeon, o grupo musical possibilitava ao público a oportunidade de assisti-los sentados nos bancos da praça.

Como visto na Praça XV, os mesmos músicos tocavam repertório próprio, solicitavam contribuições pecuniárias na mesma “caixinha” e sugeriam a visita dos espectadores à página deles no *Facebook* após cada música. Porém, ao contrário da primeira apresentação observada, na Cinelândia as pessoas em situação de rua e/ou embriaguez faziam-se bem mais presentes. Sentados nos bancos da praça, alguns destes curtiam felizes o som, ao mesmo tempo que conversavam sobre assuntos aleatórios. Vez ou outra, voltavam-se para os músicos, ora para simplesmente usufruir da apresentação, ora para interagir com ela.

Em determinado momento, ao término de uma música, um deles gritou “toca Mamonas Assassinas^{ix} aí”, sugerindo uma mudança de repertório, ainda que demonstrasse estar gostando do Coletivo Kosmo Urbano. Naquele contexto, seu pedido soou mais como uma maneira de demonstrar satisfação pela apresentação do que

necessariamente pedir que mudassem o repertório, pois, de modo geral – supomos –, em eventos sociais e musicais, quando o público pede determinada canção, é por sentir-se confortável em fazê-lo, seja por estar pagando pela apresentação, ou por sentir-se em sintonia com os músicos.

Outra situação digna de nota diz respeito à uma mulher que também aparentava estar em situação de rua e, embriagada – percepção surgida pela análise de seus trajés humildes, seu pouco cuidado com a aparência e com sua maneira cambaleante de andar. Ela aproximou-se da banda dançando ao seu modo particular, com os ombros curvados para baixo e os braços levantados para cima. Ao aproximar-se do grupo musical, sentou-se no chão bem em frente ao saxofonista. Diante da situação aparentemente incomum, os músicos não se abalaram e continuaram normalmente sua apresentação, possivelmente, por já estarem acostumados àquele tipo de cena. Em certa medida, a mulher “roubou a cena”, tendo em vista que estava sentada no centro da roda. Sentindo a música em seu corpo, dançava mesmo estando sentada, gesticulando para cima e falando algumas palavras incompreensíveis. Pouco depois, levantou-se e não retornou mais.

Ainda sobre estes espectadores, outra situação interessante diz respeito à companheira do *bandleader*, que assistia satisfeita à apresentação da banda. Sua presença em si não trouxe significativa alteração à dinâmica do evento, com exceção de um comentário jocoso realizado por um homem que ali assistia, aparentemente em “condição de rua”. Pois, após a banda tocar determinada composição, Luís Queiróz anunciou seu nome (“Miriam número três”) e revelou que era uma homenagem à sua companheira ali presente. Aquele homem, em “condição de liminaridade”, comentou com seus acompanhantes, num tom de voz alto e sarcástico: “tá namorando, tá namorando”, extraindo riso e palmas de seus companheiros. A piada remete a uma brincadeira bastante realizada entre crianças, que geralmente se sentem envergonhadas quando amigos ou parentes anunciam jocosamente que eles nutrem – ou aparentam nutrir – algum sentimento amoroso por outra criança. Em se tratando de adultos, a brincadeira revela, talvez, relativa fragilidade, ingenuidade ou mesmo infantilidade dessas pessoas. O mesmo se poderia dizer da mulher que se sentou à frente do grupo, pois, esta nos parece ser uma atitude comum entre crianças. Contudo, estas reflexões são meras suposições, pois não fizemos contato com nenhuma das pessoas que faziam parte do público, de modo que não podemos afirmar categoricamente esta impressão.

Ainda sobre estes sujeitos em “estado de liminaridade contínua”, podemos interpretar tal enunciado como um sinal de que algo deu errado na sequência ritual

daquelas pessoas. Isto é, uma vez em estado de liminaridade, não concluíram todas as etapas ritualísticas e, assim, não retornaram a um *status* considerado de normalidade, como geralmente se espera de pessoas adultas em nossa sociedade, já que ele não são responsáveis por seus próprios lares e familiares. Entretanto, como a população em situação de rua carece deste item social básico – o lar –, imagina-se que estes indivíduos, por motivos diversos, em algum momento não tiveram êxito na consolidação de sua sociabilidade, permanecendo, assim, num estágio de *entrelugar*. Todavia, esta também é apenas uma interpretação que necessita de melhor análise.

Findada a apresentação, por volta das 17h30m, o Kosmo Coletivo Urbano anunciou mais uma vez sua página nas redes sociais e deu início ao processo que Gonçalves (1999) chamou de *reagregação*. Isto é, sem pressa, guardaram seus pertences da mesma forma que na Praça XV, fizeram um pequeno lanche ali mesmo e em aproximadamente meia hora deixaram o local, que voltou à sua mais completa normalidade, com as pessoas transitando como se a presença dos músicos e toda a situação derivada deles jamais tivesse acontecido ali.

“Se as coisas são assim, assim não ficam”^x

Finalizamos esta descrição com a frase atribuída ao físico Galileu Galilei, através da obra do dramaturgo Bertold Brecht (1991). Músicos de rua em constante circulação pela cidade, o Kosmo Coletivo Urbano mostrou-nos que cada apresentação corresponde a uma única performance e que, por mais que o grupo repita sua rotina, o evento é, em si diferente do anterior, pois sempre se mudam os espaços, o clima, os músicos, os agentes envolvidos e, sobretudo, o público, parte integrante deste processo. Mais ainda, acreditamos que todos os aspectos envolvidos – local, público, músicos – também são transformados em alguma medida.

Aqui, defendeu-se, basicamente, duas ideias: a primeira, de que os músicos, ou melhor, a música, tem o poder de atrair as pessoas para em torno de si. É quase uma força do cosmos que, coincidentemente, dá nome ao grupo musical observado. O outro ponto defendido – tomado de empréstimo de Gonçalves (1999) – é de que a apresentação musical daqueles artistas de rua equivale a um rito de passagem, com as três fases sequenciais: separação, liminaridade e reagregação. Sendo que, o processo liminar tem como característica atrair, justamente, sujeitos que vivem à margem da sociedade e, portanto, considerados aqui como liminares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Política nacional para inclusão social da população em situação de rua*. Brasília/ DF. 2008. Disponível em http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf. Acessado em: 25 de junho de 2017.

BRECHT, Bertolt. Vida de Galileu. *In: Teatro completo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CARUSO, Haydée. A ordem e a desordem de ontem e hoje: notas etnográficas sobre a polícia na Lapa carioca. *In: Civitas: Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre, v.15, nº 1, p. 68-83, jan-mar. 2015.

COSMOS. **Uma odisseia no espaço tempo**: Episódio 4: Um céu cheio de fantasmas. Produção: Cosmos Studios. Apresentação: TYSON, Neil deGrasse. 2014. Série audiovisual *on line*. Disponível em: <https://www.netflix.com/watch/80004601?trackId=13589554>. Acesso em 23 de junho de 2017.

DA MATTA, Roberto. Apresentação. *In: VAN GENNEP, Arnold: Os ritos de passagem*: estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, ordenação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações etc. Petrópolis, Vozes, 2011.

DA MATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter anthropological blues. *In: NUNES, Edson Oliveira. A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1978.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**: ensaio sobre a noção de poluição e tabu. Lisboa: Edições 70. [s/d].

GONÇALVES, Luciana. Os espetáculos de rua do Largo da Carioca como ritos de passagem. *In: TRAVASSOS, Elisabeth (org.): Revista do IPHAN*. Rio de Janeiro, nº 28, 1999.

HERSCHMANN, Micael. Apontamentos sobre o crescimento do Carnaval de rua do Rio de Janeiro no início do século 21. *In: Intercom* – RBCC. São Paulo, v.36, n.2, p. 267-289, jul./dez. 2013.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *In: Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v. 39, nº 1, 1996.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. *In: Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro. Zahar, 1981.

NOTAS

ⁱ Brecht: *Vida de Galileu*. p.57, 1991.

ⁱⁱ Este trabalho etnográfico foi desenvolvido no primeiro semestre de 2017 no âmbito da disciplina Antropologia V, referente à graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense, sob a regência da Prof^a Dra. Renata de Sá Gonçalves.

ⁱⁱⁱ Retirado da série audiovisual *COSMOS: uma odisséia no espaço-tempo* (2014).

^{iv} Retirado da série audiovisual *COSMOS: uma odisséia no espaço-tempo* (2014).

^v A citada companheira de pesquisa não consta como autora, pois a mesma desenvolveu trabalho de autoria própria, igualmente no âmbito da disciplina de graduação anteriormente citada.

^{vi} <https://www.facebook.com/kosmo.coletivourbano/>

^{vii} Entrevista concedida em 27 de agosto de 2015. Disponível em <https://soundcloud.com/kosmocoletivourbano>. Acesso em 22 de junho de 2017.

^{viii} Conforme entendimento do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), através do documento “Política nacional para inclusão social da população em situação de rua” (2008), compreendemos essas pessoas como aquelas que fazem das ruas seu espaço principal de sobrevivência e de ordenação de suas identidades, relacionando-se com as ruas segundo parâmetros temporais e identitários diferenciados, vis-a-vis os vínculos familiares, comunitários ou institucionais presentes e ausentes. Para o MDS, elas teriam em comum a característica de estabelecer no espaço público da rua seu palco de relações privadas, o que as caracteriza como “população em situação de rua”.

^{ix} Grupo musical brasileiro de bastante sucesso nos anos 1990, marcado, sobretudo, pela irreverência.

^x Brecht: *Vida de Galileu*, p. 57, 1991.